UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA- PPGHIS

A PERSPECTIVA URUGUAIA DAS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E O URUGUAI (1931-1938)

RAFAEL NASCIMENTO GOMES

BRASÍLIA,

2016.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Área de Concentração: S*ociedade, cultura e política.*
Linha de Pesquisa: *Poder, Instituições e Sociedade.*

A PERSPECTIVA URUGUAIA SOBRE AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E O URUGUAI (1931-1938)

Rafael Nascimento Gomes
Matrícula: 14/0055151

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História.
Orientador: Prof. Dr. Francisco Fernando Doratioto
Co-Orientadora: Prof. Dra. Ana María Rodríguez Ayçaguer; *Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación* (UdelaR).

BRASÍLIA,
2016.

RAFAEL NASCIMENTO GOMES

A PERSPECTIVA URUGUAIA SOBRE AS RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS ENTRE O BRASIL E O URUGUAI (1931-1938)

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Fernando Monteoliva Doratioto (Orientador)

Departamento de História, UnB.

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal

Departamento de História, UnB.

Prof. Dr. Luiz Daniel Jatobá França

Instituto de Relações Internacionais, UnB.

Prof. Dr. Arthur Oliveira Alfaix Assis (Suplente)

Departamento de História, UnB.

Brasília,

4 de março de 2016.

Às minhas mães: Alessandra Diogo e Maria do Socorro que sempre fizeram o possível e o impossível para me mostrar a educação como a grande revolução em nossas vidas.

In memoriam:

Ariano Suassuna, Eduardo Galeano e Tulio Halperín Donghi.

Todo país es una lección para el mundo. Hasta la más pequeña nación, el pueblo más reducido, pueden encerrar alguna enseñanza útil para la humanidad. La conducta individual aprende y se traza en la escuela del ejemplo; la conducta colectiva debe aprovecharse de la permanente lección de vida y de destino que con su vida y con su historia se dan constantemente unos pueblos a otros.

Emílio Frugoni, *La lección de México; 1928.*

RESUMO

A visão do vizinho uruguaio torna-se importante em tempos de estreitamento dos laços históricos e político-econômicos. Brasil e Uruguai ultrapassaram as fronteiras geográficas e criaram uma zona cultural no extremo sul da América do Sul. Analisar, portanto, as relações diplomáticas entre esses países, torna-se necessário. Compreender a visão desse vizinho sobre o nosso país faz-se fundamental para a política externa brasileira, bem como para a história latino-americana, pois, a partir da perspectiva do "outro" consegue-se uma visão diferenciada acerca da política brasileira e latino-americana. Nesse sentido que a visão do Uruguai, *desde el Sur,* para o Brasil dos anos 1930 contribui para a história da região.

Palavras-chave: História do Uruguai; Relações Brasil-Uruguai; História Latino-Americana.

ABSTRACT

The vision of the neighbor becomes important in narrowing times the historical, political and economic ties. Brazil and Uruguay surpassed geographical boundaries and created a cultural district at the southern tip of South America. Analyze, therefore, diplomatic relations between these countries, it is necessary. Understand the vision of a neighbor of our country is fundamental for Brazil's foreign policy and to Latin American history, because, from the perspective of the "other" is achieved a different view about the Brazilian political and Latin American. In this sense that the Uruguayan view, from the South, for Brazil 1930's contributes to the region's history.

Keywords: *History of Uruguay; Brazil-Uruguay relations; History of Latin American.*

RESUMEN

La visión del vecino llega a ser importante en tiempos de estrechamiento de los lazos históricos, políticos y económicos. Brasil y Uruguay superaran las fronteras geográficas y crearon un espacio cultural en el extremo sur de América del Sur. Analizar, por lo tanto, las relaciones diplomáticas entre estos países, es necesario. Entender la visión de un vecino de nuestro país es fundamental para la política exterior de Brasil y de la historia de América Latina, debido a que, desde la perspectiva del "otro" se logra una visión diferente acerca de la política brasileña y latinoamericana. En este sentido que la visión de Uruguay, desde el Sur, para Brasil de los años 1930 contribuye a la historia de la región.

Palabras-claves: *Historia uruguaya, Relaciones Brasil-Uruguay; Historia Latinoamericana.*

AGRADECIMENTOS

De antemão, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta dissertação de mestrado. A memória deste jovem historiador não suportou o nome de tantas pessoas que deixaram, de alguma forma, a sua marca neste trabalho.

Primeiramente, devo agradecer à(s) minha(s) família(s). Um especial agradecimento às minhas mães Alessandra Diogo e Maria do Socorro, pois sempre fizeram o possível e o impossível para me ajudar nos estudos e sonhos; e à minha família uruguaia: *Agnese Buccino*. Ao *papá* Federico, *mamá* Cecilia, Tanni, e minha *hermana Broko. Muchíssimas gracias!*. Sem vocês, esta dissertação não teria tantas emoções.

Ao Projeto Re(vi)vendo Êxodos por ter me ensinado a caminhar. Em especial, aos mestres Luiz Guilherme, Marilene, Marquinhos, Suzan e Carlos e aos grandes amigos monitores. À Neiva Fernandes pelo apoio e confiança. E aos vários mestres sábios que encontramos ao longo de várias caminhadas por este Brasil profundo.

À Universidade de Brasília pelos anos de vivências, estudos e experiências incríveis. Aos amigos da graduação da turma do 1º/2010 e do Programa de Pós-Graduação em História. Aos funcionários do PPGHIS: Seu Jorge e Rodolfo. Aos amigos da revista do corpo discente do PPGHIS/UnB *Em Tempo de Histórias*. Aos professores do Departamento de História: Ione de Fátima Oliveira, Carlos Eduardo Vidigal, Luiz Paulo Nogueról, Arthur Assis, Tereza Kirchner e Estevão de Rezende Martins. Aos professores do Núcleo de Estudos Latino-Americanos do IREL/UnB: Luiz Daniel Jatobá França e Roberto Goulart Menezes. Um especial agradecimento ao meu professor orientador Francisco Doratioto pelo compromisso, pelas críticas, sugestões, recomendações e pelo exemplo de historiador a seguir. A todos os funcionários da universidade, em especial, aos da BCE.

Um dos maiores desafios do historiador, no mundo contemporâneo, é dar-se conta das melhores fontes de informações. Quanto a isso, devo agradecer imensamente à professora co-orientadora Ana María Rodríguez Ayçaguer, ou melhor, Mafalda.

Ao Chiquinho, o grande livreiro e patrimônio da nossa universidade. Ao Kléber, amigo da Livraria do Chico.

À Sessão de Arquivos Históricos – SedHi – da Câmara dos Deputados. Em especial aos arquivistas Lígia Pinheiro, Vânia Rosa, Marta Maria, Thiago Borges e Jacinta Luíza.

À CAPES pela bolsa de estudos ao longo das pesquisas do mestrado entre 2014 e 2015.

A Álvaro Corbacho e à Mariela Cornes pelo acolhimento nas manhãs e tardes de verão no Archivo Histórico-Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Obrigado pelo profissionalismo, pela recepção, pelas sugestões e pelo café. Aos funcionários da Casa Juan Antonio Lavalleja do Museo Histórico Nacional, em Montevidéu. Aos funcionários do Museu da Comunicação Hipólito da Costa e aos arquivistas Gabriel Ferreira, do Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velhinho, e Thiago Kieffer, do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

À Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación da UdelaR (Universidad de la República) pela experiência única e pelo acolhimento que me deu ao longo dos meses que vivi em Montevidéu. Ali me descobri historiador. Muito obrigado aos professores e historiadores uruguaios: Dante Turcatti, Tomás Sanson Corbo, Esther Ruiz, Rodolfo Porrini, Gerardo Caetano, Raúl Jacob, Ana Frega, Alex Borucki, Magdalena Broquetas e Alba Mariani. Aos amigos uruguaios por terem tornado os meus dias em Montevidéu mais alegres com muitas charlas e um bom mate.

Por fim, *last, but not least*, à companhia sempre doce, agradável, sensível e paciente de minha amada Sabrina Rodrigues.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Instituições

AHPAMV	Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Velhinho; Porto Alegre.
AMREU	Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay; Montevidéu.
AHRGS	Arquivo Histórico do Estado do Rio Grande do Sul; Porto Alegre.
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
BNU	Biblioteca Nacional de la República; Montevidéu.
COMINTERN	Internacional Comunista
CNA	Consejo Nacional de Administración.
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
FHCE	Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación; Montevidéu.
MCHC	Museu da Comunicação Hipólito José da Costa; Porto Alegre.
MHN	Museo Histórico Nacional- Casa del General Juan Antonio Lavalleja; Montevidéu.
PCB	Partido Comunista do Brasil
PRR	Partido Republicano Rio-Grandense
SEDHI	Seção de Documentos Históricos da Câmara dos Deputados; Brasília.

Fundos Documentais

- Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay (AMREU).

- *Legación en el Brasil;*
- *Legación en Argentina;*
- *Archivo Documental Alberto Guani;*
- *Boletines del Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay;*
- *Sección Uruguay;*
- *Comunismo- Actividades en América.*

ÍNDICE

Introdução

Ao me deparar com a estátua do patrono da diplomacia brasileira, o Barão do Rio Branco, no *Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay* (AMREU), percebi a importância e a necessidade de estudos históricos, especificamente, sobre as relações entre os países vizinhos: Brasil e Uruguai. Em julho de 2012, enquanto apresentava a minha monografia no *Departamento de Historia del Uruguay*, da *Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación* (FHCE), em Montevidéu, "*La aguja de la balanza: Uruguay frente a las grandes potencias y a sus grandes vecinos"*[1], a presidente do Brasil, Dilma Rousseff, e o presidente do Uruguai, José Alberto Mujica, mais conhecido como Pepe Mujica, mantinham uma reunião em Brasília, onde aprendi que o historiador deve buscar compreender os "homens no seu tempo". Nesse mesmo momento, me perguntava sobre os significados da presença de Mujica no Brasil, ou melhor, os objetivos e as repercussões de sua estada em território vizinho.

March Bloch, em *Apologia da história ou o ofício do historiador*, chama a atenção das vidas paralelas e cruzadas que leva o historiador. E naquele momento, ao pesquisar a inserção internacional do Uruguai na década de 1930, e mais especificamente, as suas relações com os grandes vizinhos à sua volta, isto é, Brasil e Argentina, tentava analisar o "Comunicado Conjunto Presidencial: Novo Paradigma para a Relação Brasil-Uruguai" [2] e os seus efeitos históricos.

Essa nota à imprensa, de 31 de julho de 2012, afirmava que os presidentes Dilma e Mujica tinham decidido criar um novo paradigma para a relação bilateral com o propósito de apresentar um plano de ação para o desenvolvimento sustentável e a integração Brasil-Uruguai. Mais uma vez, a "história necessária a ser feita" [3] surgia como um compromisso

---

[1] Agradeço imensamente à recepção e à orientação dada pela professora Esther Ruiz, que ofertava naquele semestre (1º/2012), quando realizei um intercâmbio acadêmico na FHCE, a sua última disciplina, *Historia del Uruguay III-*, antes de sua merecida aposentadoria.

[2] Nota à imprensa, número192, de 31 de julho de 2012. Ministério das Relações Exteriores, Assessoria de Imprensa do Gabinete. Acesso em 31.07.12. Disponível em: http://itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-presidencial-novo-paradigma-para-a-relacao-brasil-uruguai/

[3] Termo aqui utilizado para referir-se às áreas carentes de pesquisa histórica. A História das Relações Internacionais do Uruguai, ou estudos da política exterior uruguaia, e suas relações com países vizinhos são exemplos dessa história necessária a ser feita. Não queremos dizer que não há produção sobre a temática, pois, há trabalhos importantíssimos como os de Ana María Rodríguez Ayçaguer, Isabel Clemente, Dante Turcatti e Clarel de los Santos. No entanto, não há um estudo sistemático acerca das relações entre Brasil e o Uruguai no período em questão. E nem me proponho a fazer isso aqui. Acredito que as relações entre Brasil e Uruguai estão além das

social, pois para compreender o novo paradigma recém-criado, se é que foi criado, precisamos conhecer o processo histórico dessa relação bilateral, os paradigmas históricos[4], sobretudo ao longo do século XX; não mencionados pelos chefes de Estado. Nessa linha, a dissertação contribuirá para compreendermos melhor as relações diplomáticas entre esses países da América do Sul a partir da visão do Uruguai acerca do Brasil entre 1931 e 1938, isto é, a perspectiva do Uruguai "terrista" acerca do Brasil "varguista".

Por isso é fundamental salientar que se trata de uma dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, cuja linha de pesquisa intitula-se "Poder, Instituições e Sociedade". A concepção de História Política dessa linha reconhece no Estado um espaço privilegiado para o exercício de poder. Alinha-se, também, à Nova História Política, que estuda o poder como campo de representação social e exercício de dominação/controle por diferentes tipos de autoridades (estatais e da sociedade civil), em seus diferentes níveis, desde aquele das relações internacionais aos micropoderes da vida cotidiana. Dessa forma, a nossa pesquisa teve enfoque nos Estados, em seus sujeitos e agentes. Isto é, as relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai sob a perspectiva da diplomacia uruguaia; *una mirada desde el Sur.*

Também é importante lembrar que a identidade internacional do Brasil, ainda que tenha fortes elementos de permanência, está continuamente sendo reconstruída e reinventada. Esse processo constante de redefinição não é estranho a nenhuma nação. A criação de identidades é um processo dialético em que os conceitos identitários (como "América do Sul", por exemplo) não são simples epifenômenos da realidade social. Os conceitos também influem nos processos históricos a que estão associados delimitando campos e afinidades e, também, servindo como elementos de exclusão e controle.[5]

No sistema internacional, como no plano da política interna, as identidades são construídas e evoluem dentro do espaço de relações e diferenças específicas de cada momento histórico. A identidade internacional do Brasil, em cada momento, se faz a partir de um conjunto amplo de variáveis e características: um país pacífico, que respeita o Direito

---

relações diplomáticas entre os seus respectivos Estados. No entanto, para uma dissertação de mestrado, penso que a análise das relações diplomáticas será uma indicação dessas relações entre o Brasil e o Uruguai.

[4] A produção de um conceito paradigmático pressupõe a longa duração, porque sobre ela se aplica naturalmente, não servindo à análise de conjunturas, a não ser a reverso, na medida em que essas conjunturas do tempo curto nele encontrem sua localização cognitiva e operacional. In: CERVO, Amado. *"Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático".* In: Revista Brasileira de Política Internacional, v. 46, n.2, 2003, p. 4.

[5] SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. In:* Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI), vol.48, n.2, 2005; p. 185.

Internacional, que busca o desenvolvimento, um país do Terceiro Mundo, ocidental, cristão, subdesenvolvido, americano, ibero-americano, latino-americano, sul-americano, etc. São muitas as variáveis que compõem a identidade brasileira. No entanto, como destacou Luiz Claudio Villafañe, a diplomacia brasileira vem, recentemente, dando grande ênfase ao caráter sul-americano do país.[6]

Posto que a prática diplomática do Brasil, de certa forma, vem valorizando a América do Sul, o mesmo não pode ser dito para os estudos historiográficos, apesar da existência de uma produção considerável. A professora Maria Lígia Coelho Prado chama atenção quanto aos estudos históricos voltados para a região:

> Termino com uma certeza e uma dúvida. A primeira se refere à constatação de como é difícil pensar a América Latina a partir do Brasil, onde não existe uma tradição de estudos latino-americanos. Os ricos e férteis resultados que se obteriam, caso perseguíssemos as trilhas abertas pela História Comparada da América Latina, parecem-me evidentes. A indagação que continuo a fazer refere-se às concretas possibilidades do despertar de uma nova visão brasileira com relação a essa outra América, tão próxima e, ao mesmo tempo, tão distante.[7]

Coelho Prado destaca a necessidade do Brasil, de fato, reconhecer o seu lugar epistemológico na América Latina, como país latino-americano, pois a ideia de que o Brasil, desde sua Independência, voltou-se para o Atlântico e deu costas a seus vizinhos da América do Sul conta com respaldo nos estudos disponíveis sobre suas relações regionais. O levantamento dos temas focalizados por essa literatura, de Relações Internacionais do Brasil, voltada para a vizinhança leva à constatação de que há muita desigualdade no trato das relações entre os países da região. O Cone Sul[8] concentra a maior parte dos estudos, referente às relações regionais ou bilaterais, ao passo que os países andinos carecem de atenção, tanto sob o ângulo das formações nacionais quanto das relações bilaterais ou regionais. [9]

Amado Cervo lembra que, para elaborar conceitos que deem inteligibilidade às relações do Brasil com seus vizinhos, faz-se mister avaliar esse estoque de conhecimentos disponíveis e agregar-lhes a indispensável reflexão. Não são apenas resultados cognitivos que

---

[6] Idem; p. 185-204.

[7] PRADO, Maria Ligia Coelho. *O Brasil e a Distante América do Sul.* In: *Revista de História*, n. 145, 2001; p. 147.

[8] O Cone Sul, em especial, as relações entre Brasil e Argentina, atraía o interesse de estudiosos já no século XIX, porém esse interesse levou à efervescência dos espíritos desde a gênese do processo de integração na década de 1980.

[9] CERVO, Amado. *A Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros.* São Paulo: Saraiva, 2008; p.196.

se procuram, mas também formular questões práticas que envolvem o processo decisório e as políticas exteriores. Quais são os pressupostos mentais que condicionam as atitudes dos povos e dos governos quando contemplam as relações com os vizinhos? Que visões do outro ou imagens se formam e que padrões de comportamento sugerem? [10]

A noção de vizinhança evoluiu historicamente no imaginário popular, no conceito geopolítico e nas preocupações da diplomacia brasileira. Para chegar ao que Celso Lafer denominou de componente da identidade internacional do Brasil, a vizinhança sofreu um *restrictio termini.* No século XIX, à época do pan-americanismo, todos os americanos eram vizinhos. Depois, à época do pan-latinismo, o conceito de América Latina toma conta do imaginário. Desde o Barão do Rio Branco, no início do século XX, o conceito de América do Sul[11] passou a se impor. Na medida em que se operava a restrição geográfica do conceito de vizinhança, o regional passou a adquirir peso no pensamento dos brasileiros e na ação externa do governo e da sociedade. [12]

Entende-se, com isso, que a cordialidade oficial compreendida como padrão de conduta aplicada ao tratamento conferida pelo governo a seus vizinhos corresponde a uma invenção do pensamento diplomático brasileiro, cujas raízes foram lançadas em tempos remotos. [13] Nesse sentido, a visão do “outro”, de um país vizinho, na perspectiva histórica, pode contribuir para estimular mais estudos voltados para a América do Sul, bem como compreender a nossa própria política externa na região.

Do ponto de vista teórico-metodológico, este trabalho está inserido no campo da história política renovada. O historiador que se dedica à história política tem a possibilidade de alargar seus estudos ao enfocar novas temáticas, novas abordagens e novos objetos. A história política, durante muito tempo, escrita sob o viés nacionalista, factual, narrativo e individualista, foi a história por excelência, dominante até meados do século XX. Todavia, na primeira metade do século XX, principalmente devido aos *Annales*, principal corrente historiográfica francesa, essa concepção histórica considerada tradicional, conheceu o ostracismo, frente às novas aspirações e inclinações, as quais enfatizavam os aspectos econômicos e sociais em detrimento do político. De toda forma, isso fez com que a História Política repensasse os seus métodos e objetos. Ao passo que na década de 1960 novas

---

[10] Idem; p.196-197.

[11] Por certo, a construção da América do Sul, projeto estratégico brasileiro, revela-se tarefa difícil, a ser ainda mensurada quanto aos resultados. In: CERVO, Amado. *Op. Cit.;* 2008; p.203.

[12] Idem; p. 202.

[13] Idem; p.204.

orientações da pesquisa histórica fizeram vir à tona uma história política renovada e junto dela novos objetos, entre eles, a "nova" história das ideias políticas. Os textos, os discursos, as mensagens já não bastavam por si só e assim, tornou-se de fundamental importância as suas intertextualidades e contextualidades.

Ao analisar a influência da historiografia francesa no Brasil, Vavy Pacheco Borges apresenta que é devido à intensa e tradicional interdisciplinaridade francesa que devemos atribuir o alargamento do campo da história, no qual 'rejuvenesce' a história política. Na verdade, muito dessa renovação se deu a partir das críticas dessa mesma historiografia à história política.[14] Com efeito, a noção do político se ampliou e passou a incluir o comportamento dos cidadãos diante da política, a evolução de suas atitudes ao tomarem posição, deliberada e conscientemente, para intervir nas áreas em que se decidem seus destinos. A psicologia social, a ciência política, a linguística e a filosofia política foram as influências que levaram a história política a se tornar uma autêntica história do político; o casamento da história com a antropologia trouxe à luz uma história dos costumes, dos comportamentos.[15] A chamada Escola Francesa de História das Relações Internacionais de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle foi uma dessas vertentes de renovação.[16]

Ferido gravemente em combate durante a Primeira Guerra Mundial, Renouvin havia procurado, desde as batalhas, explicações mais significativas e complexas para a tragédia que vira e vivera. O trauma[17], bem como as vagas e genéricas respostas dadas pelo que era a História Diplomática não lhe permitiam eliminar um grande sentimento de perplexidade após um dos mais tenebrosos episódios vividos pela Europa. Preocupada, sobretudo com os interesses dos Estados e centrada nos atos e gestos dos que exerciam a ação diplomática, a disciplina que se dedicava às relações internacionais desde o final do século XIX, ainda fortemente marcada pelo Positivismo, não havia conseguido acalmar o espírito de Renouvin

---

[14] No Brasil, a presença da historiografia inglesa, com as contribuições de E. P. Thompson, por exemplo, também se fez importante.

[15] BORGES, Vavy Pacheco. *História e política: laços permanentes.* Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 12, n.23/24, set. 1991 / ago. 1992, p. 16.

[16] Um conceito importante de Renouvin que contribuiu para essa renovação historiográfica foi o de "forças profundas". Conceito complexo de que a sociedade internacional, sob o ponto de vista histórico, recebe a influência de várias forças que formam um quadro de relações entre os grupos humanos para além das ações do Estado, que é o centro das relações internacionais. Devido a essa variedade de "forças", elas apresentam-se como um leque de questões tão vasta que não é possível denominar todas elas. De toda forma, Renouvin e Duroselle declaram: *"[...] estão aí conjugados os fatores geográficos, as condições demográficas, as forças econômicas, o nacionalismo, e o sentimento nacional, dentre outras [forças profundas]".* In: *Introdução à História das Relações Internacionais.* São Paulo: Difusão Europeia do Livro; 1967; p. 5-8.

[17] O então jovem historiador perdera um braço em combate.

face à dimensão da carnificina conhecida entre 1914 e 1918. O horizonte da História Diplomática, portanto, segundo ele, necessitava de renovação, era "estreito demais".[18]

Assim sendo, se a revolução epistemológica do surgimento da História das Relações Internacionais havia mostrado o quão míope estava o ponto de vista da História Diplomática, a disciplina ainda evoluiria ao descobrir que seria preciso não somente valorizar as relações dos homens de Estado com a sociedade e suas forças profundas, mas também entender as dinâmicas internacionais de fatores econômicos, geoestratégicos, culturais e da chamada "mentalidade coletiva", tanto dentro como fora dos governos.

É nesse contexto de ampliação e renovação do campo de estudo do político, que encontramos as ideias políticas, a relação entre política interna e política externa para se compreender melhor as relações internacionais. Por conseguinte, analisamos este período por meio de um jogo-duplo, isto é, por meio das relações entre as políticas internas dos Estados e os relacionamentos que estes mantiveram com as outras unidades políticas que estruturam o sistema internacional. [19] O trabalho de Gabriela Nunes Ferreira voltado para o século XIX, *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado Imperial,* é um resultado desse esforço. Segundo a autora:

> De um lado, a maioria dos estudos que enfocam episódios envolvendo relações internacionais tende a desvincular a análise da política externa dos países estudados da análise de suas respectivas estruturas e conjunturas políticas internas. Também não examinam de perto os recursos do poder interno (capacidade de promover alianças políticas, poder econômico, etc.) mobilizados na relação com os outros países. O mais grave é que tal perspectiva traz em si o risco de anacronismo, já que muitas vezes trata como Estados prontos Estados em formação, empenhados ainda em firmar a ordem interna. Do outro lado, as análises do processo de construção do Estado imperial não se detêm na dimensão externa desse processo, pelo menos no que diz respeito à relação do Brasil com as repúblicas vizinhas. Tal abordagem não considera o grau de imbricação política existente no século XIX entre o Império e seus vizinhos platinos, eles próprios ainda enfrentando um difícil processo de construção de seus Estados nacionais.[20]

Nesse sentido que a visão do vizinho torna-se fundamental. A História das Relações Internacionais do Uruguai, ou estudos sobre a política exterior do Uruguai, é uma

---

[18]RENOUVIN, Pierre. *"Introduction Générale". In:* RENOUVIN, Pierre (org.). *Histoire des Relations Internationales*, vol. 1 ; Paris, Hachette, 1994 ; p. 8.

[19] MILZA, Pierre. *Política interna e política externa. In:* RÉMOND, René. *Por uma história política.* 2º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003; p. 365-399.

[20] FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial.* São Paulo: Hucitec, 2006; p. 17.

temática que ainda tem uma produção restrita por parte de historiadores, uruguaios e de outras nacionalidades. Ana María Rodríguez Ayçaguer em seu importante trabalho de história da política exterior uruguaia do século XX, *Un pequeño lugar bajo el Sol: Mussolini, la conquista de Etiopía y la diplomacia uruguaya (1935-1938),* destacou a necessidade de pesquisas históricas, com recurso a fontes primárias, nessa linha de investigação. A historiadora uruguaia ainda enfatizou que "*sabemos muy poco sobre nuestras relaciones con Argentina y Brasil".*[21] Em outras palavras, pouco sabemos, e os nossos vizinhos também pouco sabem, de fato, sobre as relações históricas entre os nossos países vizinhos. Observa-se, então, que a história das relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai a partir da documentação uruguaia pode preencher de alguma forma essa lacuna.

Por sua vez, o estudo acadêmico sistemático da História das Relações Internacionais do Brasil tem poucas décadas, o que implica a existência de temas ou épocas que ainda não foram analisados, inclusive em relação ao Rio da Prata. Francisco Doratioto lembra que os arquivos do Itamaraty foram abertos à pesquisa histórica somente na década de 1990 – o acesso anteriormente era muito restrito – e, mais amplamente, com a recente Lei de Acesso à Informação[22]. Como consequência, é possível que estudos anteriores a essa abertura tenham sido penalizados na reconstrução e análise dos fatos históricos.[23] E só há relativamente pouco tempo, a historiografia brasileira tem produzido sistematicamente sobre as relações entre o Brasil e os seus vizinhos, mas são poucos os trabalhos sobre o Uruguai a partir de fontes diplomáticas. Assim, pretendemos contribuir para essa área de estudos, a partir da pesquisa histórica sobre as relações diplomáticas entre o Uruguai e o Brasil durante os governos de Gabriel Terra, presidente uruguaio entre 1931 e 1938, ora presidente eleito democraticamente (1931-1933), ora ditador (1933-1938).

Como resultado, a partir das contribuições da Nova História Política – renovada e mais abrangente – fundamentaremos este estudo. Dessa forma, entendemos "poder", não mais exclusivamente a partir de uma perspectiva da centralidade estatal, mas sim, com as suas apropriações e as relações por ele geradas, com os seus mecanismos de imposição e transmissão, com a sua perpetuação por meio da ideologia, com a sua organização mediante

---

[21] RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. *Un pequeño lugar bajo el Sol: Mussolini, la conquista de Etiopia y la diplomacia uruguaya, 1935-1938.* Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental; 2009; p. 15.

[22] A Lei de Acesso à Informação (LAI) é a Lei No. 12. 527, de 18 de novembro de 2011. Essa lei regulamentou o direito constitucional de acesso às informações públicas. Essa norma entrou em vigor em 16 de maio de 2012 e criou mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades.

[23] DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994).* Brasília: FUNAG, 2014; p. 10.

as redes de atores sociais e com as suas possibilidades de confrontação por meio de fenômenos coletivos como as revoluções ou de resistências individuais no âmbito dos micropoderes.

Nas Relações Internacionais, ao contrário do Idealismo, o Realismo vê no conflito perpétuo entre as nações a grandeza da história humana. Formulada a partir de conceitos como, anarquia, conflito, poder, interesse nacional, e apresentando uma proposta estadocêntrica para os estudos das relações internacionais, a teoria realista obteve grande repercussão acadêmica e política, principalmente no interior das grandes potências e ocupou grande espaço nas investigações dos fenômenos internacionais.

A grande influência da teoria realista no meio acadêmico na segunda metade do século XX gerou certo consenso em torno da figura do Estado e no conflito permanente entre as unidades políticas. Evidentemente, o cenário da Guerra Fria, a primazia da segurança na política internacional e a influência do pensamento e do poder norte-americanos contribuíram para o coroamento do realismo e de suas premissas. Conforme demonstrou Hans Morgenthau, considerado um dos fundadores do realismo nas relações internacionais, a atuação dos Estados no cenário externo é pautada, essencialmente, pela manutenção, expansão ou demonstração do poder. A categoria "poder" assume, assim, papel fundamental para o entendimento das relações internacionais. Segundo Morgenthau, *"a essência da política internacional é idêntica à sua parte doméstica. Ambas (...) são uma luta pelo poder, modificada apenas pelas diferentes condições nas quais a luta tem lugar (...)".*[24]

Já Edward Carr, em *Vinte Anos de Crise – 1919-1939*[25], afirmou que a grande contribuição do realismo político foi desmascarar a utopia e denunciar seu disfarce, suas premissas que representam, na verdade, os interesses dos privilegiados. Entretanto, o autor lembrou também que "(...) o puro realismo não pode oferecer nada além de uma luta nua pelo poder, que torna qualquer tipo de sociedade internacional impossível".[26] Por isso, concluiu da seguinte forma:

---

[24] MORGENTHAU, H. J. *Politics Among Nations: the struggle for power and peace*. 6. ed. New York: McGraw-Hill, 1985 ; p. 39.

[25] O foco principal de Carr nesta obra partiu de seu desconforto com a predominância da abordagem idealista nos anos que se seguiram à Grande Guerra (1914-1918). O autor apresentou duras críticas ao que chama de utopia que marcou os debates acadêmicos e políticos no pós-Primeira Guerra que são, em grande medida, influenciados pelos discursos de Woodrow Wilson, à época presidente dos EUA.

[26] CARR, Edward. H. *Vinte anos de crise – 1919-1939*. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, IPRI, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001; p. 122.

> A política é composta de dois elementos – utopia e realidade – pertencentes a dois planos diferentes que jamais se encontram. Não há barreira maior ao pensamento político claro do que o fracasso em distinguir entre ideais, que são utopia, e instituições, que são realidade. [...] O ideal, uma vez incorporado numa instituição, deixa de ser um ideal e torna-se a expressão de um interesse egoísta, que deve ser destruído em nome de um novo ideal. Esta constante interação de forças irreconciliáveis é a substância da política. Toda situação política contém elementos mutuamente incompatíveis de utopia e realidade, de moral e poder. [27]

Desvendar as ciladas da teoria, como enfatizou Amado Cervo, é tarefa tão relevante quanto apropriar-se de seu conhecimento. O realismo, por exemplo, trilhou o caminho do sucesso nas universidades e meios intelectuais de todo o mundo, de modo incomparável. A desqualificação dessa corrente teórica iniciou-se com as evidências de sua origem nos Estados Unidos, no início da Guerra Fria, por tal razão estabelecendo o Estado como agente principal das relações internacionais e a segurança como motivação primeira da ação externa. O realismo propôs ao mundo interesses, valores e padrões de conduta do Ocidente. No entanto, ele não é isento nem explica as relações internacionais como pretende.[28]

Raymond Aron ao pensar as relações interestatais, de forma pragmática, afirmou que:

> Qualquer que seja a configuração existente, as unidades políticas formam uma hierarquia, mais ou menos oficial, determinada essencialmente pelas forças que cada uma é capaz de mobilizar. Numa extremidade estão as grandes potências, na outra os pequenos países [...] A ambição dos grandes Estados é modelar a conjuntura; a dos pequenos adaptar-se a uma conjuntura que essencialmente não depende deles. [29]

No entanto, não há consenso, na literatura, em torno da existência de um padrão de comportamento dos pequenos Estados no sistema internacional. Segundo Isabel Clemente Batalla, historiadora uruguaia:

> a inserção internacional de um país pequeno não resulta somente de sua capacidade de formulação da política exterior e das estratégias adequadas, mas de seu poder negociador, de sua articulação com outros sócios para interatuar com outras partes e, sobretudo, de seu conhecimento sobre as condições nas quais opera o sistema internacional, para identificar as margens possíveis e ação e as janelas de oportunidade, geralmente escassas. Por conseguinte, é um erro de voluntarismo avaliar uma política de inserção internacional olhando somente para as capacidades próprias, os avatares da política doméstica, os fatores internos e o desenho nacional

[27] Idem; p. 123.
[28] CERVO, Amado. *Teorias e Conceitos em Relações Internacionais.* In: Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 51, n. 2, 2008; p. 10.
[29] ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações.* Brasília: Universidade de Brasília/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002; p. 124.

> da política, prescindindo da análise dos fatores externos que atuam a partir do sistema internacional e dos âmbitos regionais, no marco de um mundo globalizado e interdependente.[30].

Ao analisar o caso do Uruguai, portanto, percebe-se que não se trata de uma mera adaptação à determinada conjuntura, ainda que a inserção internacional do Uruguai tenha sido pautada e limitada, em grande medida, pelos grandes Estados à sua volta. Isabel Clemente lembra também que no pensamento uruguaio *"sobre las alternativas abiertas para la inserción internacional de Uruguay un factor determinante fue el reconocimiento de Uruguay como país pequeño y ubicado en el contexto de América Latina."* [31] Em outras palavras, apesar de não ter de fato um papel decisivo no cenário internacional, muitas vezes, teve um papel significativo no cenário regional, sobretudo, nas relações Brasil-Argentina. Isto é, sua política externa esteve entre utopias e realidades diversas.

Decerto será necessário acessar o passado assim como a ação dos caçadores citados em Ginzburg – decifrando-o, lendo as pistas deixadas, a fim de "remontar uma realidade" [32]. Contudo, mais que vestígios do passado, as fontes documentais são testemunhos de seu tempo, imersas em uma lógica que lhes é própria: são discursos próprios de um tempo, onde os conceitos ali presentes também carregam sua própria história e significado indissolúvel de sua época. Daí, a importância de historicizar os conceitos; em procurar seu sentido em seu tempo e local de uso, por meio da análise da sua aquisição de significado, sendo esses, elementos responsáveis por fornecer as pistas para a significação dos conceitos dentro do tema estudado, possibilitando o entendimento de seu uso assim como seus sentidos para sua época.[33]

O conceito de cordialidade oficial não basta para compreender e orientar a política brasileira para a vizinhança. O acervo de conceitos disponíveis a respeito desse ramo da ação externa revela a existência de outros conceitos, também forjados ao longo do tempo, que se aplicam à visão do outro e ao comando da política regional brasileira: rivalidade, cooperação e conflito, relações cíclicas e relações em eixo. Eles dão inteligibilidade ao real, porque

---

[30] CLEMENTE, Isabel. *Opciones de inserción internacional del gobierno progresista: 2005-2007*. In: *Seminario Inserción Internacional de Uruguay.* Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República. Montevideo, 14 y 15 ago.2007; p.54. *Tradução nossa.*

[31] CLEMENTE, Isabel. *Uruguay en las conferencias pan-americanas: la construcción de una opción en Política exterior.* [Ponencia presentada al Simposio "Los Asuntos Internacionales en América Latina y el Caribe. Historia y Teoría. Problemas a Dos Siglos de la Emancipación]; p.2.

[32] GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989; p. 152-153.

[33] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006; p. 306.

abrigam cada qual parcela da verdade, e induzem a conduta do governo e dos agentes sociais, sugerindo previamente a melhor decisão no sentido de controlar as relações com a vizinhança pela distribuição de efeitos em benefício de uns, de outros, ou de todos. Desse modo, exercem, em conjunto, as duas funções de uma teoria das relações do Brasil com a vizinhança: a explicativa e a valorativa. [34]

Em contraste, diferentemente de Amado Cervo, reconhecemos a contribuição epistemológica e pragmática da teoria no campo das relações internacionais, mas também, reconhecemos nos conceitos o grau de historicidade que pode elucidar determinadas análises interpretativas. Por isso, para as relações entre Brasil e Uruguai, por exemplo, alguns conceitos são necessários para compreendermos as relações diplomáticas entre esses dois países vizinhos assimétricos.

Com isso, nota-se que mais que simples construção da realidade, a história é um "processo contínuo de interação entre historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre passado e presente",[35] constituindo-se em uma interpretação ou um argumento. O historiador, por sua vez, também pertence a uma temporalidade, logo o conhecimento sobre o passado encontra-se em constante modificação devido à forma de olhar para ele a partir do presente[36] e, outro fator, pela descoberta de novas fontes documentais ou, ainda, pela liberação de documentos mantidos sigilosos para gerações anteriores de historiadores.

Não há dúvida, portanto, que os historiadores pesquisam registros das experiências pretéritas, e a escolha dos temas e as estruturas das interpretações se relacionam com as suas expectativas de futuro, as quais se desenvolvem também em jogo com as suas auto apreciações do próprio presente.[37]

Tive uma experiência acadêmica durante sete meses em Montevidéu, ao longo do ano de 2012, quando foi possível perceber a perspectiva de uma história eminentemente nacional. Talvez por ser estrangeiro me preocupava com os processos comuns, muito semelhantes e diferentes simultaneamente que viviam o Uruguai e o Brasil durante a década de 1930. Daí então, o interesse nas relações Uruguai-Brasil.

---

[34] CERVO, Amado. *"Teorias e Conceitos em Relações Internacionais".* In: Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 51, n. 2, 2008; p. 19-20.
[35] CARR, Edward Hallet. *Que é História*? 9ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2006; p. 65.
[36]BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2001; p. 75.
[37] ASSIS, Arthur. *A teoria da história como hermenêutica da historiografia: uma interpretação de Do Império à República, de Sérgio Buarque de Holanda.* In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 91-120 – 2010; p.92.

Uma palavra, para resumir, domina e ilumina nossos estudos: "compreender".[38] Para melhor analisar essas relações bilaterais, precisamos compreender a inserção do Brasil e do Uruguai nos cenários internacional e regional. E ainda, compreender a visão de um país acerca do outro.

Em suma, essa dissertação propõe-se a analisar as relações entre o Brasil e o Uruguai, entre 1931 e 1938, sob a perspectiva uruguaia, a partir da documentação diplomática uruguaia, presente, principalmente, no *Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay (*AMREU) e na *Biblioteca del Instituto Artigas del Servicio Exterior,* além do levantamento bibliográfico realizado em bibliotecas de Montevidéu, Porto Alegre e Brasília, com o propósito de contribuir para essa área de pesquisa, bem como estimular novas análises, debates e interpretações. Procura refletir, portanto, como o nosso país é interpretado/compreendido por um país vizinho, bem como as tentativas de uma aproximação cultural entre ambos os países no contexto das relações bilaterais.

---

[38] Bloch, *Op. Cit.;* p.128.

Capítulo 1- Antecedentes das relações entre Brasil e Uruguai

Brasil e Uruguai não são apenas países fronteiriços. Pode-se dizer que há raízes históricas profundas entre esses estados sul-americanos, e elas merecem mais estudos históricos. O limite brasileiro-uruguaio demarca a primeira fronteira brasileira habitada em ambos os lados. O contato das duas populações, suas afinidades culturais, as relações familiares, políticas, comerciais – estas ao amparo ou ao arrepio da lei – configuram um quadro único, que não pode ser ignorado pelos estudiosos da história das relações diplomáticas dos dois países.[39]

As relações brasileiro-uruguaios têm características peculiares que passam desde o período colonial à formação dos Estados nacionais independentes; desde a esfera pública à esfera privada. E o Rio Grande do Sul é a prova real dessa encruzilhada com a qual tem inúmeros laços históricos e culturais. Nas palavras de Gabriela Nunes Ferreira, "a província do Rio Grande do Sul funcionava como correia de transmissão dos conflitos políticos do Prata para dentro das fronteiras do Império".[40] Podemos, de certa forma, ampliar essa visão para o período republicano brasileiro em questão.

Com o fim de compreender e explorar melhor essas relações históricas, dividimos o capítulo 1 em: 1.1) antecedentes historiográficos, para apresentar, brevemente, as historiografias brasileira e uruguaia existentes sobre a temática abordada; e 1.2) antecedentes históricos, para abordar, brevemente, as histórias cruzadas do Brasil e Uruguai do período colonial até a década de 1930.

1.1 - Antecedentes historiográficos

Em *"Uma história diplomática do Brasil (1531-19445)"*, José Honório Rodrigues explicou o seu conceito de história diplomática: "uma complexa forma de expressão do poder nacional em confronto, antagônico ou amistoso, com as demais manifestações do poder nacional." Acrescentou ainda que: "o que se pretende não é estudar o *homus diplomaticus*,

[39] In: Cadernos do CHDD. Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ed. Especial. – Brasília, DF: FUNAG, 2007; p. VII.
[40] Ferreira, Gabriela Nunes; *Op. Cit*; p.18.

com sua polidez protocolar, sua fórmula de saudação sabiamente graduada, mas o poder nacional que se exprime nas relações internacionais.” [41] [42]

Entendemos que as relações entre indivíduos, grupos sociais e governos são internacionais a partir do momento em que se interpõem entre elas o fenômeno das fronteiras estatais. Nesse sentido, enquanto existirem Estados soberanos, a separação político-jurídica do espaço criará o fato *internacional.* O conjunto das transações ou de fluxo que atravessam as fronteiras, estatal ou não-estatal, seria o bastante para configurar um relacionamento do tipo internacional.[43]

Ao aproximar relações internacionais e história, faz-se pertinente um rápido retrospecto dessa ligação, sendo possível localizá-la, pela primeira vez, ao longo dos séculos XVIII e XIX, época das concepções gerais da história mundial, foi essa também a das generalizações político-internacionais realizadas com base no estudo histórico da evolução do sistema europeu de Estados ou das grandes potências. Foi, no entanto, após a Primeira Guerra Mundial que se fortaleceu a consciência do que seria a história das relações internacionais, que passou a ser reconhecida como disciplina científica, tomando como base para seu estudo a história, senhora de enfoques históricos e metodológicos próprios.[44] A partir daí, verificaram-se esforços no sentido de ser constituída uma teoria que embasasse a análise dos temas afeitos às relações internacionais, sendo o campo da história o mais apto a realizar tal tarefa.

Nesse sentido que os tradicionais estudos de história das relações internacionais evoluem no rumo da busca de uma explicação histórica que faculte o entendimento do papel exercido pelas *forças profundas*[45] nas relações internacionais, e também, a relevância do desempenho das personalidades e das ideias dos homens de Estado. Renouvin e Duroselle sintetizaram essa ideia ao dizer que:

> O estudo das relações internacionais aplica-se principalmente a analisar e a explicar as relações entre as comunidades políticas organizadas no âmbito de um território, a saber, entre os Estados. É de toda a evidência que ele precisa levar em conta as relações estabelecidas entre os povos e entre os indivíduos que compõem tais povos [...]

---

[41] RODRIGUES, José Honório; SEITEINFUS, Ricardo A. S. *Uma história diplomática do Brasil. 1531-1945.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995; p. 27.
[42] Cabe destacar que José Honório Rodrigues, nacionalista declarado, compreendia as relações internacionais como a soma de contratos entre as políticas nacionais dos estados soberanos e independentes.
[43] RECKZIEGEL, Ana Luiza Gobbi. *A diplomacia marginal. Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904).* Passo Fundo: UPF Editora, 1999; p. 15-16.
[44] Idem; p.16.
[45] Ver nota 16.

> Entregues a si mesmos, essas relações entre os indivíduos poderiam às vezes constituir um fator de solidariedade; na pior das hipóteses, os antagonismos entre os interesses individuais não acarretariam, na maior parte dos casos, consequências políticas diretas. Regulamentadas pelos Estados, as relações em questão tornam-se um elemento de negociações ou de contestações entre os governos. Por conseguinte é a ação dos Estados que se acha no centro das relações internacionais.
>
> Dentro deste gênero de relação, a histórica diplomática estuda as iniciativas ou os gestos dos governos, suas decisões e, na medida em que pode fazê-lo, suas intenções. Trata-se de um estudo indispensável, mas que não basta-longe disso- para suscitar os elementos de explicação.
>
> Para compreender a ação diplomática é preciso procurar penetrar as influências que lhe orientam o curso. As condições geográficas, os movimentos demográficos, os interesses econômicos e financeiros, os traços da mentalidade coletiva, as grandes correntes sentimentais, essas são as forças profundas que formaram o quadro das relações entre os grupos humanos e, em grande parte, lhe determinaram o caráter. [46]

Em termos gerais, portanto, a história converte-se em primeira e básica matéria-prima no estudo das relações internacionais. Isto é, a história desempenha papel fundamental na construção do marco teórico que serve de suporte para o contexto factual, uma vez que amplia a capacidade de compreensão de determinados fatos, os quais, se vistos isoladamente, perdem sua significação real.

A esse propósito cabe referir os conceitos de limite e fronteira. Entendemos que o limite é reconhecido como linha, delimitação, a qual é determinada por tratados interestatais a fim de precisar o direito à soberania. O limite refere-se à divisa propriamente dita e, portanto, não pode ser habitado; constitui uma marca artificial e remete diretamente ao Estado. A fronteira, por sua vez, diferencia-se do limite porque ocupa uma faixa, uma zona, muitas vezes bastante povoada, na qual os habitantes dos Estados vizinhos podem desenvolver intenso intercâmbio. [47]

Para Álvaro Teixeira Soares, a fixação das fronteiras de um país é obra de seus estadistas-diplomatas, de seus demarcadores e dos homens que realizam a ocupação e promovem a dinâmica da mesma fronteira, é fundamental para a perenidade das pátrias que, desse modo, medem sua extensão e mesmo suas possibilidades com a certeza e a segurança essenciais à sua estabilidade e à sua permanência na sociedade das nações soberanas.[48]

---

[46] RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações internacionais.* São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967; p. 5-6.
[47] Reckziegel, *Op. Cit.;* p. 19.
[48] SOARES, Álvaro Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil.* 3º ed. Rio de Janeiro: Conquista; 1975; p. 5.

Nessa linha, Álvaro Teixeira Soares defendeu que a fronteira é, de modo geral, o condicionamento resultante de uma política externa.[49] Desse modo, se a fronteira é o condicionamento resultante de uma política, então se impõe ter em linha de conta, como imperativo vivencial, a existência de uma 'política de fronteiras'. Esta política, acrescentou o diplomata, deve ser vigilante, previdente, construtiva para que as fronteiras sejam estáveis e protegidas, bem como sensibilizadas demográfica e economicamente. A consolidação das fronteiras é uma tarefa essencialmente política, e sendo política, é também militar.[50] Foi dessa forma que muitos dos estadistas luso-brasileiros dos séculos XVIII e XIX pensaram a construção do Estado brasileiro.

Entretanto, a fronteira não pode ser reduzida à mera demarcação dos limites, devendo ser interpretada numa perspectiva mais ampla, levando em consideração condicionantes históricos que a conformam. Pois, mesmo que a presença do Estado imponha distinções marcantes entre uma parte e outra, o contato interfronteiriço pode ensejar estilos de vida semelhantes em ambos os lados[51], o que algumas vezes, influi na existência de uma identidade regional singular.[52] Por isso, é preciso salientar o conceito de região, como "um espaço de identidade ideológico-cultural e representatividade política, articulado em torno de interesses específicos, geralmente econômicos, por uma fração ou bloco regional de classe que nele reconhece sua base territorial de reprodução." [53]

Na faixa da fronteira atual, por exemplo, situam-se oito municípios brasileiros – Santa Vitória do Palmar, Jaguarão, Erval, Bagé, Dom Pedrito, Santana do Livramento, Quaraí e Uruguaiana – e cinco departamentos uruguaios – Artigas, Rivera, Cerro Largo, Treinta y Tres e Rocha. O contato direto da fronteira gaúcho-uruguaia são as chamadas cidades-geminadas, que são bicéfalas em nível administrativo e complementares em nível econômico, como é o caso de Rivera-Santana do Livramento.[54]

Desse modo, para inserirmos a nossa dissertação no debate historiográfico atual da História das Relações Internacionais da América do Sul, é importante, brevemente, fazer um apanhado historiográfico das historiografias brasileira e uruguaia, e com isso, apontar algumas continuidades e rupturas na história das relações entre esses países.

---

[49] Idem; p. 11.
[50] Idem; p. 53.
[51] Como é o caso da zona de fronteira gaúcho-oriental que passou a ser não apenas uma extensão dos limites, mas, sim uma área de interação, interdependência e complementaridade.
[52] Reckziegel, *Op. Cit.;* p.19-20.
[53] Idem; p.20.
[54] Idem; p.22.

1.1.1- Historiografia brasileira

A historiografia brasileira voltada para o Prata é relativamente vasta, principalmente, aquela voltada para as relações entre Brasil e Argentina. Já as relações com o Uruguai ganharam uma maior importância nas últimas décadas. Como ressalva, cabe aqui lembrar que se trata de um apontamento da historiografia brasileira das relações internacionais do Brasil que, de alguma maneira, aborda a região do Prata, em especial, o Uruguai.

A obra de Paulo Roberto de Almeida, *Relações Internacionais do Brasil e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização,* apresenta o estado do conhecimento e as tendências atuais da área de estudos das relações internacionais do Brasil. O autor percorreu o caminho trilhado por "historiadores-diplomatas", cientistas sociais, historiadores acadêmicos e diplomatas de carreira, para escrever a história da produção na área de relações internacionais do Brasil. Inicialmente, destacou as obras dos autores "fundadores" do conhecimento na área, como a lição do primeiro grande "mestre", Pandiá Calógeras; o esforço divulgador de Hélio Vianna; a sistematização da ação diplomática brasileira empreendida por Delgado de Carvalho e a análise histórica da inserção internacional do país desenvolvida por José Honório Rodrigues.

Na área acadêmica vinculada à história e às relações internacionais, os professores Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno preencheram uma grande lacuna com o livro "História da Política Exterior do Brasil" (1992). Na elaboração de uma nova metodologia para o estudo da política exterior do Brasil, Cervo e Bueno operaram, inicialmente, uma reorientação da ênfase conceitual em que se basearam até aqui os estudos nessa área, deslocando o eixo analítico da tradicional "história diplomática" – e, portanto, privilegiando excessivamente as "relações entre Estados" – para o terreno mais amplo das "relações internacionais" da nação, em seu conjunto, englobando, assim, os processos econômicos e as forças sociais em ação no caso brasileiro. Nesse sentido, os autores deram maior atenção aos processos de natureza estrutural que sustentam a trama das relações internacionais do Brasil, buscando seus fundamentos nas chamadas "forças profundas" de Pierre Renouvin. Entre seus objetivos

estavam o de consolidar o conhecimento elaborado sobre as relações internacionais do Brasil e revestir a síntese resultante desse esforço com uma nova interpretação histórica.[55]

Carlos Delgado de Carvalho, por sua vez, no preâmbulo de sua obra, *História Diplomática do Brasil*, publicada em 1959[56], reconheceu a importante contribuição de seus predecessores, entre eles: Hélio Vianna, Teixeira Soares, Renato de Mendonça, Macedo Soares, Pedro Calmon, Araújo Jorge, "para não falar dos grandes vultos de um passado não remoto". Conquanto o mais interessante dessa obra é o destaque dado à continuidade da política externa que caracteriza a nossa diplomacia.

Observa-se, a saber, que o continente "relações internacionais do Brasil" constitui uma espécie de *terra incógnita*, cuja exploração sistemática requer tanto um levantamento topográfico geral (que seria o seu balizamento metodológico) como descrições sucessivas de relevo (constituídas por estudos globais ou por monografias temáticas). Uma primeira síntese interpretativa pode significar, justamente, como observou Paulo Roberto de Almeida, o fim da pré-história dessa disciplina no Brasil.[57]

No Brasil, a tendência parece ter seguido o caminho inverso, isto é, a de um progressivo deslocamento da produção historiográfica em relações internacionais dos gabinetes da elite intelectual, e também governamental, do Segundo Reinado e da Primeira República, para as salas mais acanhadas das novas gerações de pesquisadores profissionais das academias universitárias.[58] Com efeito, a primeira geração de "historiadores-diplomatas" (ou de "diplomatas-historiadores"), educada em jurisprudência, línguas e artes, também exerceu certa influência nos negócios do Estado, quando não administrava, ela mesma, as relações exteriores do país. Nomes como Duarte da Ponte Ribeiro, Varnhagen, Barão do Rio Branco, Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Pandiá Calógeras ilustram bem essa osmose entre a atividade de pesquisa acadêmica no terreno da história e a esfera política prática no campo da diplomacia.

Segundo os críticos, esses trabalhos tinham se concentrado, talvez em demasia, nos episódios propriamente políticos ou militares da ação diplomática governamental (isto é, negociações entre Estados, conflitos militares, conclusão de tratados, atuação das

---

[55] ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações Internacionais do Brasil e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização.* Rio de Janeiro: LTC, 2012; p. 50.
[56] Esse livro surgiu a partir de notas e textos das preleções preparadas pelo autor para o curso de que foi, em 1955, encarregado pela direção do Instituto Rio Branco, escola brasileira de formação de diplomatas.
[57] Almeida, *Op. Cit.;* p.16.
[58] Idem; p. 25.

chancelarias, etc.), em detrimento dos processos de natureza mais estrutural e de longo prazo que poderiam explicar ou dar sentido a determinadas escolhas fundamentais da nação na frente externa. As gerações subsequentes de pesquisadores universitários, a despeito da crescente produção voltada para as relações internacionais do Brasil nos últimos anos, como também da própria proliferação de cursos e instituições dedicadas a essa área, pouco fizeram nesse campo de sistematização de amplo espectro: ou criticaram, do ponto de vista político e metodológico, a abordagem *événementielle* desses pioneiros ou eximiram-se, tão simplesmente, do trabalho de produzir manuais alternativos.[59]

Mais recentemente, a partir da publicação de Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, *História da Política Exterior do Brasil*, produziu-se pesquisas e publicações importantíssimas sobre a história da política externa brasileira. Destacaremos aqui algumas obras e autores relevantes sobre a região do Rio da Prata. Dentre essas obras, destacamos: Luiz Moniz Bandeira (*O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*, 1998), Francisco Doratioto (*Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*, 2002; *O Brasil no Rio da Prata*, 2014), Gabriela Ferreira Nunes (*O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial*; 2006), Carlos Roberto da Rosa Rangel (*O anti-liberalismo nos discursos de Gabriel Terra e Getúlio Vargas (1930-1938)*,2012; *Os exilados brasileiros no Prata: entre a revolução e a ordem(1930-1935), 2000; As festas como formas de integração na fronteira Brasil-Uruguai (1930-1945), 2014*) e Ana Luisa Setti Reckziegel *(A diplomacia marginal: vinculações políticas entre Rio Grande do Sul e Uruguai, 1893-1904*; 1999). Esses dois últimos historiadores trouxeram novas análises sob a ótica regional, isto é, a partir da zona fronteiriça entre Rio Grande do Sul e Uruguai.

Ana Luiza Setti Reckziegel, ao analisar as vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904), evidenciou que a estabilidade política interna tanto do Uruguai quanto do Rio Grande do Sul também estava condicionada ao rumo tomado pelas contendas revolucionárias regionais. Em 1893, no Rio Grande do Sul, quando os federalistas perseguidos pelo governo do estado fizeram, por assim dizer, do Uruguai seu quartel-general e, mais ainda, cooptaram para a luta renomados caudilhos uruguaios. Da mesma forma, quando da revolução de 1897 no Uruguai, os blancos procuraram apoio militar e estratégico no Rio Grande do Sul, não só entre seus antigos aliados federalistas, mas também junto ao

---

[59] Idem; p. 42.

governo estadual. Ou ainda, na revolução uruguaia de 1904, na qual se evidenciou mais uma vez a extensão dos trâmites entre uruguaios e rio-grandenses. [60]

Nesse contexto que Reckziegel revelou o conceito de *diplomacia marginal* para ilustrar a tradição de autonomia sul-rio-grandense frente ao governo central. Acostumado aos litígios fronteiriços e constatando que, da neutralidade pretendida pelo Rio de Janeiro, não tiraria nenhuma vantagem para a consolidação do poder castilhista, o governo estadual simplesmente fez-se surdo às suas orientações, colocando em prática estratégias próprias no que se referia ao relacionamento com o Uruguai.[61] E frente ao projeto hegemônico do castilhismo-borgismo foi fundamental o desempenho da diplomacia marginal, a qual corroborou a posição de autonomia regional do Rio Grande do Sul.[62]

Com efeito, apesar de as temáticas relativas à política externa brasileira não serem um dos ramos que mais tem atraído os historiadores ultimamente, é correto dizer que existe uma produção acumulada significativa nessa área. Não seria incorreto afirmar, também, que nos trabalhos de história da política externa brasileira há uma significativa concentração no período que se estende de 1930 até o ocaso do Estado Novo, em 1945. O primeiro período Vargas sempre exerceu certo fascínio sobre os historiadores; o processo de modernização e industrialização e a política externa de crescente influência sobre o contexto continental desenvolvidos nesse período foram, com certeza, grandes motivadores de pesquisas históricas.[63]

Assim sendo, entende-se que a historiografia brasileira das relações internacionais profissionalizou-se por meio da academia, mas, de toda forma, não muito distante das diretrizes da política externa brasileira. Surpreendentemente, a América do Sul ainda não recebeu a devida atenção quanto aos estudos historiográficos. O Uruguai muito menos.

---

[60] Reckziegel, *Op. Cit.;* p.23.
[61] Idem; p. 24.
[62] Idem; p.268.
[63] SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares. As visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo.* Passo Fundo: EDIUPF, 1999; p. 33.

1.1.2- Historiografia uruguaia

Do lado uruguaio, destacamos alguns historiadores que contribuíram para a análise da inserção internacional do Uruguai, visto que são poucos os trabalhos voltados, especificamente, para as relações com o Brasil. Isabel Clemente sintetizou esse campo de estudo da seguinte forma:

> *"El estudio histórico de la política exterior está representado por un número limitado de estudios sistemáticos pero es un área de investigación actualmente en crecimiento. Existe un desarrollo desigual por períodos, con una ausencia notable de trabajos académicos sobre las décadas transcurridas desde la segunda post-guerra hasta la transición a la democracia en 1985. Por otra parte, existe una literatura de carácter ensayístico con interpretaciones sobre problemas de las relaciones internacionales de Uruguay."*[64]

O livro de Luiz Alberto de Herrera, "*El Uruguay Internacional",* publicado pela primeira vez em 1912, e o texto de Carlos Real de Azúa, "*Política Internacional e ideologías en el Uruguay"*(1959), tornaram-se clássicos para a discussão teórico-conceitual da inserção internacional do Uruguai . Já os trabalhos de Ana María Rodríguez Ayçaguer (*La diplomacia del anticomunismo: la influencia del gobierno de Getulio Vargas en la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS en diciembre de 1935*, 2008; *Un pequeño lugar bajo el Sol: Mussolini, la conquista de Etiopia y la diplomacia uruguaya, 1935-1938,* 2009), Isabel Clemente (*Política exterior del Uruguay, 1830-1995. Tendencias, problemas, actores y agendas,* 2005) e Clarel de los Santos (*Soberanía e identidad nacional en el Uruguay del Novecientos. Incidencias nacionales y regionales en la gestación del Tratado de Rectificación de Límites entre Uruguay y Brasil en 1909,* 2010; *El péndulo magnetizado: las relaciones de Uruguay con Brasil durante la II Guerra Mundial,* 2011) analisam mais profundamente a atuação internacional e regional do Uruguai.

Dante Turcatti em "*El equilibrio difícil: la política internacional del batllismo"(1981)* analisou a projeção internacional do Uruguai durante as três primeiras décadas do século XX, período dominado pelos grupos políticos denominados batllistas[65].

---

[64] CLEMENTE, Isabel. *Política exterior de Uruguay, 1830-1985. Tendencias, problemas, actores, agenda.* Unidad Multidisciplinaria, Facultad de Ciencias Sociales, Serie Documentos de Trabajo Nº 69, nov. 2005; p. 2.

[65] O Batllismo foi o grupo político protagonista da cena política uruguaia do século XX. Representava grande parte do Partido Colorado e utilizava, politicamente, a imagem de José Batlle y Ordoñez, presidente entre 1903-

Maria Magdalena Camou em "*Los vaivenes de la política exterior uruguaya ante la pugna de las potencias. Las relaciones con el Tercer Reich, 1933-1942"* (1990) abordou a relação do Uruguai com a Alemanha nazista. Já Juan Antonio Oddone em "*El Uruguay entre la depresión y la guerra, 1929-1945"(1990)* pesquisou os efeitos do cenário internacional, em tempos de crise econômica estrutural e de Segunda Guerra Mundial, na história política e econômica do Uruguai.

Gerardo Caetano e Raúl Jacob analisaram, minuciosamente, o início do período terrista em sua obra de três volumes: "*El nacimiento del terrismo" (1989-1991).* Apesar de seu enfoque no processo político interno, há uma breve análise acerca da política externa de Gabriel Terra. Gerardo Caetano em "*El Uruguay internacional y la región: apuntes históricos y desafíos vigentes"* (2011) analisou, resumidamente, a projeção internacional do Uruguai ao longo do século XX e XXI. Enrique Arocena Oliveira e Romeo Pérez Anton[66] esforçaram-se para fazer um compêndio bibliográfico em *"Evolución y apogeo de la diplomacia uruguaya , 1828-1948" (*1984) e "*Política exterior uruguaya, siglo XX"*(2010), respectivamente.

Em sua obra, *Un pequeño lugar bajo el Sol. Mussolini, la conquista de Etiopía y la diplomacia uruguaya, 1935-1938*, a historiadora uruguaia Ana María Rodríguez Ayçaguer debruçou-se sobre as repercussões no Uruguai do conflito entre Itália e Etiópia. A partir das correspondências diplomáticas uruguaias e de outros documentos do *Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay*, Rodríguez Ayçaguer observou o posicionamento de seu país frente ao conflito internacional. No entanto, antes de analisar, o "problema etíope", Rodríguez Ayçaguer apresentou alguns apontamentos das relações, isto é, intercâmbio comercial, vínculos socioculturais e componentes político-ideológicos, entre o Uruguai de Terra e a Itália de Mussolini ao longo da década de 1930. É importante lembrar que a Itália não era apenas mais um país. Isso, em grande medida, pelos profundos vínculos de sangue e culturais de uma grande massa de imigrantes de origem italiana no Uruguai. Em outras palavras, era reconhecer o papel da imigração italiana na

---

1907 e 1911-1915. Cabe lembrar que o batllismo foi uma corrente política plural, ou seja, dividiu-se, por sua vez, em grupos políticos internos.

[66] Cabe lembrar que Enrique Arocena e Romeo Pérez não são historiadores profissionais e seus trabalhos não apresentam bases documentais, fato que muitas vezes explica os erros factuais presentes nas respectivas obras. Trata-se de compêndios bibliográficos com o intento de uma síntese geral da política externa uruguaia.

construção do Uruguai moderno. Sua contribuição foi significativa na transformação econômica, decisivamente, na construção do empresariado industrial.[67]

Como destacaram Gerardo Caetano e José Pedro Barrán, desde que o fascismo começou a ocupar os primeiros planos da vida política italiana conquistou no Uruguai seguidores e admiradores de seu projeto. [68] Em grande parte, essa simpatia e admiração davam-se por conta do temor ao comunismo e ao desejo de alcançar o "progresso pela ordem". O temor de agitação revolucionária a partir da Revolução Bolchevique de 1917, fortalecido pela agitação sindical de 1919 em Montevidéu e os sangrentos choques ocorridos em Buenos Aires no mesmo ano, a fundação do Partido Comunista de Uruguai (1920) e as ações temerárias e violentas dos anarquistas fizeram com que destacados líderes dos setores conservadores – entre eles Pedro Maniní Ríos, líder do riverismo, e Julio María Sosa, líder do sosismo, ambos ligados ao Partido Colorado; e Luís Alberto de Herrera e Juan B. Morelli, líderes do herrerismo, ligados ao Partido Nacional – enxergassem com simpatia a experiência fascista, que tinha minimizado com mão de ferro as organizações sindicais e políticas de esquerda.[69]

Essa historiadora destacou que a chancelaria uruguaia mantinha uma permanente atenção para que os posicionamentos de seus vizinhos, Brasil e Argentina, fossem assuntos de maior ou menor importância.[70] Ainda lembrou: *"que es necesario recordar que el mundo no se ve igual desde un pequeño país como Uruguay, que desde Brasil o Argentina"*. Em outras palavras, o Uruguai reconhece o seu peso internacional, principalmente, a partir de sua posição regional. Pode-se até mesmo falar de um "*complexo de país minúsculo" ou de um trauma de nascimento do estado uruguaio.* Em vista da posição marginal dos pequenos Estados na literatura das relações internacionais, surge a indagação: *por que estudar as relações internacionais dos pequenos Estados?*

Rodríguez Ayçaguer esclareceu que ao se preocupar com a dependência uruguaia dos grandes centros hegemônicos do poder mundial, não observava a atuação da diplomacia uruguaia em sua esfera estratégica, a dimensão regional. E essa observação foi uma inflexão em sua análise. Passou a dar atenção também ao posicionamento regional de seu país. Isso,

---

[67] Rodríguez Ayçaguer, *Op. Cit.*; p. 22.
[68] Nesse período em questão, cabe destacar que um número considerável de dirigentes políticos e quadros da administração pública eram de origem italiana, entre eles o próprio presidente Gabriel Terra, o líder do setor riverista do Partido Colorado, Pedro Maníni Rios, o Ministro do Uruguai na França e o representante do país na Sociedade das Nações, Alberto Guani, entre outros.
[69] Rodríguez Ayçaguer; *Op. Cit.;* p. 24.
[70] Idem; p. 15.

em grande medida, porque: "*lo muy poco que sabemos sobre nuestras relaciones con Argentina y Brasil en este período"*. [71]

Dante Turcatti enfatiza que *"la política internacional del Uruguay* en *relación con sus vecinos ha estado desde siempre influida por la particular posición geográfica del país, con sólo 187.000 km² de superficie y con una muy escasa población, que al finalizar la primera década del siglo XX era poco más de un millón de habitantes.* [72] Turcatti explica, da seguinte forma, o tradicional jogo pendular da política exterior uruguaia:

> *"A pesar de que un movimiento pendular de las relaciones exteriores con Argentina y Brasil, tratando de mantener delicados equilibrios, fue el estilo tradicional de la Cancillería uruguaya, se hizo siempre difícil ocultar las simpatías existentes hacia una u otra nación por parte de las dos grandes colectividades políticas. Tendencias que surgen con el nacimiento mismo del Estado Oriental y se remontan también al origen de dichos partidos. Las fricciones ocurridas, de tanto en tanto, con alguno de los países vecinos, van a romper esa equidistancia, considerada garantía imprescindible de la independencia y soberanía nacionales".*[73]

Com isso, compreende-se *"El Uruguay Internacional"* de Luiz Alberto de Herrera. Nessa obra clássica, Herrera sintetizou, brilhantemente, a condição histórica do Uruguai: *"su inserción en el mundo y en la región forma parte sustantiva de su identidad nacional".*[74]Apesar de mais de um século da primeira publicação *(1912)*, a obra de Herrera tem uma evidência permanente quanto ao posicionamento do Uruguai no concerto internacional. O nascimento desse Estado, as peripécias de seus primeiros anos de independência e seu papel geográfico localizado entre dois grandes vizinhos são comentados pelo autor, um dos principais líderes políticos uruguaios do século XX. Parecia constante no pensamento de Herrera uma preocupação pela independência real de seu país, principalmente com o histórico conflituoso com o seu vizinho da outra margem do Rio da Prata, a Argentina.

Luiz Alberto de Herrera não tinha uma visão positiva de uma política internacional uruguaia voltada para os seus países vizinhos. Destacava, de forma pragmática e nacionalista,:

[71] Ibidem.
[72]TURCATTI, Dante. *El equilibrio difícil: la política internacional del Batllismo.* Montevideo, ARCA- CLAEH, 1981; p. 37.
[73] Idem.
[74] HERRERA, Luís Alberto de. *El Uruguay Internacional.* Montevideo: Cámara de Representantes, 1988; p.30.

> “*La prosperidad de nuestro país, aunque muy positiva, no guarda armonía con la prosperidad pletórica de los países limítrofes. Cabría paralelo en el terreno espiritual, con resultado halagador en más de un concepto; pero, bajo la faz económica, luce insostenible. Concedido que nuestra riqueza destaca, que nuestros productos son inmejorables, que tanto el trigo como los ganados orientales imponen su bondad, fruto de las excelencias del suelo; aun más, pide alabanza nuestra valerosa iniciativa industrial y reconocimiento los méritos excepcionales de su esfuerzo. Sin embargo, siempre será imposible igualar situación con los fronterizos. […] Mientras nosotros crecemos en proporción aritmética, los vecinos crecen en proporción geométrica.*
> *Esa es la verdad desnuda; ése es el hecho, que muchos espíritus apasionados no quieren admitir; a esa evidencia hay que rendirse. […]La extensión territorial simplifica todos los problemas y sus ingentes recursos propician las más audaces iniciativas laborantes. […]*
> *Reanudemos. Todo asegura que el Uruguay quedará cada día más rezagado con respecto a sus fronterizos. La opinión candorosa podrá negarle rasgo incómodo a esta desarmonía; y con acierto, si alguien la interpretara como promesa inmediata de agresión. Sin embargo, ningún criterio juicioso desconocerá los inconvenientes externos, graves o no- resta al porvenir concretarlos- que ofrece el enorme poder nacional, abrumador para nosotros, solos, de la Argentina y del Brasil. […]*
> *Ningún argumento justifica la prolongación de estas negligencias informativas. Brasil y Argentina, sobre todo por ser ellos tan aplastantes, exigen nuestro estudio hondo y sereno. Con referencia a Brasil, durante tiempo demasiado largo hemos repetido los juicios excesivos de terceros, partícipes, sin motivo, en la lucha de las ajenas rivalidades.* [75]

Apesar da sua visão receosa acerca dos vizinhos Brasil e Argentina, Herrera reconhecia a necessidade de conhecê-los profundamente, até mesmo, por uma questão de segurança nacional. Por isso, *El Uruguay Internacional* tornou-se um clássico na historiografia uruguaia. De toda forma, diferentemente da historiografia brasileira, ainda não há uma “obra orgânica” sobre a história da política externa do Uruguai. É, portanto, uma “história necessária a ser feita”.

1.2 Antecedentes históricos

O historiador Tobias Monteiro enfatizava que *“a história do Brasil não pode ser escrita sem o estudo de Portugal e do Rio da Prata”.* [76] Por certo, podemos ir além dizendo que a história das relações entre Brasil e Uruguai não pode ser escrita sem o reconhecimento da peculiaridade da região fronteiriça do Rio Grande do Sul com o Uruguai, pois, essa zona

[75] Idem; p. 101-110.
[76] LINS, Álvaro. *Rio Branco. Biografia Pessoal e História Política.* São Paulo: Alfa-Omega, 1996; p. 31.

de fronteira gaúcho-oriental passou a ser não apenas uma extensão dos limites, mas, sim uma área de interação, interdependência e complementaridade. Nas palavras de Reckziegel:

> Se o Rio Grande do Sul não atraiu, na época colonial, o olhar do colonizador, logo depois, colocar-se-ia numa posição de importância, se não econômico-política, pelo menos estratégico-militar. A indefinição dos limites fez com que a Metrópole avançasse pelas terras espanholas, o atual Uruguai, ignorando o Tratado de Tordesilhas e justificando-se através do *utis possidetis.* O Rio Grande do Sul configurava-se, nesse contexto, no território-base na qual se concentravam os esforços do avanço português rumo ao Prata.[77]

Contudo, é importante destacar que enquanto as diplomacias portuguesa e espanhola discutiam a fixação dos limites entre as duas possessões coloniais, acordados por várias vezes, as gentes que ali viviam ignoravam a marca dos tratados e mesclavam-se num movimento contínuo de trocas econômicas, ligações familiares e interconexões culturais, abaladas apenas nas ocasiões de enfrentamento político-militar.[78]

De toda forma, geograficamente, como defendeu Delgado de Carvalho, é entre os estuários do Rio Amazonas e do Rio da Prata que se projeta, no Atlântico, a massa brasílica.[79] Em outras palavras, a formação territorial do Brasil, desde o período colonial, teve o Sul, mais especificamente o Prata, e o Norte, especificamente o Amazonas, como principais problemas a serem resolvidos.

1.2.1 - Uma herança colonial: do vice-reino do Prata ao processo de formação dos Estados Nacionais

Francisco Doratioto destacou que a presença portuguesa no Rio da Prata foi resultado de uma política claramente definida, desde 1680 com a fundação da Colônia de Sacramento por Manuel Lobo. Nesse ano, Portugal fundou Sacramento, na margem oriental desse estuário e em uma península de fácil defesa militar e que dispunha de um bom porto natural. Este era visto como uma base para o acesso português ao interior da América do Sul, por meio da navegação dos rios Uruguai e Paraná. Além disso, Sacramento poderia desviar de

[77] Reckziegel, *Op. Cit*.; p. 13.
[78] Idem; p. 14.
[79] Carvalho, Carlos Delgado de. *Op. Cit*.; p.134.

Buenos Aires o contrabando da prata oriunda da Bolívia e de outras mercadorias. Após disputas militares e diplomáticas entre Portugal e Espanha, a Colônia de Sacramento ficou de posse espanhola pelo Tratado de Badajoz (1801).[80]

Com isso, observa-se que desde o século XVII, o fator geopolítico foi um dos principais motivadores da colonização da margem oriental do Rio da Prata pelos portugueses. Àquela época, como lembrou Moniz Bandeira, a navegação através do Rio da Prata e seus afluentes já era vital para os portugueses, cujos interesses na região se tornaram mais complexos, à medida que, ao longo da primeira metade do século XVIII, a ocupação do oeste e a mineração do ouro estenderam as fronteiras do Brasil e impulsionaram a formação do seu mercado interno. O Rio da Prata representava, assim, a chave de acesso ao estuário superior do Paraná, Uruguai e Paraguai, que banhavam terras consideradas das mais ricas e férteis do Brasil. [81] Tratava-se, portanto, de uma estratégia geopolítica e militar, servindo de barreira norte à expansão da colonização espanhola e garantindo a Portugal o condomínio do Prata.

Em 1750, Portugal e Espanha assinaram o Tratado de Madri, que legalizou a ocupação de praticamente dois terços do atual território brasileiro; o tratado previa igualmente a troca da Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das Missões, aldeamentos fundados por jesuítas espanhóis no atual oeste do Rio Grande do Sul. Moniz Bandeira destacou que com a assinatura desse tratado, o Estado brasileiro já projetava geograficamente sua silhueta, que poucas modificações sofreria, no curso da história. Pela primeira vez desenhava-se no papel a forma compacta, quase triangular, do mapa do Brasil que hoje nos é familiar: 4.336 km de leste a oeste, 4.307 km de norte a sul. [82] Concebido principalmente pelo brasileiro Alexandre de Gusmão, na época Secretário do rei D. João V, o Tratado de Madri estruturou-se em torno de dois princípios fundamentais: o das "fronteiras naturais", como são os cursos dos rios e as cumeadas das montanhas, e o do *"uti possidetis",* que determina que cada parte conserve o que ocupa no terreno.[83]

Problemas de demarcação no Norte, dificuldades para a remoção dos indígenas dos Sete Povos no Sul e, principalmente, novo e pior ambiente entre as cortes peninsulares explicam, em 1761, o Tratado de El Pardo, anulatório do Tratado de Madri. Em 1777, entretanto, pelo Tratado de Santo Ildefonso, as fronteiras de Madri eram retomadas, à exceção

---

[80] Doratioto, *Op. Cit*.; p. 18.
[81] BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança.* Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 1998; p. 39-40.
[82] Idem; p. 38.
[83] GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil.* Brasília: FUNAG, 2013; p.15-16.

do extremo sul, onde os Sete Povos retornaram à soberania espanhola. A guerra de 1801 entre Portugal e Espanha provocou ocupações territoriais em Portugal e na América, onde tropas gaúchas conquistaram, para sempre, a região dos Sete Povos. O tratado de paz desse mesmo ano não previu a devolução de territórios ocupados. Na prática, o Tratado de Santo Ildefonso estava anulado. Assim, a independência das nações sul-americanas encontrou-as sem limites perfeitamente conhecidos ou respeitados.[84]

Heytor Lyra, em *Ensaios diplomáticos,* marcado pelo seu forte sentimento nacionalista, tentava justificar a intervenção do Império do Brasil no Prata da seguinte forma:

> Jamais interviemos no Prata que não fossemos levados, ou pela necessidade de defender nossas fronteiras contra os excessos dos revolucionários que constantemente as ameaçavam, ou por um firme e sincero desejo de pacificar aqueles países, restituindo-lhes a liberdade e a segurança de que tanto necessitavam.[85]

Como diplomata brasileiro, Heytor Lyra buscava atender os interesses nacionais de seu país. Para tanto, romantizava os princípios políticos de intervenção brasileira no Prata.

Do outro lado do Rio da Prata, Buenos Aires tinha uma grande vantagem geográfica, pois devido à sua localização, por seu porto deveria, obrigatoriamente, passar o comércio das províncias do interior. Por outro lado, à exceção de Entre Rios, Corrientes e Santa Fé, banhadas pelo rio Paraná, as demais províncias estavam relativamente isoladas de Buenos Aires, pois desta seria necessário percorrer um longo caminho terrestre para chegar a elas.[86]

É importante lembrar que durante a década de 1810, a elite crioula adotou a causa da independência frente ao quadro conturbado da metrópole com as demais potências europeias, sobretudo a França napoleônica. Percebe-se, assim, que a situação internacional europeia repercutiu, no Rio da Prata, como instrumento catalisador para o processo de independência.[87] Consequentemente, a erosão do poder espanhol levou a elite *criolla* do vice-reino do Prata a buscar diferentes saídas tais como o apoio britânico, a vinculação com a princesa Carlota Joaquina no Rio de Janeiro, o apoio à manutenção do vice-rei Liniers. Todas

---

[84] Idem; p.16.
[85] Idem; p. 51.
[86] CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.* 5º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010; p. 17.
[87] Doratioto, *Op. Cit.*; p. 14-15.

essas alternativas obedeciam à insegurança e à ameaça do grupo realista espanhol instaurar uma nova ordem. Como resultado, em maio de 1810 iniciou-se o processo revolucionário em Buenos Aires. Seus dirigentes aspiravam expandir a revolução, sob sua égide, para toda a região (expedições militares ao Alto Peru e Paraguai, apoio à insurreição na Banda Oriental, conexões com as elites dirigentes em algumas províncias do interior, etc.).

Nesse contexto, as lutas internas argentinas, ao longo do intenso processo de independência da região, permitiram que, em 1811, as tropas portuguesas ocupassem o território da Banda Oriental, atual Uruguai, retirando-se meses depois. Nesta, José Gervasio Artigas, que combatera a presença espanhola na região, aliado a Buenos Aires, se opôs à tentativa da elite portenha de centralizar o poder. Em 1814, ele criou a Liga dos Povos Livres, baseada no federalismo e no reformismo social, o que lhe trouxe o apoio da população pobre do campo. Artigas[88] fortaleceu-se, inclusive ao norte, em território habitado por brasileiros, e, como consequência, tornou-se um obstáculo tanto ao projeto político de Buenos Aires, quanto aos interesses da Coroa portuguesa.[89]

Em 1815 o poder espanhol já se afirmava em toda a América, exceto no Rio da Prata; o artiguismo era o governo na Província Oriental e influenciava o interior argentino. Enquanto que o Alto Peru parecia perdido, em Buenos Aires expandia-se a pecuária mediante expedições contra os indígenas que viviam ao sul da província. O Paraguai, por sua vez, desvinculou-se, definitivamente, do processo rio-platense, organizando-se sob a influência do "Ditador Supremo", Gaspar Rodríguez de Francia.

Um ano mais tarde, em julho de 1816, a Banda Oriental foi ocupada novamente por forças portuguesas sem enfrentar oposição do governo de Buenos Aires e, em 1820, Artigas foi derrotado[90] militarmente pelos portugueses e refugiou-se no Paraguai, onde permaneceu até sua morte, em 1850. Como resultado, em 1821, D. João VI incorporou a Banda Oriental como mais uma província, a da Cisplatina, ao Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil. Em 1822, ela tornou-se província do Império do Brasil, após a independência, ato aprovado pelo Cabildo de Montevidéu, mas tropas portuguesas permaneceram nesta cidade até que, em 1824, cercadas por forças leais a D. Pedro I, se retiraram para Lisboa.

---

[88] Nesse sentido que Artigas tornou-se o *prócer* uruguaio; representado como aquele que combatera as forças centralizadoras de Buenos Aires e ao Império Português.

[89] Doratioto, *Op. Cit.;* p. 18.

[90] Os principais fatores da derrota de Artigas foram a coalizão dos grandes fazendeiros e comerciantes que tinham certo medo da possibilidade de uma revolução social, além da centralização portenha e da invasão portuguesa.

Nesses processos de independência e formação de novos Estados é importante destacar as diferenças de evolução política nas Américas portuguesa e espanhola durante o século XIX. A primeira diferença que chama atenção é a manutenção da unidade política em um caso e a fragmentação territorial em outro. Como bem observou José Murilo de Carvalho, "no início do século XIX a colônia espanhola dividia-se administrativamente em quatro vice-reinados e quatro capitanias-gerais que no meio do século se tinham transformado em 17 países independentes. Em contraste, as 18 capitanias-gerais da colônia portuguesa, existentes em 1820 (excluída a Cisplatina), formavam, já em 1825, vencida a Confederação do Equador, um único país independente." [91]Outra diferença marcante diz respeito ao regime de governo adotado nos países independentes: republicano nas ex-colônias espanholas e monárquico no Brasil.

Essas diferenças ocorreram, principalmente, devido às singularidades dos processos de independência na região. Diferentemente da América Espanhola, o processo de independência da América Portuguesa foi pacífico e marcado mais por continuidades do que rupturas, embora tenha tido alguns conflitos locais como os da Bahia. Dessa forma, os instrumentos do exercício do poder, ainda que frágeis, deram à política do Estado Monárquico no Rio da Prata uma vantagem comparativa em relação às províncias independentes de língua hispânica da região, que enfrentavam o desafio de se organizarem politicamente. Nesse sentido que:

> A política luso-brasileira encarava a existência de repúblicas em sua vizinhança, como uma ameaça às suas instituições. Daí a preocupação de fixar os limites do Brasil no sul pela margem esquerda do Rio da Prata e de favorecer a criação de monarquias na América, onde se sentia isolada, depois do primeiro decênio do século passado e percebia ser sempre olhada de esguelha. [92]

De fato, à independência se opuseram os funcionários da Coroa espanhola na região e, mais, a elite independentista fez uma revolução política, ao optar pela República como forma de governo. A consequência disso foi uma crise de legitimidade na qual durante décadas, Buenos Aires encontrou enorme dificuldade em impor o projeto centralizador da constituição do Estado nacional, também chamado à época de unitário. À construção de um Estado centralizado, controlado pela burguesia portenha, se opunham elites das províncias do interior, como Entre Ríos e Corrientes, por exemplo, pois queriam liberdade para exercer seu

[91] Carvalho, José Murilo de. *Op. Cit.;* p. 17.
[92] Carvalho, Carlos Delgado de. *Op. Cit.;* p. 62.

domínio político local e manter para si os ganhos econômicos; daí defenderem o modelo de Estado descentralizado, chamado de federal, que evitaria terem de compartilhar poder e recursos econômicos com a antiga capital colonial.[93]

Entretanto, para radicalizar as lutas políticas, em 1823, D. Pedro I, primeiro imperador do Brasil, recusou o pedido do governo de Buenos Aires para que as tropas brasileiras se retirassem da Banda Oriental, para ser incorporada às Províncias Unidas do Rio da Prata, lideradas pela elite portenha. Assim, em 1825, um grupo de revolucionários liderados por Juan Antonio Lavalleja, vindos de Buenos Aires, desembarcou na Cisplatina, iniciando a luta pela independência do Brasil e logo solicitou a incorporação do território oriental às Províncias Unidas. O Congresso desta aceitou o pedido, o que provocou a reação de D. Pedro I de declarar guerra às Províncias Unidas.[94] Iniciou-se, assim, a Guerra da Cisplatina que durou até agosto de 1828, com a Convenção Preliminar de Paz, uma saída "independentista" para a Banda Oriental.

Rubens Ricupero destacou que nesse conflito, iniciado pelo desembarque da expedição comandada por Lavalleja, o Império do Brasil viu-se seriamente prejudicado pela desvantagem logística. Com efeito, a área de combate (o território uruguaio e parte do Rio Grande do Sul) se encontrava muito afastada do Rio de Janeiro, principal base de apoio brasileira. Ao contrário, a proximidade de Buenos Aires favoreceu aos argentinos e uruguaios.[95] Contudo, o governo de Buenos Aires não era o responsável pela expedição de Lavalleja e não tomou iniciativa para apoiá-la, mas a população da cidade e o Congresso das Províncias Unidas eram entusiastas da guerra. O mesmo não ocorria no Rio de Janeiro, pois o Império do Brasil não estava preparado para o conflito, não dispondo as forças brasileiras de coordenação entre suas unidades para enfrentar os revolucionários. Estes, a partir da vitória sobre as forças brasileiras na batalha de Sarandí, em outubro de 1825, passaram a controlar o interior do território oriental. Graças à superioridade naval brasileira, Montevidéu e Sacramento mantiveram-se sob o controle do Império, mas a ação da Marinha imperial era limitada pelo grande calado de seus navios, que não permitia que manobrassem com desenvoltura no rio Uruguai ou em locais próximos à costa, devido a pouca profundidade. Já os navios argentinos eram mercantes adaptados para a ação bélica e, embora fossem menores e inferiores às belonaves brasileiras em capacidade de tiro, eram mais leves e ágeis para atuar

---

[93] Carvalho, José Murilo de. *Op. Cit.;* p. 16.
[94] Doratioto, *Op. Cit.;* p. 19.
[95] RICUPERO, Rubens. O Brasil no Mundo. In: *História do Brasil Nação: 1808-2010.* Volume 1- Crise colonial e Independência (1808-1830). Madri: Fundação MAPFRE; Rio de Janeiro: Editora Objetiva; 2011; p. 153.

nessas áreas. Além disso, as Províncias Unidas deram carta de corso a aventureiros estrangeiros para atingirem contra o Brasil e a ação dos corsários no litoral brasileiro prejudicou o comércio exterior do país. [96]

Apesar da superioridade militar terrestre argentina, os argentinos não conseguiram vencer o Império, quer pela superioridade naval brasileira, quer por falta de coesão interna nas Províncias Unidas. Por isso o presidente Bernardino Rivadávia enviou Manuel Garcia ao Rio de Janeiro para negociar a paz que ele obteve ao seguir as instruções secretas de que, se necessário para tanto, aceitasse a soberania do Império sobre a Banda Oriental. Todavia, esse acordo provocou verdadeira sublevação popular em Buenos Aires, o que obrigou Rivadávia a renunciar, agravando a tensão política nas Províncias Unidas. [97]

Dessa maneira, o impasse militar continuou, pois nem as forças libertadoras conseguiam vencer o Exército imperial instalado em Montevidéu e Sacramento, que se mantinha graças ao fornecimento de víveres e munições pelas belonaves brasileiras, nem as forças brasileiras conseguiam retomar o interior da Cisplatina. A falta de perspectiva para o final da guerra, que prejudicava seu comércio na região, levou a Inglaterra a intervir diplomaticamente e impor a paz às partes beligerantes, levando o Império e as Províncias Unidas a aceitarem a independência da Banda Oriental. [98] Dessa forma, em 27 de agosto de 1828, pela Convenção Preliminar de Paz, surgiu a República Oriental do Uruguai, como Estado-tampão[99], cuja existência foi garantida perpetuamente por Inglaterra, Brasil e Províncias Unidas. O ano de 1828 constituiu, então, um marco básico na formação regional, pois o Estado-nação uruguaio estabeleceu-se, impondo, pelo traço político, a divisão de um espaço que até então fora uniformizado cultural e economicamente. Estavam assim, criadas as condições para o delineamento de um espaço regional, internacional.[100]

Diante do empate paralisador entre os dois adversários, uma questão teoricamente pertencente ao eixo das relações simétricas, como apontou Rubens Ricupero, terminava pela interferência do eixo assimétrico de poder. A solução viria pelas mãos da potência hegemônica na região e no mundo, a Inglaterra, cujo mediador, Ponsonby, assim descreveria

---

[96] Doratioto, *Op. Cit.;* p. 20.
[97] Idem; p. 20-21.
[98] Ibidem.
[99] A independência do Uruguai constitui, ainda hoje, um tema de debate histórico e político. Temas como a presença do artiguismo, as diferenças entre localismo e nacionalismo, o papel dos setores dirigentes, a intervenção estrangeira, a ideia de Estado-tampão, entre outros, contribuem para uma melhor compressão desse processo revolucionário.
[100] Reckziegel, *Op. Cit.;* p.60.

o desfecho: “Pusemos um algodão entre dois cristais”. [101] Entretanto, a Província Cisplatina conquistou a independência, mas não a paz. O que se seguiu no novo país foram décadas de grande instabilidade política. Dois partidos dividiam a opinião pública: os “blancos”, agrupação que se formou originalmente em torno de Lavalleja, em geral simpáticos à Argentina, e os “colorados”, mais propensos ao Brasil, cujo chefe inicial foi o primeiro presidente do Uruguai, Fructuoso Rivera.

O professor Doratioto defendeu que a Guerra da Cisplatina teve origem antes nas lógicas geopolíticas coloniais, portuguesa e espanhola, do que em interesses vitais dos novos países, ainda em construção. Lembrou, no entanto, que nestes, é bem verdade que, havia pecuaristas, em Buenos Aires e no Rio Grande do Sul, que obteriam ganhos econômicos com o acesso ao estoque de gado na Banda Oriental, mas inexistiam outros interesses que justificassem a longa e desgastante guerra.[102] De toda forma, após a Convenção Preliminar de Paz de 1828 e a abdicação de D. Pedro I, em 1831, o Brasil continuou a observar com interesse os acontecimentos no Rio da Prata, no entanto, sem intervenções ativas. Isso porque durante o período regencial brasileiro (1831-1840), iniciado após a abdicação de D. Pedro I e a impossibilidade do príncipe regente – ainda menor de idade – assumir o trono, houve muitas rebeliões provinciais contra o poder central, além da fragilidade política e financeira do Estado Monárquico. Isso impossibilitou uma política ativa dos regentes em relação ao Rio da Prata.

Por outro lado, o recém-independente Estado Oriental buscava a consolidação de seu Estado nacional. É necessário lembrar, todavia, que o Uruguai de 1830 tinha escassa população e um Estado frágil. Nas palavras de Zum Felde:

> *“En 1830, la realidad social del país es netamente caudillesca. Es este un país semidesierto, sin alambrados y sin caminos; sin agricultura que cree hábitos sedentarios y pacíficos, al mismo tiempo que intereses conservadores; sin más vías y medios de comunicación que el caballo y la carreta; con costumbres musculares y púgiles generadas por las faenas pecuarias. Sin más centro de asociación que la pulpería, ni más autoridad reconocía que la del caudillo. La acción de la autoridad legal casi no puede ejercerse en ese desierto, con tan largas distancias cortadas de montes y serranías”.*[103]

[101] Ricupero, *Op. Cit.*; p. 153.
[102] Doratioto, *Op. Cit.*; p. 20-21.
[103] *Apud.* In: CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la Independencia y la República caudillesca.* Historia Uruguaya 5. Montevideo: EDBOU, 2011; p. 100.

Nesse processo de consolidação do Estado oriental que os dois primeiros presidentes do Uruguai, caudilhos clássicos da região, Fructuoso Rivera (1830-1834) e Manuel Oribe (1835-1838), tornaram-se líderes, respectivamente do Partido Colorado e do Partido Nacional, também conhecido como *blanco*. Esses dois partidos políticos uruguaios, que se tornaram os partidos tradicionais uruguaios até a segunda metade do século XX, tinham projetos de Estado bem diferentes. Os colorados tinham como base social principalmente os comerciantes de Montevidéu e defendiam o livre-comércio e a livre navegação dos rios platinos. Estes eram também princípios defendidos pela política externa brasileira, pois a província do Mato Grosso estava isolada por terra do resto do Brasil e a única forma de o Rio de Janeiro manter contato regular com ela era por meio da navegação fluvial. [104] Já os blancos representavam os grandes proprietários de terra, que tinham afinidades com os pecuaristas da outra margem do rio da Prata, nas províncias argentinas.

Como resultado dessas disputas políticas entre *blancos* e *colorados*, o Uruguai viveu, entre 1839 e 1851, uma guerra civil longa, por isso, chamada de Guerra Grande. A luta iniciou-se com a sublevação de Fructuoso Rivera, apoiado por unitários argentinos, contra Manuel Oribe, que fugiu para Buenos Aires, onde obteve o apoio de Juan Manuel de Rosas, governador da província de Buenos Aires. Como resposta, Rivera, que ocupara o poder em Montevidéu, declarou guerra a Rosas. A situação regional, portanto, era delicada, pois desde 1835 o Rio Grande do Sul era uma província conflagrada, devido à Farroupilha que, em 1838, proclamou a independência e criou a República Rio-Grandense de Piratini.

A diplomacia imperial se impunha, portanto, manter postura de cautela em relação à guerra civil uruguaia. Não era o caso da Confederação Argentina, liderada por Rosas, membro da elite rural e produtor de charque. Em 1831, ele assinou o Pacto Federal com os governadores de Santa Fé e Corrientes, para defenderem-se mutuamente de ataques externos e internos e, no início de seu segundo governo, em 1835, ele organizou a Confederação Argentina. Na realidade, Rosas tornou-se ditador do país movido por um nacionalismo antiliberal e pelo combate aos unitários, embora juridicamente tivesse a mesma posição dos demais governadores, exceto pela delegação dada por eles para que representasse no exterior as províncias argentinas. [105]

[104] DORATIOTO, Francisco. Guerra do Paraguai. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das Guerras.* 3º. ed. São Paulo: Contexto, 2007; p. 257.
[105] Doratioto, *Op. Cit.;* 2014; p. 23.

Produziu-se, então, uma situação complexa, devido às vinculações da disputa interna no Uruguai às lutas políticas na Confederação, entre unitários e federalistas; no Brasil, entre farroupilhas e legalistas e, ainda, aos interesses da Grã-Bretanha e França, que apoiaram financeira e militarmente o governo de Fructuoso Rivera. Este era sustentado pelo setor mercantil, defensor do livre-comércio, enquanto Manuel Oribe contava com apoio dos proprietários rurais e, no plano militar, de Rosas. Rosas, por sua vez, proibira a navegação do rio Paraná pelos navios mercantes estrangeiros, que deveriam descarregar e carregar mercadorias no porto de Buenos Aires. A aduana deste não era nacional, portanto os impostos gerados pelo comércio exterior argentino enriqueceriam as finanças da província de Buenos Aires.[106]

Nota-se, então, que as perturbações políticas no Rio da Prata e especialmente o governo de Rosas vinham prejudicando seriamente os interesses estrangeiros dedicados ao comércio nos mercados platinos.[107] A alteração da geografia política da América do Sul era sem dúvida o sonho imperialista de Rosas: a constituição do vice-reinado do Prata, com a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia. Por sua causa houve a crise ministerial de 1849, no Império do Brasil, pela qual se via que os "negócios do Prata" passavam a ocupar o primeiro plano. A demissão do Marquês de Olinda e a nomeação de Paulino José Soares de Sousa, Visconde do Uruguai, marcaram o momento em que se decidiu a orientação da política exterior do Segundo Reinado no Rio da Prata. [108]

O Uruguai, por outro lado, vivia um período de anarquia política. A Guerra Grande (1839-1851) acabou por consolidar essa divisão entre blancos e colorados que erigiram programas distintos e constituíram-se em partidos, hoje os mais tradicionais e antigos da América Latina. Alfredo Castellanos, historiador uruguaio, ao falar da delimitação das fronteiras do Uruguai e da sua situação econômica após a Guerra Grande, destacou o a fragilidade institucional do estado uruguaio frente ao tradicional jogo pendular de seus grandes vizinhos:

> "*En resumen: la sórdida ambición de los Estados vecinos, Argentina y Brasil, impidió que la República obtuviera la fijación de sus fronteras históricas, manteniéndolas en incertidumbre hasta el desenlace de la 'Guerra Grande' (1851); y las rencillas internas comprometieron gravemente la menguada economía del país en los inicios de su vida constitucional.*"[109]

[106] Idem; p. 24.
[107] Carvalho, Carlos Delgado de. *Op. Cit.*; p. 53.
[108] Lins, Álvaro. *Op. Cit.;* p. 32.
[109] Castellanos, *Op. Cit.;* p. 120.

Na verdade, essa instabilidade política regional em meio à formação dos respectivos Estados nacionais seria resolvida somente com a Guerra do Paraguai (1864-1870). A Guerra do Paraguai, como destacou Francisco Doratioto, representou um marco na história dos quatro países que a travaram. No Brasil, o Estado Monárquico mostrou-se no auge do seu poderio, constituindo-se no principal sustentáculo militar, diplomático e financeiro da Tríplice Aliança. Esse esforço, porém, catalisou as contradições políticas e sociais da sociedade monárquica, como o demonstram o desenvolvimento do republicanismo e a crise do sistema escravocrata. Criou, ainda, um Exército forte, que adquiriu, nos campos de batalha, identidade própria, desvinculada da Monarquia, depondo-a com o golpe republicano de 15 de novembro de 1889.[110] Por outro lado, na Argentina, o conflito contribuiu para a consolidação do Estado centralizado, enquanto o Uruguai emergiu dos anos de luta com instituições mais fortes. Já o Paraguai, derrotado, perdeu os territórios que disputava com Argentina e Brasil e assistiu ao fim do Estado autoritário e patrimonial. Além disso, Paraguai e Uruguai consolidaram-se como Estados-tampões entre Argentina e Brasil, que continuaram a rivalizar no Prata.[111] Em outras palavras, a Guerra do Paraguai foi resultado do processo de construção dos Estados nacionais no Rio da Prata, e ao mesmo tempo, marco nas suas consolidações.

Para o Império do Brasil, a Guerra do Paraguai expôs sua fragilidade militar, em grande parte estrutural, devido ao regime escravocrata. O Império foi capaz, porém, de superar essa fragilidade, de mobilizar todos os seus recursos e de atingir o apogeu de seu poder no Prata. Saiu vitorioso militarmente e fortaleceu, nessa região, sua hegemonia, que se iniciou na década de 1850 e se prolongou até 1875. No plano interno, o conflito foi o ponto de inflexão que deu início à marcha descendente da monarquia brasileira. [112] O Uruguai, por sua vez, a partir de 1870, viveu um período próspero economicamente, muito devido à demanda europeia que importava a lã. Após a Guerra de Secessão (1861-1865) o sul dos Estados Unidos, principal fornecedor de algodão que era a principal fibra têxtil, foi afetado. Logo, a lã ganhou mais atenção e valor do mercado europeu, principalmente britânico. E fez com que o Uruguai se tornasse cada vez mais dependente dos centros mundiais de poder. De toda forma, como destacou José Pedro Barrán, em virtude da lã, o Uruguai conseguiu sair da idade do couro. E isso significava: "*romper con la dependencia del cuero y su precio, era avanzar en el largo camino de la independencia económica del país. A partir de la introducción de la*

---

[110] Doratioto, Francisco. *Op. Cit.;* 2007; p. 282.
[111] Idem; p. 282-283.
[112] DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002; p. 483-484.

lana como otro de sus rubros exportables, el Uruguay comenzó a vivir de 3 productos fundamentales: lana, cueros y tasajo." [113]

A partir de 1876 esse processo de modernização do Uruguai se fez mais notório e coerente. Os governos militares (1876-1886), respectivamente de Lorenzo Latorre e Máximo Santos, responsabilizaram-se por inserir o Uruguai na órbita capitalista britânica. Não é por acaso que na década de 1890, o presidente Júlio Herrera y Obes declarou que se sentia como "*el gerente de una gran estancia, cuyo directorio estaba en Londres".* Já nas primeiras décadas do século XX, após a guerra civil de 1904, *blancos* x *colorados,* o Uruguai fortaleceu e consolidou o seu Estado e as suas instituições. José Batlle y Ordoñez[114], presidente do Uruguai entre 1903-1907 e 1911-1915, teve um papel importante nesse processo de modernização ao transformar o pequeno país do sul em um "país modelo".

1.2.2 – Um Uruguai "moderno" e uma nova república na América do Sul

O processo de modernização do Uruguai, conforme defendeu Jaime Yaffé, transcorreu em duas fases sucessivas: a primeira no último quartel do século XIX, o período "militarista" e "civilista" entre 1876 e 1903, e a segunda nas três primeiras décadas do século XX, o período "batllista" entre 1903 e 1933. Em ambas as fases produziram-se dois processos simultâneos: a modernização econômico-social e a modernização política. Enquanto se confirmava, ainda que renovado, o modelo agroexportador, o sistema político experimentou profundas transformações. Entre elas destacou-se a modernização do Estado que consolidou sua capacidade coativa e expandiu suas atribuições econômicas e sociais. Nesse sentido, a primeira e a segunda modernização podem considerar-se duas fases sucessivas e vinculadas

---

[113] BARRÁN, José Pedro. *Apogeo y Crisis del Uruguay Pastoril y Caudillesco.* Historia Uruguaya. Tomo IV. Montevideo, EDBOU, 1987; p. 117.

[114] José Pablo Batlle y Ordoñez (1856-1929) foi presidente do Uruguai em dois períodos: 1903-1907 e 1911-1915. Batlle, sem dúvida, marcou a vida política uruguaia do século XX. Filho do presidente e general Lorenzo Batlle, portanto, de família colorada. Fundou o jornal *El Día.* Em 1904, venceu a guerra civil contra os *blancos nacionalistas,* liderados por Aparício Saravia. Com a paz estabelecida, Batlle trouxe certa modernização para o seu país. Fez Claudio Williman o seu sucessor para retornar à presidência em 1911. Durante o governo de Williman realizou viagens pela Europa. Nesse período representou seu país na 2º Conferência Internacional de Haia. Em seu retorno ao Uruguai, implementou uma série de reformas sociais. Criou a *Universidad de las Mujeres*, os liceus de ensino médio em todos os departamentos do Uruguai, o Museu de Belas Artes e de História. Tornou a educação gratuita e pública, além de laica. In: SALDAÑA, José M. Fernandez. *Diccionario Uruguayo de Biografías (1810-1940).* Montevideo: Editorial Ameríndia; 1945; p. 147- 152.

em um mesmo processo. [115] No entanto, os pontos-chave político e econômico-sociais são diferentes de cada um dos períodos.

Somente no último quartel do século XIX que o Estado uruguaio pôde consolidar-se efetivamente como corpo institucional capaz de impor sua autoridade em todo o território nacional com base no monopólio da violência física. Até então, o Estado foi débil político e financeiramente. Sem um sistema de impostos nacional, o Estado estava sujeito ao único e insuficiente ingresso das aduanas do porto de Montevidéu. Além disso, carecia de um exército nacional com superioridade de recursos materiais e humanos que fosse capaz de impor sua autoridade sobre os exércitos caudilhistas por todo o território uruguaio. Não dispunha de um aparato administrativo segundo critérios racionais e de uma organização burocrática. Por último, governava sobre um território cujos limites estavam indefinidos e cuja escassa população configurava um grande vazio demográfico. Em resumo, o recém Estado criado, Uruguai, carecia de todos os atributos e boa parte dos recursos de um Estado moderno. Esse feito seria consolidado somente por volta do último quartel do século XIX. [116]

Em outras palavras, é dizer que a estrutura econômica-social herdada do período colonial não sofreu alterações significativas ao longo das primeiras décadas de vida independente. A economia tradicional estava caracterizada pelo absoluto controle do setor pecuário e da atividade comercial centralizada no porto de Montevidéu. A propriedade da terra foi difusa e permaneceu indefinida até o período militarista. Esse fator, na verdade, foi o elemento de um conflito social permanente entre proprietários e fazendeiros sem títulos, e entre proprietários e ocupantes e o próprio Estado. A força de trabalho não proprietária de terras vinculava-se às unidades de produção de gado em formas fortemente personalizadas e paternalistas.

A partir da década de 1860 produziu-se uma transformação da pecuária tradicional com a incorporação da produção ovina e por sua vez, com a introdução de algumas modificações modernizadoras nas formas de trabalho, adiante da oferta de mais produtos além do couro, dependência da criação tradicional de gados. Além disso, a atividade comercial constituiu o segundo eixo da economia tradicional e tinha no comércio de trânsito regional o seu ponto forte. Montevidéu foi até o final do século XIX um centro privilegiado para o comércio de toda a região platina dando lugar ao surgimento de uma próspera, mas instável

---

[115] YAFFÉ, Jaime. *La modernización en el Uruguay: política y economía, 1876-1933. In:* HEINZ, M. Flávio; HERRLEIN Jr., Ronaldo (orgs.). *Histórias regionais do Cone Sul.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2003; p. 323-340.
[116] Idem; p. 324-325.

burguesia mercantil abalada pelas frequentes guerras civis e revoluções que desconectavam Montevidéu dos demais territórios uruguaios. Com essa estrutura econômica e social característica do "*Uruguay comercial, pastoril y caudillesco"* herdada da época colonial, conviveu o débil Estado oriental criado em 1828, e, que desde 1830, denominava-se "uruguaio".

Dessa forma, o Estado independente instalado em 1828 viveria até pelo menos 1876 em uma situação paradoxal de debilidade e centralidade. Apesar de uma persistente escassez de recursos financeiros e meios administrativos, o Estado, ainda assim, era a única força capaz de impor sua autoridade, o único centro de decisão para uma sociedade em processo de estruturação e sempre assediada pela violência política presente nas constantes revoltas e guerras civis, nas quais nenhum setor mostrava-se capaz de constituir-se como hegemônico. A partir daí, observa-se um processo de consolidação do Estado uruguaio dividido, pelo menos, em três momentos: o militarismo (1876-1886), o civilismo (1886-1903) e o primeiro batllismo (1903-1916).

Em sua faceta econômico-social a primeira modernização esteve centralizada no campo, na zona rural, e seu resultado não foi uma transformação se não que a confirmação, ainda que renovada, do modelo agroexportador com base no predomínio da pecuária latifundiária e extensiva. Outrossim, na sua faceta política, a modernização do período militarista teve como elemento central o fortalecimento do Estado. Decerto, o Estado uruguaio conseguiu centralizar o seu poder político, simultaneamente, à sua institucionalização. Pela primeira vez passou a ter o monopólio da força física por todo o território nacional[117] estabelecendo a ordem interna a partir da modernização de seu aparato militar e da instalação e investimentos na infraestrutura mínima de transportes e comunicações, ao mesmo tempo em que racionalizava seu aparato administrativo e sancionava seu ordenamento jurídico nacional.[118]

---

[117] Eis um tema de grande debate na historiografia uruguaia, por isso, ao menos, duas ressalvas e precauções são necessárias. A primeira que a persistência e o peso do fenômeno caudilhista no meio rural até início do século XX prolongou a fragmentação e regionalização do poder político para além da centralização operada sob o militarismo. A segunda é a forma em que se concretizou a coparticipação política inaugurada em 1872 entre blancos e colorados. Esta gerou uma dualidade de poderes. Por um lado, o governo central com sede em Montevidéu controlado pelos colorados e por outro lado, os caudilhos blancos que controlavam uma parte do território nacional com certa independência do poder central, e até mesmo com exércitos particulares. Somente em 1904, última guerra civil, que pode-se falar, definitivamente, do processo de consolidação do ator estatal no Uruguai.

[118] Yaffé, *Op. Cit.;* p. 328-329.

Com os governos civilistas o Estado ganhou contornos socioeconômicos mais claros. A crise econômica de 1890 estimulou a reflexão acerca da condição dependente e precária da estrutura econômica nacional, dando lugar a um conjunto de diagnósticos e projeções que navegaram um clima geral de consciência a nível intelectual e do elenco governante acerca do necessário protagonismo do Estado como elemento central em qualquer plano de superação da crise e do desenvolvimento econômico de largo prazo. Nesse contexto que o Estado assumiu a responsabilidade de determinadas atividades econômicas como: a construção e a administração do porto de Montevidéu, o controle e a distribuição de energia elétrica na capital, a fundação do *Banco de la República*, entre outras iniciativas. O resultado disso foi a transformação do Estado em um agente econômico em certas áreas estratégicas: finanças e crédito, comércio, geração de energia, além do aparato educativo de cobertura universal para o nível primário.[119] Como resultado, a expansão do Estado na área econômica se produziu no marco da perpetuação do sistema político oligárquico hegemônico (por perpetuar o predomínio do Partido Colorado no governo e excluir as possibilidades do Partido Nacional ter acesso ao poder) e excludente (por privar de direitos políticos a enorme maioria da população). Seria necessário esperar o início do século XX para que a modernização alcançasse ao conjunto das instituições políticas. Por isso, em grande medida, pode-se afirmar que a primeira modernização política, a do século XIX, reduziu-se ao Estado.[120]

Isto é dizer que o batllismo, ao tomar a condução do Estado uruguaio nos primeiros anos do século XX, aprofundou um processo de intervencionismo econômico já em curso desde as últimas décadas do século XIX. A experiência da crise econômica de 1890, além de ter provocado o questionamento do pensamento liberal clássico, gerou a necessidade de um Estado econômico e socialmente ativo. Na verdade, a realidade de um país altamente dependente do mercado internacional levou o Uruguai a tomar medidas com o fundo estatista como um mecanismo de defesa, amortizador frente à incerteza da conjuntura internacional. Por conseguinte, durante as primeiras décadas do século XX, sob o domínio batllista, o Uruguai impulsionou uma ampla política e industrialização, nacionalizações e estatizações que fizeram do Estado um agente econômico de primeira ordem para as dimensões da estrutura econômica do país. Essa era a segunda modernização desse processo maior referido anteriormente.

---

[119] Idem; p. 330.
[120] Idem; p. 331.

Essa modernização econômica esteve centralizada na dinamização da economia urbana e industrial e no crescimento das empresas públicas. Aí estavam as bases do crescente peso social e político dos setores populares e médio urbanos. A classe operária manufatureira e o serviço público expandiram-se ao ritmo do incipiente crescimento da indústria manufatureira e do desenvolvimento do aparato do Estado.[121] No plano social, o Estado desenvolveu uma ampla legislação social e trabalhista, ao mesmo tempo em que se preparava para um giro decisivo quanto ao papel do Estado frente ao conflito social no momento do surgimento do sindicalismo uruguaio. Além disso, é importante lembrar que o crescimento da população uruguaia de 1908 para 1929 foi notável, passou de 1.046.670 para 1.684.915. A imigração contribuiu, em grande medida, para esse crescimento demográfico.

Embora Batlle não tenha colocado todo seu programa reformista em prática, já que muitos projetos não foram concretizados, é inegável o avanço político-social de seus dois governos em diversas áreas:

> *El programa de transformaciones impulsado por Batlle y Ordóñez suponía la utilización del aparato estatal para la promoción de un modelo de desarrollo urbano industrial. Partía de la idea de que siendo el Uruguay un país nuevo, sería posible superar los conflictos sociales que la implantación del capitalismo había generado en el Viejo Mundo, y promovía la universalización del acceso a servicios como la salud y la educación. El mayor impulso reformista fue desplegado en su segunda administración, especialmente entre los años 1911-1913. La importancia histórica de este proceso resulta notable, al comprobarse que aún en etapas posteriores, de claro signo conservador tal ampliación no se revirtió fundamentalmente. […].*[122]

Justamente por seu caráter reformista com certas características populares, o batllismo atraiu contra si uma tenaz reação de setores político-sociais conservadores do Uruguai, notadamente da União Cívica, composta pela elite católica, de segmentos do Partido Nacional e do próprio Partido Colorado. Essa articulação exitosa dos setores conservadores de ambos partidos tradicionais, blancos e colorados, com organizações sociais que resistiam ao impulso batllista, fez com que o batllismo entrasse em "uma política de pactos e compromissos"[123] que na década de 1920 significou um verdadeiro congelamento, senão retrocesso, do impulso estatista que teve seu ponto culminante entre 1911 e 1915, durante o segundo governo de José Batlle y Ordoñez.

---

[121] Idem; p.333.
[122] FREGA, Ana. *La formación de un modelo. 1890-1918*. In: FREGA, Ana. *et. al. Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005)*. Montevideo: EBO, 2007, p. 31.
[123] NAUM, Benjamin. *La época batllista. 1905-1920.* Montevideo: EDBOU, 1975; p. 107-117.

A derrota eleitoral do batllismo em 1916 possibilitou a reação desses setores conservadores, sob a presidência de Feliciano Viera, por meio de várias reformas sociais e econômicas[124]. Iniciava-se, com isso, o momento da *"república conservadora",*[125] como é conhecido na historiografia uruguaia. A modernização política característica dessa república conservadora foi a democratização do sistema político. Entretanto, outro elemento chama muita atenção. Esse processo de modernização não significou, necessariamente, criar algo novo, como observa-se no sistema partidário. Os partidos tradicionais, por exemplo, sobreviveram e apenas modernizaram-se. [126] Paradoxalmente, esse processo político confirmou a "permanência e o fortalecimento do tradicionalismo político", a sobrevivência reformulada e tonificada nos velhos bandos blanco e colorado.

A Segunda Constituição uruguaia (1919)[127], realizou uma profunda transformação no sistema eleitoral e uma notável reformulação das instituições políticas uruguaias. Sob esse novo formato institucional a velha ordem política, hegemônica e excludente, foi obrigada a modernizar-se, mas em um cenário mais democrático, tanto com a ampliação da participação política – estabelecido o sufrágio universal masculino – como a consagração do pluralismo político. Em outras palavras, o processo de modernização no Uruguai confirmou a renovação do tradicionalismo político em seu formato bipartidário blanco e colorado. Além disso, consolidou o protagonismo e a centralização desses partidos tradicionais na condução do Estado.

A implementação de um governo colegiado no Uruguai foi classificado como "Estado plural" pelo historiador inglês Jonathan Hartlyn. Ele considera essa tentativa uruguaia do Executivo plural a mais original de afastar-se do presidencialismo puro feita na América Latina, fórmula constitucional que preservava o conceito básico da separação dos poderes ao mesmo passo que reduzia o primado do Executivo. [128] A primeira experiência de governo colegiado, que durou de 1919 a 1933, dividiu a responsabilidade executiva entre um

---

[124] Essas reformas são chamadas pela historiografia uruguaia de *"el alto de Viera",* já que freou o reformismo social e econômico do primeiro batllismo, mas também possibilitou o avanço do Estado social e empresarial de orientação deliberadamente popular, com a profunda modernização democratizante a partir da reforma constitucional instalada em 1916.

[125] Sobre o tema, ver: CAETANO, Gerardo. *La República conservadora. 2 tomos.* Montevideo: Editorial Fin de Siglo; 1991-1992.

[126] Yaffé, *Op. Cit.;* p.335.

[127] Essa segunda Constituição era discutida desde 1917. Foi plebiscitada em 25 de novembro de 1917, mas entrou em vigor apenas em 1º de março de 1919.

[128] HARTLYN, Jonathan. *A Democracia na América Latina após 1930. In:* BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina. Volume VII. A América Latina após 1930: Estado e Política.* São Paulo: EDUSP, 2009; p. 147.

presidente, encarregado das relações exteriores e da ordem interna da nação, e um conselho de nove membros eleito a cada dois anos e encarregado da administração da política interna. Dois terços das cadeiras do Conselho Nacional de Administração eram destinados ao partido que obtivesse maior número de votos; e um terço, à principal força da oposição. O Executivo plural contribuiu para quebrar a longa tradição de conflitos civis na história do Uruguai e fomentou a consolidação das práticas democráticas e a legitimidade das forças de oposição. No entanto, a liderança do Executivo era incômoda e redundou em inevitáveis tensões entre o presidente e o conselho, tensões que não resistiram à profunda crise econômica gerada pela Depressão de 1929. Em 31 de março de 1933, o golpe de Estado do presidente Gabriel Terra dissolveu o conselho, fechou o Congresso e marcou eleições para uma nova assembleia constituinte.

Em síntese, entre 1903 e 1916, o forte impulso reformista socioeconômico desenvolveu-se no marco de um sistema político ainda excludente e hegemônico característico do século XIX. A modernização econômica e social teve como correlato político apenas o fortalecimento do papel do Estado. As novidades políticas apareceriam em 1916 com uma profunda modernização do sistema político uruguaio caracterizada pela ampliação da participação política cidadã e pela institucionalização do pluralismo. Ao mesmo tempo, entre 1916 e 1930, o batllismo se viu obrigado a entrar em uma política de pactos e compromissos com outras frações políticos de seu próprio partido, e de outros. Jaime Yaffé afirma categoricamente que *"la reformulación institucional de 1917 marcó el nacimiento de la democracia uruguaya".*[129] Além disso:

> *"La primeira fase de la modernización, en particular, bajo el militarismo, respondió básicamente a una orientación liberal: el Estado se centralizó e institucionalizó, (casi) monopolizó el ejercicio legítimo de la violência física, garantizó la propriedade privada, estableció el marco jurídico legal, montó el andamiaje administrativo nacional, desarrolló el control ideológico de la sociedade (escuela pública). La segunda estuvo pautada, en particular desde 1911, por una pujante expansión del rol del Estado como orientador, regulador y participante directo del proceso económico."*[130]

Notavelmente o intervencionismo se expandiu sob a modalidade estatista: o Estado criou um conjunto de empresas públicas que controlavam os setores chaves da economia nacional (transportes, crédito, seguros, construção civil, eletricidade, água e gás). Em 1930,

[129] Yaffé, *Op. Cit.;* p.335.
[130] Idem; p.338.

portanto, ao completar seu primeiro centenário como Estado independente, o Uruguai tinha uma estrutura econômica nacional significativamente diferente daquela do início do século XX, principalmente a respeito do setor público.

No entanto, é importante lembrar que muitos desses avanços sociais durante as primeiras décadas do século XX, período batlllista, ocorreram, em grande medida, devido a empréstimos feitos pelo Uruguai ao exterior. Carlos Zubillaga pesquisou esse período sob a perspectiva financeira de análise em sua obra *"El Reto financiero. Deuda externa y desarrollo en Uruguay. 1903-1933".* Zubillaga lembra que naquele momento em que publicava sua obra:

> *"La bibliografía sobre el período batllista- mayoritariamente apologética- soslaya casi el tema, reduciendo su consideración a una idea central cuya formulación es postulada pero no confirmada: la de que el endeudamiento exterior estuvo orientado a cimentar el desarrollo económico y social del país. […]*
> *En 1903 está en germen la idea de la centralización del poder como paso ineludible para encarar la conversión del Uruguay en un país cuyas estructuras sociales y económicas lo habilitaran para actuar con capacidad autónoma de decisión. Al finalizar 1915 este proyecto está seriamente cuestionado; Batlle ha consolidado la estructura centralista del poder y avanzado algo en sendero de las reformas estructurales, pero no ha logrado quebrar la resistencia del orden económico tradicional, ha generado numerosos factores de irritación social- traducidos en oposición política renovada- y no ha podido desuncir al país de su condición dependiente. […]*
> *Los años que median hasta 1933- en que el país reconoce de hecho la incapacidad de cumplir con sus compromisos en materia de deuda externa- implican para el modelo batllista una prueba definitiva de su viabilidad. Enfrentado abiertamente a los sectores beneficiarios del orden económico agro-exportador- que logran introducir cuñas políticas eficaces en la organización partidaria del oficialismo- el batllismo se debate en una impotencia realizadora apenas disimulada por el recurso al capital externo y el cumplimiento parcial de los planes de obras públicas con los que se trata de canalizar las presiones laborales que la intocada estructura agraria genera de continuo. En el propio seno del partido batllista – desaparecido su conductor- se aceleran las divergencias que el liderazgo autocrático había sometido a disciplina y la incoherencia de las conductas gubernamentales, parlamentarias y periodísticas comienza a desnudar de retórica la realidad política de la mayoría en el poder. Tendencias personalistas que Batlle Y Ordóñez había constreñido afloran con ánimo de desquite y buscan apoyos y garantías en los tradicionales opositores al modelo reformista de aquél. La apostasía es ineludible y el golpe de Estado del 31 de marzo no hace más que decretarla explícitamente."* [131]

Por certo, o batllismo marcou a modernização do Uruguai das primeiras décadas do século XX. No entanto, recorreu ao setor tradicional agroexportador, economicamente, o que agravou a dívida externa.

---

[131] ZUBILLAGA, Carlos**.** *El reto financiero: deuda externa y desarrollo en Uruguay. 1903-1933.* Montevideo: ARCA- CLAEH, 1982; p.5-9.

Por outro lado, o Brasil saia de um regime monárquico e tornava-se uma república. Proclamada a República no Brasil era necessário obter o reconhecimento do novo regime implantado. É curioso observar que dos dezoito primeiros países a reconhecer a república brasileira, dezesseis foram repúblicas americanas.[132] E no que se refere à manutenção das representações brasileiras na maior parte dos países da Europa, havia duas claras tendências, sendo a contrária de caráter marcadamente republicanista e a favorável mais conservadora e próxima ao monarquismo. Todavia, os pontos de vista e as razões sobre a continuidade ou não de tais legações, consulados e embaixadas eram os mais diversos. Para alguns, era necessário cortar os gastos públicos, para outros era preciso eliminar os redutos onde diplomatas brasileiros abertamente monarquistas poderiam trabalhar contra a imagem da república, e ainda para certo grupo era necessário voltar a atenção do Brasil para as repúblicas da América do Sul.[133]

De todo modo, para o Legislativo, as representações que mereceriam maior destaque continuavam a ser as da Inglaterra e França, seguidas pelos Estados Unidos, Argentina, Uruguai, Portugal, Alemanha e Itália. Criavam-se legações no Equador e Colômbia e extinguia-se a representação mexicana. Em geral, a manutenção de legações na América do Sul seguia interesses, em essência, comerciais e ligados a questões lindeiras ainda pendentes. Tais razões demonstram, por um lado, relativo pragmatismo no estabelecimento dos primeiros passos dessa política exterior republicana em formação, uma vez que consulados de grande importância comercial para o Brasil como o de Liverpool ou de importância política como o da Suíça, país que arbitrava a questão Brasil-França pela posse do Amapá, não foram abolidos. Por outro lado, essa política desorganizada deixava claro que era de menor importância o papel da diplomacia como instrumento de ampliação de mercados, estímulo à imigração e atração de capitais. A diplomacia era usada para ir resolvendo os problemas que se apresentassem e não para prevenir ações relativas aos demais países e definir o papel do Brasil no contexto mundial.[134]

---

[132] A cronologia do reconhecimento oficial pelos países americanos é a seguinte: Argentina: 03/12/1889; Bolívia: 03/01/1890; Costa Rica: 04/03/1890; Equador: 29/01/1890; Estados Unidos: 29/01/1890; Guatemala: 06/02/1890; Honduras: 18/03/1890; México: 27/01/1890; Nicarágua: 27/03/1890; Paraguai: 20/12/1889; Peru: 27/12/1889; El Salvador: 06/02/1890; Uruguai: 05/12/1889; Venezuela: 07/01/1890. In: BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. *Arquivo Diplomático da Proclamação da República.* Brasília/Porto Alegre, Ministério das Relações Exteriores/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1989.

[133] ROCHA, Regina da Cunha. *Parlamento e Política Exterior na República (1889-1930): Da Sombra à Luz, uma história política.* Tese de doutorado – PPGHIS/UnB. Brasília, 2009; p.106.

[134] Idem; p.106-107.

Um dos destaques da Primeira República foi a demarcação territorial do Brasil. E esse traçado completo da linha fronteiriça do Brasil teve como grande artífice da chamada “política de limites” o Barão do Rio Branco: sem guerras, conseguiu consolidar e até ampliar as fronteiras de sua terra. Antes de ser nomeado Ministro das Relações Exteriores, em 1902, já havia sido o vitorioso advogado do Brasil nos arbitramentos das Questões de Palmas, com a Argentina (1895), e do Amapá, com a França (1900); além de ter feito o estudo preliminar da Questão do Pirara, com a Inglaterra (1904). Assim que assumiu o Itamaraty, resolveu o complicado problema do Acre (1903) e, durante seus quase 10 anos como Chanceler, assinou acordos de limite com cinco de nossos dez vizinhos. [135] Não é por acaso que o Barão do Rio Branco é uma das poucas unanimidades nacionais. Até nos países vizinhos, naturais adversários, há manifestações de respeito e de admiração. Um só exemplo, mas muito valioso, pois é da lavra do intelectual e político que é considerado seu maior rival no continente, Estanislao Zeballos: “*Si el Brasil consolida la obra territorial de Rio Branco, le deverá el título de su primer servidor y del más grande de los benefactores de su amor proprio nacional y de su mapa”.*[136] Sua imagem chegou até mesmo a ser apresentada de forma romantizada, como podemos ver no trecho a seguir de Álvaro Lins, a partir de sua suposta generosidade com o Uruguai com o Tratado de 1909:

> Ao acompanhar seu pai, durante o Império, podemos dizer que José da Silva Paranhos Júnior, futuro Barão do Rio Branco, herdou as habilidades de seu pai. Fixadas todas as fronteiras do Brasil ainda restava a reparação de uma injustiça, que nesse plano internacional o Brasil havia cometido no passado. Para que ficasse completo o quadro da existência de Rio Branco faltava este gesto final: o do conquistador de tantos territórios, via diplomática, que oferece, no final da vida, a um país vizinho, o direito que lhe era devido e que estava retendo injustamente há mais de meio século. Esta foi a significação do Tratado de 30 de outubro de 1909 pelo qual o Brasil cedia, definitivamente, ao Uruguai- espontaneamente e sem qualquer reciprocidade de vantagens- o direito de condomínio e jurisdição sobre a lagoa Mirim e o rio Jaguarão. [137]

Álvaro Lins destacou que com o tratado de 1909, Rio Branco retificou a obra de seu pai no Rio da Prata. Para além da exaltação do Barão por Lins, inegavelmente, ele terminou a sua obra no Itamaraty deixando o Brasil em paz e harmonia com todos os países da América, com a sua diplomacia influente e prestigiada, em todas as capitais americanas. Não intervinha nos negócios internos dos outros povos, mas exercia, com invariável ação de presença, um

---

[135] Goes Filho, *Op. Cit.;* p.18-19.
[136] Idem; p.129-133.
[137] Lins, Álvaro. *Op. Cit.;* p. 424.

poder diplomático excepcional, sempre consultado, ouvido e acatado em assuntos de política externa do continente. Para o autor, o Barão do Rio Branco criou uma nova fase na política externa brasileira, a da não intervenção, a do prestígio do Brasil, a da sua liderança na América do Sul, pela ação de presença e de colaboração da nossa política diplomática. [138]

No Uruguai, esse tratado de 1909 foi considerado um acontecimento de extraordinária importância histórica. E não tinha apenas sentido moral e político, mas também econômico: a Lagoa Mirim e o Jaguarão, por intermédio do rio São Gonçalo e da Lagoa dos Patos, punham em contato com a sua fronteira de leste com o oceano Atlântico, dando saída aos produtos de uma das suas zonas até então em marasmo por causa das restrições impostas pelos antigos tratados.[139] Os autores uruguaios reconhecem o valor da iniciativa, mas mencionam também uma circunstância regional – a Argentina pretendia o domínio total do rio da Prata – que favoreceria tal ato, circunstância ignorada nos livros brasileiros.

Por outro lado, no Brasil, o tratado sobre a Lagoa Mirim é visto como um ato de generosidade de Rio Branco. Os tempos eram outros: o Uruguai tinha evoluído de uma forma notável, era agora considerado a Suíça da América Latina. Agora, nesta nova conjuntura uruguaia, Rio Branco percebeu claramente de que estava na hora de equilibrar o Tratado de 1851, oferecendo ao nosso vizinho o condomínio sobre a Lagoa Mirim e o rio Jaguarão. Esse foi nosso último acordo de fronteiras. Coincidentemente começamos com o Uruguai, em 12 de outubro de 1851, e com ele terminamos, em 30 de outubro de 1909. [140]

É preciso lembrar que o Brasil foi o único país da América do Sul a participar da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Buscando reconhecimento internacional, a atuação externa do Brasil deixava transparecer sentimentos de inferioridade em relação às grandes potências europeias e buscava autoafirmação perante elas. A política externa brasileira lutava contra a hierarquia no âmbito internacional, por meio da defesa do princípio da igualdade jurídica entre os Estados, mas esforçava-se para diferenciar o país das demais nações da América do Sul. [141] Já a década de 1920, conforme defendeu Eugênio Vargas Garcia, foi caracterizada por três eixos de ação da política externa brasileira: os Estados Unidos, a Europa e a América do Sul. A análise da ação externa, nesse período, deve levar em conta:

---

[138] Idem; p. 435.
[139] Idem; p. 429.
[140] Goes Filho, *Op. Cit.;* p.129-133.
[141] GARCIA, Eugênio Vargas. *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920.* Brasília: EdUnB: FUNAG, 2006; p.580.

> [...] um contexto interno de crise política e institucional, prevalência do modelo agroexportador, dificuldades econômicas, dependência do capital estrangeiro e limitada capacidade estratégico-militar. Convém assinalar que a formulação e a execução da política externa estavam dominadas por pequeno círculo de elite, basicamente atores ligados ao Ministério das Relações Exteriores e a setores do governo federal.[142]

Além disso, a ideologia pan-americana destacou-se como diretriz que perpassou a política externa brasileira durante essa década, tendo forte presença na visão de mundo dos formuladores de diplomacia brasileira. Tal conjunto de valores forneceu unidade lógica para os discursos diplomáticos dos diferentes chanceleres, além de gerar uma visão de mundo a respeito do contexto internacional para as elites dirigentes. Para Eugênio Vargas Garcia:

> A crença na natureza distinta e (superior) da América em relação à Europa e ao resto do mundo era de certo modo instrumental como dispositivo retórico para a política externa brasileira, pois: a) colocava a aproximação com os Estados Unidos em plano mais elevado que o mero alinhamento; b) embasava a cordialidade com os países vizinhos e o apaziguamento com a rival Argentina; e c) servia para elevar as credências do Brasil na Europa ou, alternativamente, para negar o Velho Mundo quando a oportunidade para tanto se apresentasse.[143]

Nota-se, então, que entre 1889 a 1930, as economias regionais se desenvolveram, um grande surto migratório ocorreu no Centro-Sul, a urbanização ganhou extraordinário ímpeto em algumas cidades. Em decorrência dessas transformações, no Brasil, cresceu a classe média urbana, tomou forma o primeiro contingente de uma classe operária, ao mesmo tempo em que a expansão do setor agroexportador e sua crescente especialização acentuou a demarcação entre produtores, comércio exportador e setor financeiro. Do ângulo sociopolítico, ganhou maior força e conteúdo uma opinião pública vinculada a setores de classe média urbana, ao mesmo tempo em que surgiu o conflito social, embora ele não estivesse no centro dos confrontos que brotavam na sociedade.[144] Além disso, o prestígio internacional do Brasil (decorrente em grande medida da atuação de Rio Branco), a ilusão do seu progresso (em razão do sucesso da agroexportação, a cafeeira, em particular – que apesar das crises cíclicas provocava reflexos positivos em outros setores da economia, sobretudo na infraestrutura) e a aproximação da nova potência mundial hemisférica, Estados Unidos – provocaram nos formuladores da política externa uma visão superestimada do peso

---

[142] Idem; p.25.
[143] Idem; p.579.
[144] FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997; p. 20.

internacional do país, o que contribuiu para que o Brasil adotasse atitudes assertivas, sobretudo nas suas relações com os países do Sul do continente.[145]

Em síntese, pode-se afirmar que a política externa brasileira na Primeira República teve, basicamente, duas frentes de atuação: a econômica, que tinha por objetivo manter aquecido o sistema produtivo nacional, dependente da imigração, do mercado e dos capitais externos, o que levava à valorização das relações com os Estados Unidos e com as nações europeias; a geopolítica, cujo núcleo se situava no Cone Sul, que exigiu esforço da diplomacia brasileira para se evitar embaraços no contexto contíguo, seja para manter a paz, seja para evitar o surgimento de hegemonias, ou ainda para a consolidação do *status quo* territorial. Resta salientar, todavia, como defendeu Clodoaldo Bueno, que o período Rio Branco não se incluía a pretensão de hegemonia entre os objetivos brasileiros relacionados à vertente atlântico-platina, mas sim de influência compartilhada com a Argentina.[146]

De toda forma, com a crise econômica de 1929, o Brasil, assim como o Uruguai, teve que buscar uma alternativa de inserção no capitalismo internacional. A depressão econômica, paradoxalmente, conduziu os países capitalistas avançados de regresso ao protecionismo e a soluções nacionalistas e a América Latina a um processo de modernização[147], embora tenha sofrido graves consequências econômicas e políticas após o *crash* da Bolsa de Valores de Nova York.

1.2.3- Os efeitos da crise econômica de 1929 na América Latina

Em *"Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas",* Amado Cervo defendeu que a década de 1930 foi um período de transição de paradigmas nas relações internacionais da região. Do paradigma liberal – conservador ao paradigma nacional – desenvolvimentista, viu-se a inauguração do ciclo da diplomacia do desenvolvimentismo; o processo de modernização econômica com o objetivo de trazer insumos concretos de

[145] BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918).* São Paulo: Paz e Terra, 2003; p. 486.
[146] Idem.
[147] CERVO, Amado. *Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático.* In: Revista Brasileira de Política Internacional, v. 46, n.2, 2003; p. 8.

desenvolvimento nacional. Em suma, certos países latino-americanos buscavam a sua inserção na "era da industrialização".[148]

Segundo o autor, a mudança paradigmática dos anos 1930-40 ocorreu como se fosse um movimento latino-americano. Traços comuns a diversos países da região fornecem os componentes teóricos do novo modelo de inserção internacional: a) introduzir a diplomacia econômica nas negociações externas; b) promover a indústria por modo a satisfazer às demandas da sociedade; c) transitar da subserviência à autonomia decisória com o fim de realizar ganhos recíprocos nas relações internacionais; d) implementar projeto nacional de desenvolvimento assertivo tendo em vista superar desigualdades entre nações; e) cimentar o todo pelo nacionalismo econômico, imitando a conduta das grandes potências. [149]No entanto, nota-se que isso não ocorreu da mesma forma e com a mesma intensidade em toda a América Latina, pois o declínio do modelo agroexportador[150] não se deu de imediato. Ou em alguns casos, esse modelo se reinventou. Vejamos aqui os casos brasileiro e uruguaio.

Por um lado, após a perda de José Batlle y Ordoñez e a quebra da bolsa de valores de Nova York, em outubro de 1929, o Uruguai viveu com grande euforia, em 1930, o seu centenário, e comemorou o título de primeiro campeão mundial de futebol. Essa geração do centenário vivia o Uruguai, pelos seus índices de qualidade de vida, como a "Suíça da América". Por outro lado, assistiu aos movimentos políticos "golpistas" de seus países vizinhos, tanto em 6 de setembro na Argentina, como em 3 de outubro no Brasil. Observa-se, nesse momento, transições de paradigmas políticos: um mundo em crise – declínio do modelo liberal-democrático, que impactou fortemente a realidade uruguaia, dissipando utopias diversas – desde "o país modelo" do reformismo radical até o retorno do modelo agroexportador defendido pelas elites rurais. [151]

Em contraste, a turbulência que abalou os alicerces das estruturas econômicas, sociais e políticas ocidentais, da crise de 1929 até irromper a Segunda Guerra Mundial, teve efeitos semelhantemente radicais no Brasil: depressão econômica, revolução política, o crescimento de movimentos sociais organizados em moldes socialistas e fascistas, e competição entre as Grandes Potências para aumentar sua presença no Brasil. Isto é dizer que

---

[148] CERVO, Amado Luiz. *Relações Interacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas.* Brasília: IBRI, 2001, p. 17-19.
[149] CERVO, Amado. *Op. Cit.*, 2003; p. 9.
[150] Ainda hoje, devemos reconhecer o importante papel econômico do setor agroexportador nas economias latino-americanas.
[151] CURES, Oribe. [*et all*]. *El Uruguay de los años treinta: enfoques y problemas.* Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1994; p. 8-10.

a crise econômica de 1929 perturbou o funcionamento do sistema capitalista, tanto no âmbito das economias nacionais quanto no da interação financeira e comercial que alimentava a economia internacional, baseada no princípio geral da divisão de trabalho entre países industrializados e não industrializados. Embora as respostas dadas à crise pelos estados capitalistas não fossem idênticas, elas tinham certas características em comum, em particular uma intervenção estatal mais decisiva na economia nacional, seja na forma de legislação, controle ou até investimento direto. Ao mesmo tempo, na esfera internacional, medidas de proteção econômica foram tomadas de modo a obter ou reter mercados exclusivos, assim rompendo com o padrão vigente de livre comércio.[152]

Além disso, a crise reforçou convicções autoritárias como os regimes fascista e nazista. Ela parecia demonstrar a falência do capitalismo, ou pelo menos de certo tipo de capitalismo, associado ao livre mercado e à democracia liberal; tanto mais, que no caso brasileiro como dos outros países latino-americanos, a democracia liberal correspondia ao liberalismo oligárquico. Não por acaso a marca dominante do sistema político vigente entre 1930-1945 no Brasil foi a ditadura autoritária, informal (Governo Provisório) ou formal (Estado Novo), cortada apenas pelos anos 1934-1937, em que as liberdades democráticas foram sendo suprimidas, após a tentativa de golpe do PCB, em 1935.[153] A situação brasileira inseria-se no quadro mais amplo de toda a América Latina, a ocorrência de onze movimentos revolucionários[154], predominantemente militares, em apenas dois anos, é bastante significativa. Não se pode reduzir esses movimentos a uma identidade que em nada elucidaria episódios de sentido diverso, como a Revolução de 1930 no Brasil, e o golpe do general José Uriburu na Argentina. Porém, em sua base, está o desajuste provocado, nos países dependentes pela crise mundial que atingiu os preços dos produtos de exportação e impôs um novo arranjo interno nas condições específicas de cada país.

O fascismo era uma das expressões da crise política que permeou a década de 1930. Sob o fardo de problemas sociais pavorosos, para os quais não possuíam soluções nem meios de implantá-las, os Estados liberais se tornaram alvos fáceis para os ataques da esquerda e da direita, que os acusavam – por diferentes razões – de serem ultrapassados. Os partidos de

---

[152] MOURA, Gerson. *Relações Exteriores do Brasil: 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial.* Brasília: FUNAG; 2012; p.34-35.
[153] Fausto, *Op. Cit.;* p.23.
[154] Argentina (setembro, 1930); Brasil (outubro, 1930); Chile (junho, 1932); Equador (agosto, 1931; outubro, 1931 e agosto, 1932); Peru (agosto, 1930 e fevereiro/março, 1931); Bolívia (junho, 1930); República Dominicana (fevereiro, 1930); Guatemala (dezembro, 1930). *In:* FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997; p. 145.

centro perdiam terreno a cada eleição, e o espectro político se tornava cada vez mais polarizado, com a direita representando movimentos nacionalistas e fascistas, e a esquerda representando movimentos socialistas e comunistas. A década foi de governos autoritários – até as democracias parlamentares experimentaram alterar o equilíbrio de poder, com a intenção de fortalecer o poder executivo.[155]

Na América Latina o interregno de 1919-1939 se caracterizou por um declínio na influência britânica e um crescimento na influência alemã e estadunidense. Do ponto de vista ideológico, três correntes principais – liberalismo, fascismo e socialismo – lutavam pelos corações e mentes dos povos latino-americanos. Mas do ponto de vista da influência política e econômica, a Grã-Bretanha defendia sua posição, enquanto Estados Unidos e Alemanha eram relevantes na medida em que o crescimento de seu sistema de poder os colocava em posições antagônicas perante as nações latino-americanas. Os alemães enfatizavam o autoritarismo antiparlamentar, o protecionismo econômico e o nacionalismo militar, enquanto os estadunidenses enfatizavam a democracia liberal e o internacionalismo de livre comércio. A América Latina era não só palco de uma guerra comercial, mas também de disputa política e ideológica, justamente quando formas autoritárias de governo e o nacionalismo econômico estavam florescendo na parte sul do continente. Embora o nacionalismo dos países da América Latina não pudesse ser confundido com uma adesão ao fascismo ou ao nacional-socialismo, seus oponentes tentavam fazer tal identificação. Em outras palavras, numa época de polarização política radical, afinidades ideológicas ou políticas econômicas semelhantes tendiam a ser vistas como alinhamentos políticos no cenário internacional.[156]

No Uruguai, observa-se uma reinserção mais realista no contexto internacional. Além disso, pode-se dizer que houve um estímulo maior à aceleração da industrialização e, consequentemente, uma fragilidade progressiva da hegemonia das oligarquias rurais do Uruguai. Tradicionalmente, o setor agroexportador foi a base da economia uruguaia. Esse país, historicamente, abasteceu a Europa com lã, carne e couro; e em consequência disso, o comércio exterior, sempre teve um peso econômico maior. Entretanto, ao longo das primeiras décadas do século XX, esse modelo industrial tinha fracassado, exceto talvez a indústria do leite. A crise de 1929 foi uma crise econômica estrutural que gerou intensa e extensamente, o intervencionismo estatal e garantiu medidas protecionistas dos mercados nacionais. No entanto, cabe lembrar que o intervencionismo estatal já era uma característica típica da

[155] Moura, *Op. Cit.;* p.35.
[156] Idem; p.36-37.

política uruguaia, ou melhor, da cultura política uruguaia. De toda forma, a crise incrementou a crise econômica interna uruguaia ao diminuir o mercado comprador do Uruguai. E, como consequência da balança comercial desfavorável, o crescimento da dívida pública.

Gabriel Terra e César Charlone, o "mago das finanças, ministro da Fazenda, aplicaram a política de *'comprar de quem nos compra'* buscando reverter a situação econômica, o que alcançou alguns resultados favoráveis. Assim, o tipo de política comercial estimulada pela crise e depressão mundiais – em que barreiras alfandegárias eram combatidas mediante tratados bilaterais com mútuo reconhecimento de cláusulas favorecedoras – tendeu a favorecer a posição britânica, o principal cliente do Uruguai, ainda que os Estados Unidos gradativamente ganhasse espaço na política externa uruguaia. Apesar dessa situação econômica, é notável que o Uruguai se internacionalizou com mais intensidade nesse período, como destacou Juan Antonio Oddone em *Uruguay entre la depresión y la guerra (1929–1945).*[157] Por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores ampliou as representações diplomáticas e consulares uruguaias nesses anos. E nesse processo maior de "internacionalização", observa-se que houve uma escolha prévia pela região, pois um país como o Uruguai, localizado entre dois grandes colossos, leva em consideração a sua condição geopolítica. Em 1928, por exemplo, as legações uruguaias na Argentina e no Brasil já tinham sido elevadas à categoria de embaixadas[158], as primeiras missões creditadas com categorias superiores estabelecidas para as classes diplomáticas daquele país.

Contudo, apesar dessa intensificação de sua projeção internacional, o Uruguai sofreu efeitos econômicos gerados pela Grande Depressão, tais como obstáculos que os mercados tradicionais puseram ao fluxo exportador do setor agropecuário. Além dessas consequências econômicas, as consequências políticas na política interna uruguaia foram notáveis com a confrontação direta entre comunistas, nazistas e social-democratas. Juan Odonne, ao analisar as afinidades ideológicas do governo terrista e o alinhamento internacional do Uruguai, destacou que:

---

[157] ODDONE, Juan Antonio. *El Uruguay entre la depresión y la guerra. 1929-1945.* Montevideo, FCU/FHCE, 1990; p. 9.

[158] Segundo o diretor do *Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay,* Álvaro Corbacho, as representações diplomáticas do Uruguai na Argentina e no Brasil foram elevadas à categoría de embaixada em 1º de junho de 1928 pela Lei N. 8.321, promulgada pelo Poder Executivo (Juan Campisteguy- Presidente da República) e por Rufino T. Dominguez (Ministro das Relações Exteriores) em 8 de junho de 1928. In*: Compilación de Leyes y Decretos 1825 - 1930*, Comps.: E. Armán Ugón, J.C. Cerdeiras Alonso, L. Arcos Ferrand y C. Goldaracena. Tomo 56, 1928, Primera Parte, Montevideo, 1930, p. 49.

> *"El alineamiento internacional del régimen de Terra guarda relación con las afinidades ideológicas que se atribuyen al mandatario y a su elenco de gobierno. […]El estrechamiento de las relaciones diplomáticas con Alemania e Italia durante la época de su abierta intervención en España había sucedido a la ruptura con la Unión Soviética, tras de acusar a su legación en Montevideo de constituir un foco de irradiación comunista y de haber secundado el levantamiento de Luis Carlos Prestes en Brasil. Según Gabriel Terra (hijo) 'data de entonces una conciencia pública contra el comunismo'. […] Sin embargo, estos rompimientos no respondían a hechos nuevos. El clima de prevención y de hostilidad anticomunista era apreciable en el país desde algunos años atrás. Sin remontarnos a las prevenciones internacionales de los años 20, esa actitud venía siendo alentada por los distintos gobiernos de facto surgidos en la región luego de la crisis, y desde luego no era tampoco ajena a las aprensiones provenientes de los círculos capitalistas internacionales.* [159]

No Brasil, as transformações políticas, econômicas e sociais a partir da década de 1930 também levaram os detentores do poder a uma nova percepção do interesse nacional. Embora sem abandonar os interesses das exportações tradicionais, a política externa brasileira buscou formas de cooperação e barganhas voltadas para um interesse nacional compreendido de maneira mais abrangente do que o período anterior, pois visava contemplar outros segmentos da sociedade. Amado Cervo defende que isso explica as transformações havidas na política externa brasileira, como o reforço do pragmatismo e do seu sentido de instrumento do projeto de desenvolvimento nacional, que tinha na implantação de uma siderúrgica sua pedra angular.[160] Decerto, Getúlio Vargas favoreceu a indústria, mas em sua campanha presidencial de 1930 tinha-se oposto às indústrias "artificiais" (ou seja, as manufaturas). Somente durante sua ditadura do Estado Novo (1937-1945) é que Vargas se interessou pela rápida expansão industrial. Embora tivesse dito, em 1939, que jamais aceitaria a ideia de um Brasil aferrado a uma economia "semicolonial", ainda em 1940, quando o mercado do café continuava deprimido após uma década de tentativas de recuperá-lo, Vargas queria "equilibrar" o crescimento industrial e agrícola.[161]

A política externa brasileira pré-1930, enquanto reservava uma posição privilegiada aos Estados Unidos, em vista de seu poder de barganha cada vez maior em relação ao Brasil, sempre buscou formas de contrabalançar a influência norte-americana por intermédio da

---

[159] Oddone, Juan. *Op. Cit.;* p. 160-163.
[160] CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010; p. 234.
[161] LOVE, Joseph L. *Ideias e ideologias econômicas na América Latina. 1930-1990*. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina. Volume VIII. A América Latina após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade.* São Paulo: EDUSP, 2011; p. 170.

diversificação[162] tanto dos fornecedores de capital e de bens quanto dos mercados para as exportações brasileiras.[163] Com a interrupção dos influxos de capital e a queda dos preços do café após 1929-30, o principal problema enfrentado pelos formuladores de política passou a ser como obter divisas suficientes para atender aos compromissos comerciais e financeiros do Brasil. A estocagem do café teria que ser financiada domesticamente; controles de importações teriam que ser impostos e compromissos financeiros que ser reduzidos; cada vez mais, a política econômica teria que contemplar esforços de substituição de importações.[164] Por isso que pelo menos até 1930, um dos princípios básicos da política externa do Brasil era tentar reduzir a vulnerabilidade do país a pressões norte-americanas, criando alternativas que enfraquecessem o significado do poder de barganha dos Estados Unidos.[165] De toda forma, o golpe foi uma completa surpresa para os norte-americanos, e também não era esperado pelos britânicos.[166] E, como demonstra a documentação pesquisada, nem mesmo pelos seus vizinhos uruguaios.

Nesse contexto, o fortalecimento da posição norte-americana refletiu-se em 1933-34 na negociação de um acordo comercial entre Brasil e Estados Unidos que não era bem-vindo para as autoridades brasileiras. A partir de 1934-35, contudo, os Estados Unidos passaram a enfrentar outro tipo de ameaça à sua posição econômica no Brasil. Tratava-se do notável crescimento do comércio entre Brasil e Alemanha mediante acordos de compensação.[167] Apesar das contínuas pressões diplomáticas norte-americanas em 1935-38 para bloquear o próspero comércio Brasil-Alemanha, estas não surtiram efeito. A “independência” de Vargas estava diretamente relacionada à boa vontade dos Estados Unidos, já que, no final da década de trinta, se tornou cada vez mais claro que o sucesso dos planos políticos norte-americanos para combater a influência alemã na América Latina dependia de alistarem o Brasil e não a Argentina como o aliado-chave na região. No caso do Brasil, se necessário, havia pressões econômicas a exercer, enquanto a Argentina, pelas próprias características de seus vínculos

---

[162] Isso é verdade mesmo em relação aos anos vinte, período em que a despeito do crescimento da importância dos Estados Unidos como fornecedor de capital e de bens, Londres era ainda uma importante fonte alternativa de fundo para o Brasil, e de fato crucial, uma vez que fundos para a valorização do café não podiam ser obtidos nos Estados Unidos.

[163] ABREU, Marcelo Paiva. *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999; p.36.

[164] Idem; p.31.

[165] Somente durante a Segunda Guerra Mundial que teve início o longo período de hegemonia política e econômica norte-americana no Brasil. In: ABREU, Marcelo Paiva. *Op. Cit.;* p. 31-32.

[166] Idem; p.77.

[167] Idem; p.37.

econômicos, poderia desafiar, como de fato fez, qualquer ameaça norte-americana dessa natureza.[168]

Logo a crise econômica começou a assumir a sua feição política quando, com os mesmos objetivos de assegurar mercados e fontes de matérias-primas, o Japão deu início à sua expansão imperial no Oriente em 1931. Mais tarde, em 1935, a Itália, sob o regime fascista, invadiu a Abissínia e, no entardecer da década, a Alemanha iniciou a sua expansão territorial europeia através dos acordos de apaziguamento.[169] A América Latina, por seu turno, não ficou à margem desse processo, definido como "disputa interimperialista"[170], no qual o sistema internacional sofreu uma completa reordenação. Pelo contrário, foi alvo de rivalidade comercial, política e ideológica das potências que entre si competiam pela hegemonia mundial.

Nesse quadro de disputa pela presença econômica e pela influência política e ideológica na América Latina, os rivais que mais se destacaram, sobretudo no Brasil, foram Alemanha e Estados Unidos. Os primeiros acenavam com importantes trocas comerciais que não pararam de crescer de meados da década de 1930 até a operacionalização do bloqueio naval inglês, no início da guerra. Os acordos de compensação assinados entre Brasil e Alemanha tinham ainda a vantagem de evitar a evasão de divisas de ambos países, o que era estratégico naquela conjuntura .[171] Os EUA, por sua vez, que vislumbravam uma conflagração em grande escala não muito distante, acenavam para a América Latina com a política de boa vizinhança e com a solidificação dos laços políticos por meio do pan-americanismo, ou seja, investiam na criação de uma aliança baseada no discurso da igualdade jurídica e da cooperação política, econômica e defensiva, na qual estariam bem definidos os papeis assumidos por cada um dos membros. O Brasil ocupou, nesse contexto, um espaço especial no sistema de poder norte-americano, na medida em que sua posição geográfica representou um objetivo estratégico após a eclosão da Segunda Guerra Mundial.

Concluindo, pode-se afirmar que apesar de estudos historiográficos importantes sobre a política externa brasileira e sobre a inserção internacional do Uruguai, as relações diplomáticas entre o Brasil e o Uruguai é um tema ainda pouco explorado. Quanto a relações uruguaio-brasileiras, pode-se dizer que o século XIX foi marcado por muitas tensões regionais frente ao processo de formação dos Estados Nacionais. Uruguai viveu um grande período de

[168] Idem; p.38.
[169] Svartman, *Op. Cit.;* p. 46.
[170] Moura; *Op. Cit.;* p. 52.
[171] Svartman, *Op. Cit.;* p.47.

“anarquia política” até conseguir a consolidação, de fato, de seu Estado. A partir daí, iniciou uma modernização que seria implementada e concluída nas primeiras décadas do século XX, marcadas pelo batllismo. Por sua vez, o Brasil deixou de ser o único Império na América do Sul e transformou-se em mais uma república na região. Mais do que mudanças de regimes políticos, observamos uma mudança significativa no direcionamento da política externa brasileira, sobretudo, naquela voltada para a região platina. Além disso, a crise econômica de 1929 e as tensões políticas que a mesma intensificou influenciaram, decisivamente, a história da América Latina. Vimos aqui os seus efeitos políticos, sociais e econômicos no Brasil e Uruguai, marcados pela ascensão de Getúlio Vargas e Gabriel Terra, respectivamente.

Capítulo 2- A visão do Brasil pelo governo de Terra (1931-1933)

Durante os primeiros trinta anos do século XX, o Uruguai conheceu um importante processo de democratização política, modernização social e afirmação institucional amparados em uma situação econômica favorável, resultante do grande volume de exportações, principalmente de produtos agropecuários. No entanto, a crise mundial de 1929 afetou também o Uruguai, que viu cair o volume das exportações e o valor da sua moeda. A crise econômica instalada no país levou ao questionamento da política de compromissos que havia sido construída, uma vez que não estava sendo capaz de gerar alternativas imediatas à crise. Além dessa crise política e econômica, somou-se a social, decorrente do descontentamento da massa de trabalhadores em relação ao freio acentuado do reformismo batllista e da legislação trabalhista que ele impulsionava.[172]

Na fronteira brasileiro-uruguaia, os habitantes dos dois lados da fronteira se intercomunicavam e entrecruzavam hábitos, costumes, ideias, relações comerciais, políticas e sociais. O Rio Grande do Sul é o reflexo dessa fronteira cultural, ou melhor, uma zona cultural; é uma espécie de cadeia de transmissão de realidades sócio-históricas entre os dois países que ultrapassa os laços familiares da região platina. Gabriel Terra[173], presidente do Uruguai entre 1931 e 1938 – ora presidente eleito democraticamente, ora ditador – foi um exemplo de tantos outros uruguaios que teve suas raízes e/ou vínculos no Brasil.

2.1. Gabriel Terra: um colorado de raízes brasileiras

Gabriel Terra foi filho de José Ladislao Terra (1835-1902), o qual era filho de brasileiros proprietários de um estabelecimento de campo no departamento de Florida, no Uruguai. Ladislao Terra estudou em São Paulo durante a sua juventude, onde obteve o título de advogado e conheceu seu amigo íntimo, José Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Em razão dessa amizade, Ladislao tornou-se gerente de Mauá e Mauá tornou-se padrinho de

---

[172] SOUZA, Marcos Alves de. *A cultura política do "batllismo" no Uruguai: 1903-1958.* São Paulo: Annablume/FAPESP, 2003; p. 57.

[173] Cabe destacar a obra biográfica de José Luciano Martiñez em três volumes sobre o presidente uruguaio produzida ainda em 1937: *Gabriel Terra: el hombre, el político, el gobernante.*

Gabriel Terra.[174] Com 30 anos de idade, Gabriel Terra ingressou na vida política; seguiu o caminho de seu pai, e logo aderiu ao Partido Colorado. Para Raúl Jacob, sua personalidade era contraditória e controvertida:

> *En 1910 negó su voto a la segunda candidatura presidencial de Batlle, en 1923 había cuestionado al Colegiado. Además, había presidido la Unión Industrial Uruguaya y tenía intereses en empresas industriales (bebidas y oxígeno). Familiarmente estaba vinculado al sector rural y exportador: era nieto de un propietario rural; su esposa María Ilarraz era hija de un hacendado; una hija suya se había casado con el barraquero Alberto Puig.*[175]

De toda forma, no Partido Colorado militou, num primeiro momento como batllista[176] e mais tarde, formou uma corrente política denominada terrismo[177]. Nesse momento o Partido Colorado dividia-se, internamente, em pelo menos 5 grandes correntes políticas:

a) Partido Colorado General Rivera: liderado por Pedro Maníni Ríos e caracterizava-se como um grupo conservador e anticolegialista.

b) Partido Colorado "Por la Tradición": liderado por Júlio María Sosa e caracterizava-se como opositor ao reformismo batllista.

c) Partido Colorado Batllista: desde 1929, com a morte de José Batlle y Ordoñez, estava fragmentado e sem uma liderança forte. Caracterizava-se por suas medidas reformistas.

d) El Grupo Avanzar: liderado por Júlio César Grauert e caracterizava-se como a "esquerda partidária".

e) Partido Colorado Radical: liderado por Feliciano Vieira e caracterizava-se pelo seu discurso mais radical.

Por outro lado, o principal opositor dos colorados, o Partido Nacional, por sua vez, dividia-se também, em pelo menos, 5 grupos:

---

[174] TERRA, Gabriel. *Gabriel Terra y la verdad histórica.* Montevideo, 1962; p. 19-27.

[175] JACOB, Raúl. *El Uruguay de Terra, 1931-1938.* Montevideo, EDBOU, 1983; p. 19-20.

[176] Batllismo foi o segmento mais expressivo do Partido Colorado no Uruguai do século XX. Seguia os princípios reformistas de José Batlle y Ordoñez (1856-1929), presidente duas vezes entre 1903-1907 e 1911-1915.

[177] A professora Esther Ruiz enfatizava que o terrismo não representou uma ruptura com o batllismo. Na verdade, podemos encontrar elementos de continuidade do batllismo no terrismo. Ou seja, esse movimento político-ideológico liderado pelo presidente Gabriel Terra fez alguns reajustes e deu continuidade às pautas reformistas, características do batllismo.

a) O setor “caudilhista”: liderado por Luís Alberto de Herrera e tinha sua base mais sólida no meio rural.

b) O setor “doutoral”: grupo contrário ao herrerismo, e liderado por Eduardo Lamas.

c) O radicalismo blanco: liderado por Lorezzo Cornelli e Ricardo Paseyro e defendia o reformismo econômico-social.

d) A Agrupación Democrática Social: liderada por Carlos Quijano e caracterizava-se como a “esquerda partidária”.

e) O Movimento Nacionalista Independiente.

Foi neste cenário que ocorreram as eleições presidenciais de 1930. O Partido Colorado, dividido, lançou três candidatos: o batllista Gabriel Terra, que não era unanimidade entre os batllistas, Federico Fleurquin e o riverista conservador Pedro Maníni Ríos. O Partido Nacional também não conseguiu formalizar acordos para o lançamento de um candidato único, então foram lançados Luis Alberto de Herrera e o radical blanco Eduardo Lamas. Os setores mais ricos apoiavam tanto Herrera como Manini Ríos contra os batllistas. Estes últimos receberam o apoio dos grupos médios e populares urbanos.[178]

Em novembro de 1930 Gabriel Terra venceu as eleições presidenciais e no dia 1° de março de 1931 tomou posse do cargo sucedendo o também colorado Juan Campisteguy.[179] Terra foi eleito para o que viria a ser apenas o seu primeiro mandato presidencial (1931-1933). Após a eleição, ele procurou se afastar cada vez mais das diretrizes e compromissos que tinha com o Partido Colorado, notadamente sua ala batllista, da qual provinha. Dois anos mais tarde, em 31 de março de 1933, mediante um golpe de Estado, Terra eliminou o *Consejo Nacional de Administración* (CNA), que formava junto ao Presidente da República o sistema do Executivo dual e bicéfalo estabelecido pela Constituição de 1919[180], e instaurou um governo ditatorial que durou até junho de 1938.

Nas eleições de 1930 triunfou, portanto, o Partido Colorado com Gabriel Terra. Por outro lado, os nacionalistas, isto é, o Partido Blanco, se fragmentou ainda mais após essas eleições. Ao assumir o cargo em março de 1931, Gabriel Terra se negou a participar das reuniões da Agrupação Colorada de Governo, o órgão onde os diferentes setores do partido coordenavam sua ação governamental. Era evidente que o presidente queria governar por sua

---

[178] SOUZA, Marcos Alves de. *Op. Cit.;* p.58.

[179] Juan Campisteguy (1859-1937): Presidente do Uruguai entre 1927 e 1931 e co-fundador do jornal *El Día*, ao lado de José Batlle y Ordoñez.

[180] A Constituição de 1919, muitas vezes chamada de Constituição de 1918, era discutida desde 1917. Foi plebiscitada em 25 de novembro de 1917, mas entrou em vigor apenas em 1º de março de 1919.

conta e não queria subordinar a sua atuação às decisões partidárias. Além disso, nomeou ministros de todos os grupos políticos do Partido Colorado, deixando de reconhecer o peso decisivo do batllismo em sua eleição. Na verdade, as relações com os "batllistas netos", os filhos de Batlle y Ordoñez e dirigentes do jornal *El Día*, um dos principais jornais de ampla circulação nacional, tornaram-se cada vez mais tensas, ainda mais porque Terra se aproximava de antibatllistas. Em contrapartida, os batllistas tinham a maioria no Conselho Nacional de Administração (4 em 6 conselheiros colorados), e com isso, questionavam as decisões tomadas pelo presidente Terra. Em outras palavras é dizer que as divergências políticas internas do Partido Colorado transmitiam-se para os órgãos de governo: enfrentamento entre o presidente e o CNA.[181]

Com o agravamento da crise econômica e das críticas que o governo vinha sofrendo por não encontrar uma saída para a mesma, o CNA, de maioria batllista, aliou-se aos nacionalistas independentes, com importante representação no Senado, e sugeriu um plano de amplo espectro para a superação da crise. Dentre as propostas, a que estabelecia um aumento dos impostos sobre grandes propriedades acentuou o descontentamento dos setores mais ricos, assim como a de cobrança de um imposto sobre o salário dos funcionários públicos, desagradou vastos setores populares. De uma maneira geral, todos os setores sociais alardearam sua oposição, visto que o plano custaria a cada um algo que não estavam dispostos a ceder.[182]

Tais embates evidenciavam os dois principais polos políticos da época: de um lado batllistas, nacionalistas independentes, radicais blancos e socialistas, que buscavam soluções para a crise no aumento do estatismo; de outro lado os herreristas e os setores não-batllistas do Partido Colorado, inimigos da crescente intervenção estatal na economia e favoráveis a uma imediata reforma da Constituição de 1919. Além disso, a polarização fez surgir uma série de boatos quanto à organização de movimentos armados que pretenderiam derrubar Terra do poder. Atento a tudo isso, o governo foi aumentando a repressão, fechando jornais, reformando o Código Penal, limitando as imigrações, e assim por diante. Buscando conseguir espaço político para governar e preso entre as discordâncias dos vários grupos políticos, Terra passou a percorrer o interior do país defendendo a necessidade de uma reforma constitucional mediante plebiscito direto, expediente que a própria Constituição não previa.

---

[181] Enquanto no Senado a maioria cabia ao Partido Nacional, e na Câmara dos Deputados a representatividade estava proporcionalmente igual.

[182] SOUZA, Marcos Alves de. *Op. Cit.;* p. 58.

Em setembro de 1931, sete meses após assumir a presidência, Terra iniciou uma campanha para reformar a constituição. Inicialmente, percorreu o interior do país, onde a influência do batllismo neto era menor. Obteve-se certa adesão dos inimigos do colegiado e da política reformista. Dessa forma, a campanha para reformar a constituição se fortaleceu com o passar dos meses e principalmente, com a chegada das consequências da crise econômica de 1929, cada vez mais latente. Terra referia-se a uma suposta "salvação nacional". Para ele, isso significava afastar a influência dos batllistas netos do governo.

Em 1932, nas eleições para substituição parcial dos membros do CNA, os herreristas e riveristas se abstiveram. O governo, temendo o levante destes dois setores conservadores do Partido Nacional e Colorado, respectivamente, buscou obter o apoio dos batllistas e de seus aliados para reformar o sistema político-partidário. No entanto, o Poder Legislativo não o apoiou e Terra começou a vislumbrar, como única possibilidade para implantar mudanças na Constituição de 1919, a quebra institucional. Ante o nível alcançado pela polarização política e pressionado por herreristas e riveristas, Gabriel Terra editou, em março de 1933, uma série de medidas para controle social, que incluíam a censura aos órgãos de imprensa, policiamento e proteção dos serviços essenciais da capital, como água, esgoto e serviços telefônicos, entre outros.[183] Dessa forma, o golpe de Estado já estava em ação.

No dia 30 de março foi publicado no *El Día*, jornal de divulgação do batllismo neto, um manifesto contra o presidente Terra, assinado pelas figuras mais importantes desse grupo político. Eles expressavam que "*todas las fuerzas oscuras de la reacción y el despotismo se coaligan para destruir la obra de paz, de libertad y de justicia que hemos realizado al precio de tanto esfuerzo, de tanta sangre y de tanto dolor".* A resposta de Terra não tardou.

Apesar de não ter a maioria legislativa para modificar a Constituição, o presidente contou com o apoio dos setores empresariais, como o riveirismo e o herrerismo[184], para, em 31 de março de 1933, aplicar um golpe de Estado no Uruguai, instalando uma ditadura, e assegurando-lhe mais poderes. Pode-se dizer que os efeitos da crise econômica serviram como elementos facilitadores e justificadores desse golpe político. A taxa de desemprego crescia exponencialmente, o pagamento das aposentadorias pelo Estado estava atrasado, assim como o pagamento dos servidores públicos de Montevidéu. De imediato, Terra dirigiu uma

[183] Idem; p. 59.
[184] Os setores conservadores utilizaram o seus jornais para difundir suas críticas à constituição e ao CNA. O herrerismo, por exemplo, preocupou-se com o setor rural, em especial, seu tradicional setor de apoio. Para isso, aproveitou-se da tradicional rivalidade do campo com a capital, Montevidéu, vista como baluarte batllista.

mensagem à Assembleia Geral comunicando uma série de medidas extraordinárias tomadas para evitar desordem pública. Dentre elas, encontravam-se a censura prévia da imprensa que atribuía propósitos ditatoriais ao governo, intervenção das prisões para evitar fugas[185], intervenção policial nas Usinas de Transmissões Elétricas (UTE) para assegurar os serviços telefônicos, telegráficos e o fornecimento de energia elétrica e de água.

Frente a essa situação, Terra instalou-se no Quartel dos Bombeiros com uma importante força policial. Enquanto isso, na madrugada do dia 31 de março, a Assembleia Geral, principalmente encabeçada pelos batllistas netos, nacionalistas independentes, recusava as medidas tomadas pelo presidente. Por outro lado, os terristas, riveiristas e herreristas apoiavam as medidas de Terra. E é nesse cenário que o presidente decidiu não só manter suas medidas, bem como dissolver o Conselho Nacional de Administração, a Assembleia Geral e aprisionar os principais dirigentes políticos opositores. Além disso, uma Junta de Governo foi criada. Integrada por representantes dos setores políticos que apoiavam Terra, essa Junta formaria uma Assembleia Deliberante para a reforma constitucional. Com isso, o golpe de Estado buscava sua legitimidade. Contudo, cabe ressaltar que foi mais um movimento político que militar, e careceu também de enfrentamento armado. A população reagiu com a apatia à quebra institucional, de tal maneira que, no dia seguinte, mais de 20.000 espectadores compareceram a um jogo de futebol na capital.[186]

No plano político, algumas figuras batllistas próximas de Terra, os grupos colorados antibatllistas (riveristas, sosistas e vieristas), e o herrerismo, que era a maioria do Partido Nacional, apoiaram o golpe de Terra. Por outro lado, os batllistas netos, os nacionalistas independentes, o Partido Socialista e o Partido Comunista reagiram contrariamente ao terrismo. Alguns reagiram até a morte, como o caso do deputado Julio Cesar Grauert[187] e do ex-presidente Baltasar Brum[188].

---

[185] Já que havia um rumor de que os colegiados liberariam os presos para criar um clima de instabilidade no dia da "Marcha" de apoio à reforma constitucional, proposta pelo presidente Terra.

[186] SOUZA, Marcos Alves de. *Op. Cit.;* p. 560.

[187] Julio Cesar Grauert reagiu à prisão, trocou tirou com a política e foi feriado. Por não ter recebido cuidados médicos, morreu. Já Baltasar Brum não aceitou se entregar à polícia, e acabou por suicidar-se frente à sua própria casa, tornando-se um símbolo de recusa ao regime terrista.

[188] Baltasar Brum (1883-1933): Presidente do Uruguai entre 1919 e 1923 e internacionalista. Foi ministro das relações exteriores do governo de Feliciano Vieira (1915-1919). Em 1º de março de 1931, pelo seu prestígio político e intelectual, foi eleito para fazer parte do *Consejo Nacional de Administración,* instituído pela reforma constitucional de 1917. Frente à conturbação do golpe de estado do presidente Terra em 31 de março de 1933, e sitiado pela polícia terrista, Brum se suicidou ao recusar se entregar. In: SALDAÑA, José M. Fernandez. *Diccionario Uruguayo de Biografías (1810-1940).* Montevideo: Editorial Ameríndia; 1945; p. 243-245.

Indubitavelmente, após a dissolução do Parlamento e do CNA, a autoridade concentrou-se em Terra e em seus ministros. Ele recuperava, por exemplo, a condução econômica do país que desde 1919 correspondia ao CNA. Com o objetivo de legitimar rapidamente sua atuação, Terra convocou as eleições para eleger uma convenção constituinte que se responsabilizaria pela redação de uma nova constituição para garantir "constitucionalmente" o novo regime. Nesse sentido, em 25 de junho de 1933, as eleições foram realizadas com uma abstenção de 42% do total. O batllismo, o nacionalismo independente e o Partido Socialista não apresentaram listas para a disputa. Consideravam que seria uma forma de reconhecer o regime terrista, caso participassem do processo eleitoral. Nessas circunstâncias, em 25 de agosto do mesmo ano, instalou-se a Convenção Constituinte, presidida pelo ex-presidente Juan Campisteguy, que elaborou uma nova constituição que correspondesse aos interesses dos grupos maioritários em seu seio, isto é, terristas e herreristas. Dessa maneira, foi plebiscitada e aprovada em abril de 1934, a nova Constituição do Uruguai, entrando em vigor no mesmo ano. Uma das principais alterações constitucionais era a composição do Poder Executivo. Passava a integrá-lo o presidente e seu Conselho de Ministros. Dentro os 9 membros que formavam o Conselho de Ministros, 6 deveriam ser do partido que vencesse as eleições e os três restantes da minoria.

O governo terrista caracterizou-se por uma postura conservadora moderada e pragmática. Apesar dos anúncios de propaganda do regime terrista de profundas reformas, como a "Revolução de Março" ou "Terceira República", a realidade nacional e internacional fizeram com que o governo adotasse uma política moderada. Terra tentou beneficiar os setores econômicos apoiadores e que, de fato, tinham sido aqueles que haviam promovido o golpe: os pecuaristas, os banqueiros e empresários[189]. No entanto, apesar da atitude anti-estatista dos setores empresariais, a crise econômica obrigou o governo de Terra a seguir a mesma política de outros países latino-americanos: intervenção estatal, política de substituição de importações por indústrias nacionais, protecionismo aduaneiro.

Para conduzir a política externa, eleito, em março de 1931, Terra escolheu Juan Carlos Blanco, embaixador na Argentina, para o cargo de Ministro das Relações Exteriores. A importância do Brasil e da Argentina para o Uruguai está demonstrada na afirmação do chanceler uruguaio, Juan Carlos Blanco, no *Boletín del Ministerio de Relaciones Exteriores,* de dezembro de 1932, onde defendeu que desde o início do governo de Gabriel Terra (1931-1933) a realização de acordos comerciais com esses grandes vizinhos tinha sido uma

[189] Inclusive empresas estrangeiras como a Standard Oil e a Shell.

prioridade da política externa uruguaia.[190] Portanto, a importância das relações com o Brasil e Argentina ia além do discurso diplomático, muitas vezes mistificador da realidade, e tornava-se um objeto com interesses reais, políticos e econômicos.

Segundo R.C. Michell[191], ministro da legação britânica em Montevidéu, a nomeação de Juan Carlos Blanco – então ministro das Relações Exteriores de Gabriel Terra (01/03/1931- 13/02/1933) – para embaixador no Rio de Janeiro, capital brasileira à época, teve uma repercussão polêmica tanto no círculo diplomático uruguaio como no brasileiro. Diplomatas brasileiros percebiam essa mudança abrupta como resultado estratégico de mudanças na configuração política uruguaio, pois o golpe de Terra não era mais segredo nem para os brasileiros, menos ainda para os uruguaios. Percebe-se, portanto, que esse já estava sendo planejado.

Ao lado disso, Luiz Alberto de Herrera, principal representante blanco, no período anterior ao golpe de 1933, era visto pelos mesmos informes, como o enviado especial de Gabriel Terra na fronteira brasileira para assim, garantir o sucesso do golpe de estado na capital. Além disso, evitar reações brasileiras, tanto por parte do governo, como por parte dos habitantes da fronteira.

Enquanto isso, do lado brasileiro, com algumas semelhanças e diferenças, em 1930, o gaúcho Getúlio Vargas, por meio de um golpe de estado, chegou ao poder, e ali permaneceu até meados de 1945, após ser deposto. Com a queda da Primeira República e a partir do longo governo de Getúlio Vargas o Brasil também entrou em fase de grandes mutações socioeconômicas em consequência da industrialização incipiente do país e das primeiras conquistas trabalhistas no campo da assistência social. De toda forma, é importante destacar que a chamada Era Vargas, ou o primeiro governo de Vargas, tradicionalmente, divide-se em três momentos: o Governo Provisório (1930-1934); o Governo Constitucional (1934-1937); e a Ditadura do Estado Novo (1937-1945). Vargas chegou ao poder via golpe político, e, em 1937, implantou a Ditadura do Estado Novo que durou até 29 de outubro de 1945, quando foi derrubado. E paradoxalmente, em 1950, é eleito democraticamente para retornar ao Executivo do Brasil.

---

[190] *Boletín del Ministerio de las Relaciones Exteriores.* Segunda Época, Ano I. Tomo II, numero 5. 1º. de Diciembre de 1932. Montevideo, Imprenta Militar, 1932; p.555.

[191] NAHUM, Benjamin. *Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay.* Tomo VI: 1932-1933; p. 266.

2.2. Getúlio Vargas: um presidente gaúcho da fronteira

Em 1930 o gaúcho Getúlio Vargas[192], por meio de um golpe de estado, a chamada "Revolução de 1930", chegou ao poder, e ali permaneceu até meados de 1945, após ser deposto, também via golpe. Vargas foi o presidente brasileiro que mais tempo permaneceu no poder (1930-1945; 1950-1954) e por múltiplas faces: "revolucionário", presidente constitucional, ditador, e até mesmo, democrático. Natural de São Borja (RS)[193], cidade fronteiriça com a Argentina, Getúlio Dornelles Vargas ingressou na vida pública em 1909, como deputado estadual pelo Partido Republicano Rio-Grandense (PRR). De 1922 a 1926, cumpriu o mandato de deputado federal. Foi também ministro da Fazenda do governo Washington Luís, de novembro de 1926 a dezembro de 1927, quando foi eleito governador de seu estado. Foi o principal líder da chamada "Revolução de 1930" que derrubou o presidente paulista Washington Luís e a chamada República Oligárquica (1889-1930).

A história e as características do Rio Grande do Sul deixaram marcas na formação de Vargas. No início da República, foram comuns os conflitos pela primazia na política estadual. De um lado estavam os republicanos, reunidos desde 1882 no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR).[194] Essa corrente acompanhava a doutrina positivista de Augusto Comte, atribuindo grande poder à iniciativa do Estado, reconhecendo a autonomia do chefe político e a liderança dos homens superiores. Aos republicanos, ou "chimangos", opunham-se os federalistas, ou "maragatos", de tendência mais descentralizadora, reunidos a partir de 1892 no Partido Federalista Brasileiro. Em Porto Alegre, Vargas cursou Faculdade de Direito, onde estreitou laços com o castilhismo e com a juventude republicana. [195]

A tomada do poder em 1930, conduzida por um grupo político diversificado, demorou a se institucionalizar. A figura principal de todo esse processo foi Getúlio Vargas, ex-Ministro da Fazenda do último governo da Primeira República e ex-Presidente da Província do Rio Grande do Sul. Com inegável talento para compreender as demandas de grupos tão diversificados (que incluíam comunistas, integralistas, militares e uma pequena

---

[192] Dentre as biografias de Vargas, destacamos as obras recentes de Lira Neto, Boris Fausto e Maria Celina D'Araújo. A biografia de Alzira Vargas do Amaral, filha querida de Getúlio Vargas, não deixa de ser importante.

[193] A cidade de São Borja está situada na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, na região fisiográfica das Missões; outrora pertencera aos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, fundada em 1682.

[194] Os mais importantes líderes republicanos – e adversários- foram Júlio de Castilhos e Joaquim Francisco de Assis Brasil. O sucessor de Castilhos na liderança do PRR foi Antônio Augusto Borges de Medeiros, que governou o estado até 1928, quando foi sucedido por Getúlio Vargas.

[195] D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *Getúlio Vargas.* Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011; p. 19-20.

parcela da oligarquia), Vargas soube conservar um precário equilíbrio entre as forças que o apoiavam. Com isso, manteve-se no poder por quinze anos, sempre alternando, ao sabor da política, as afinidades ideológicas: ao mesmo tempo em que promovia reformas econômicas e sociais que agradavam ao proletariado e ao campesinato, afastava-se dos setores mais à esquerda que estiveram originariamente ao seu lado em 1930. Impulsionava a concessão de direitos sociais, mas mantinha os sindicatos sob rígido controle.

Em síntese, enquanto padrão do comportamento político, o regionalismo declinou depois de 1930, quando novas linhas divisórias apareceram na política brasileira. A "questão social" passou a ganhar importância na década de 1930, em parte pelos índices acelerados de urbanização e industrialização. Novos partidos, baseados mais em classes sociais do que em áreas geográficas, vieram à tona como organizações formidáveis nessa década. Grupos francamente comunistas, socialistas e fascistas ganharam notoriedade na política brasileira.[196] A "Revolução de 1930", porém, representou mais do que a queda de um governo; foi o fim de um sistema político. A sucessão presidencial significara sempre uma fonte de instabilidade e o Rio Grande do Sul frequentemente havia se resguardado numa posição independente na política de sucessão. O papel dos gaúchos só era decisivo quando Minas Gerais e São Paulo podiam ser isolados – em 1910, 1919 e 1930. Em 1930, os gaúchos estavam singularmente preparados a conduzir uma revolução contra o governo de Washington Luís.[197]

Seria equivocado, porém, como enfatizou Boris Fausto, imaginar a existência de um Estado forte nascido por inteiro no imediato pós-30. Pelo contrário, o Governo Provisório teve de tatear em muitas medidas, teve de enfrentar o descontentamento de velhos amigos pertencentes às oligarquias regionais, teve de enfrentar revoltas dos quadros inferiores, pressões tenentistas no âmbito das Forças Armadas e, sobretudo, a "guerra paulista", deflagrada em 1932. Mas o processo político que se desenrolou ao longo do período levou ao reforço do poder central e à reconstrução do Estado, que ultrapassou vitoriosamente suas maiores dificuldades.[198]

Aqui, percebemos, então, que Vargas e Terra, como homens de Estado, tiveram um papel significativo nas relações Brasil-Uruguai. Como destacou Rangel, "os discursos antiliberais dos chefes de Estado facilitaram a convergência de interesses entre seus

---

[196] LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930.* São Paulo: Perspectiva; 1995; p.267.
[197] Idem; p.261.
[198] Fausto; *Op. Cit.;* p. 22.

respectivos governos".[199] Jean-Baptiste Duroselle destacou que entre as múltiplas atividades de um homem político, de Estado, é a decisão a que mais justifica suas funções e realiza suas ambições. Uma grande parte de seu tempo é consumida em acolher visitantes, em receber opiniões e relatórios de seus subordinados, em estudar documentos, em pronunciar discursos, em desempenhar um papel de representação. Entretanto, isso tudo é secundário, em relação à sua tarefa essencial, que é decidir. [200] Raymond Aron, por sua vez, em *Introducción a la filosofía de la historia*, apontou as peculiaridades de uma análise histórica a partir do indivíduo:

> *"El historiador, por lo demás, no se detiene en esos fines [particulares], de algún modo impersonales. El hombre público, ministro o dictador, poco importa, no se confunde con su función sino en la medida que los fines de su conducta son de orden supraindividual. Para comprender la diplomacia de Richelieu sin duda es necesario conocer su concepción de la política francesa, es decir, los fines que él le asignaba; una vez puesta la doctrina, el individuo no interviene más; sólo el ministro aparece. Por el contrario, si se estima que Mussolini cuidaba sólo su gloria, la ebridad del poder y del riesgo, la decisión deja de ser anónima. Ella es quizá todavía racional, si constituía la única o la mejor manera de alcanzar el fin (aún si fuera egoísta), pero esta racionalidad debe ser confrontada con las preferencias y el saber del actor."*[201]

Percebe-se, portanto, que a política externa de um país é condicionada, em função da imagem que faz de si mesmo e do mundo e dos recursos de que efetivamente dispõe; pelos objetivos internacionais que escolhe e pela capacidade de alcançá-los. E tudo isso está para além das capacidades de um único indivíduo, por maior centralização do poder que tenha, numa ditadura, no parlamentarismo ou até mesmo, em um sistema totalitário. Daí, portanto, muitas vezes temos dificuldades, e com a escrita personificamos o Estado nesses indivíduos: "o Uruguai de Terra", "o Brasil de Vargas", "projeto varguista", "diplomacia *terrista*". Entretanto, fica claro que a dimensão das relações internacionais é múltipla, e é protagonizada por atores diversos, para além do executivo, e do próprio Ministério das Relações Exteriores; quem dirá de um indivíduo. De toda forma, devemos reconhecer que são indivíduos, e, portanto, sujeitos históricos. Nesse sentido, o recurso biográfico, nos proporciona conhecê-los

---

[199] RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *O anti-liberalismo nos discursos de Gabriel Terra e Getúlio Vargas (1930-1938). In:* Segundas Jornadas de História Regional Comparada. Porto Alegre: EPUC-RS; 2005; p. 12.
[200] Renouvin, *Op. Cit.*, 1967; p. 435.
[201] ARON, Raymond. *Introducción a la filosofía de la historia***.** Ensayo sobre los límites de la objetividad histórica completado con textos recientes. Buenos Aires: Ediciones Siglo Veinte, 1984; p. 139.

melhor, assim como compreender melhor os seus papeis e a relação de suas vidas pessoais com a vida pública.[202]

2.3. 1930: a "revolução" no Brasil

Em um telegrama de 4 de novembro de 1930, mesmo dia em que Hélio Lobo pediu o reconhecimento do novo governo para o vizinho do sul, o Uruguai reconheceu o governo provisório de Getúlio Vargas. [203] No dia seguinte, Hélio Lobo, ministro extraordinário e plenipotenciário do Brasil, enviou um telegrama à chancelaria uruguaia, representada por Rufino T. Dominguez, para comunicar-lhe da composição ministerial do governo provisório de Vargas, isto é, Oswaldo Aranha[204] na pasta da Justiça e Negócios Interiores, Afrânio de Mello Franco na das Relações Exteriores, José Maria Whitaker na da Fazenda, Juarez Távora na da Viação e Obras Públicas, Assis Brasil na da Agricultura, Indústria e Comércio, Vice-Almirante Isaias de Noronha na da Marinha e General de Brigada Leite de Castro na da Guerra. O novo governo brasileiro criou naquele momento dois novos ministérios: o da Instrução Pública e o do Trabalho, respectivamente, nomeados para assumir as pastas, Francisco de Campos e Lindolfo Collor.[205]

Uma das primeiras medidas tomadas pelo governo uruguaio ao saber dos rumores da revolução que acontecia no Brasil, ou mais especificamente das mobilizações armadas no Rio Grande do Sul em setembro de 1930, foi a de vigilância da fronteira, para que a mesma não chegasse ao seu território. Em 9 de outubro de 1930, por exemplo, o cônsul uruguaio Hernandez em Rio Branco comunica a Rufino Dominguez que a guarnição Yaguarón,

---

[202] GOMES, Rafael Nascimento. *A importância da biografia histórica para a História Política: As relações Brasil-Uruguai por meio das biografias de Getúlio Vargas e Gabriel Terra (1931-1938). In:* Revista Latino-Americana de História. Dossiê História Política: Temas, fontes e problemas. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; vol. 4, no. 14, 2015; p.98.

[203] Cifrado, Telegrama no. 25214, 04/11/1930. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja2 (1930-1932). Carpeta: 1930- Revolución en Brasil.

[204] Oswaldo Aranha também era um político gaúcho, e era considerado líder da chamada "Revolução de 1930" no plano político. De 1930 a 1934, ele integrou o gabinete do Governo Provisório, como ministro da Justiça e ministro da Fazenda. Em 1934, ele foi mandado a Washington como embaixador do Brasil. Imediatamente após o golpe de 1937, Vargas o trouxe de volta para ser ministro das Relações Exteriores, não somente para contrabalançar o poder militar no seio do governo, mas também para agradar as forças anti-Eixo (incluído aí o governo norte-americano Roosevelt) que temiam que Vargas se voltasse decisivamente para o Eixo.

[205] Telegrama no. 29, 04/11/1930. AHD. Série Brasil (1930-1940). Caja2 (1930-1932). Carpeta: 1930-Revolución en Brasil.

composta pelo regimento de cavalaria e pelo batalhão ferroviário do Rio Grande do Sul, estava com a revolução. [206]

Um ano depois da chamada revolução de 1930, em 5 de outubro de 1931, através do telegrama nº 433/931 enviado ao ministro Juan Carlos Blanco, o Uruguai é avisado do primeiro aniversário do movimento "revolucionário" de 24 de outubro de 1930[207] pelo seu representante no Rio de Janeiro. Nessa comemoração do primeiro aniversário da revolução, Vargas se pronunciou, no Teatro Municipal. O embaixador uruguaio Dionísio Ramos Monteiro relatou que esse pronunciamento, na verdade, foi uma mensagem presidencial destacando-se, no caso dos assuntos referentes ao Uruguai, o papel do Brasil na retomada das relações diplomáticas entre Peru e Uruguai e o Centenário do Juramento da Constituição, comemorado em 1930.

Em 22 de outubro de 1930, Juan J. Campisteguy, de Rivera, na fronteira, encaminhou um telegrama urgente para a chancelaria relatando o seu encontro com Francisco Flores da Cunha. Esse encontro era para o Uruguai deixar claro a sua posição de neutralidade frente aos acontecimentos internos brasileiros. Isso porque havia uma circulação de notícias da ordem de prisão daqueles "oficiais sublevados". Campisteguy destaca a importância do Direito Internacional e defende que o Uruguai respeitaria essas normas internacionais, como de tradição da diplomacia uruguaia. Por ser um pequeno Estado entre dois gigantes, o Uruguai tinha no Direito Internacional um instrumento de defesa.

Nesse mesmo encontro Campisteguy tomou conhecimento que Miguel Costa, com seus 8 mil homens, seguia sua marcha até São Paulo, sem resistências na fronteira do estado e já havia ocupado as cidades de Caçapava, Itararé e Catete. A coluna paranaense comandada por Souza Filho e com seus 5 mil homens seguiam a coluna de Miguel Costa. As forças rio-grandenses já abrigavam cerca de 20 mil homens. E Juarez Távora marchava na Bahia com mais de 20 mil homens. [208] Por isso, esses movimentos político-militares do Brasil são vistos pelos representantes uruguaios como uma grande revolução.[209] Muito disso pelo sua força numérica, mobilização e capacidade militar, como destacou Campisteguy.

No Nordeste, o cônsul uruguaio em Pernambuco enviou ao Ministro Rufino T. Dominguez, em 10 de outubro de 1930, telegrama informando-lhe da situação política do

---

[206]Idem.
[207]Telegrama no. 515, 09/10/1930; ibidem.
[208] Juan Campisteguy ao chanceler Rufino T. Domínguez. Telegrama no. 832, 10/10/1930. AHD. Série Brasil (1930-1940). Caja2 (1930-1932). Carpeta: 1930- Revolución en Brasil.
[209] Juan Campisteguy ao chanceler Rufino T. Domínguez. Telegrama no. 753, 10/10/1930; ibidem.

Brasil, e em especial, da nova organização política de Pernambuco, após a "Revolução de 1930". O cônsul uruguaio apresentou a situação como um movimento revolucionário, "*que momento a momento tomaba grandes proporciones"*.[210] Já desde o Sul, Oswaldo Aranha, com o objetivo de explicar nova situação brasileira "aos banqueiros capitalistas e governos estrangeiros", enviou, de Porto Alegre, um telegrama à Chancelaria uruguaia que dizia que:

> A revolução brasileira é um movimento de reinvindicações populares profundamente amadurecido na opinião nacional usando, sobretudo, o restabelecimento do prestígio das leis e da moralidade administrativa. Conta ella com a cooperação effectiva de quase totalidade das Forças Armadas. Irrompeu simultaneamente em diversos pontos do território brasileiro e neste momento domina o paiz de norte a sul limitando a autoridade do governo federal a parte do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro cujas populações e Forças Armadas aguardam a aproximação dos exércitos revolucionários para fazerem causa comum com a revolução. O Comando Geral das Forças comunica aos governos banqueiros e capitalistas extrangeiros que os deputados e senadores que votaram crédito de cem mil contos em favor do governo do Sr. Washington Luís responderá com seus bens particulares pelas quantias que forem dispendidas por conta desse crédito e que desde já declara nullas para todos os efeitos as negociações e empréstimo realizados pelo governo federal a partir do três do corrente mez.[211]

Enquanto isso, no Rio de Janeiro, o governo de Washington Luís buscou formas de reação. Os representantes diplomáticos uruguaios sediados ali na capital e frente aos combates militares apresentavam aquela situação como grave, ao menos durante o mês de outubro de 1930. O telegrama, recebido no dia 24/10/1930, do Rio de Janeiro, informava ao Ministro das Relações Exteriores do Uruguai que as unidades militares e navais revolucionárias tinham triunfado ali, e o presidente Washington Luís havia sido preso no Palácio Guanabara. Com isso, os generais Tasso Fragoso e Mena Barreto, assumiram o governo em forma de junta governativa. [212]

Nessa situação de conturbação política e incertezas[213], a Embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro recebeu e concedeu os pedidos de asilo político, em outubro de 1930, do senador paraibano Gaudêncio e do deputado Belisario de Souza, além de um telegrafista

---

[210]Telegrama no. 444, 10/10/1930; ibidem.
[211] Oswaldo Aranha ao Sr. Secretário del Exterior. Telegrama no. 54, 11/10/1930, ibídem.
[212] Cifrado, Telegrama no. 1766, L3560; 24/10/1930; ibídem.
[213] Muito diferente pronunciou-se o consulado uruguaio de Uruguaiana. Francisco Girnenez, vice-cônsul naquela cidade, acompanhava os andamentos da revolução brasileira de muito perto, até mesmo participando das manifestações populares comemorativas.

oficial do Catete, e do presidente do Rio Grande do Norte. [214] De imediato, em 28 de outubro, o embaixador uruguaio no Rio de Janeiro enviou um telegrama à chancelaria uruguaia consultando o posicionamento oficial de seu governo: *"Pregunto si debo reconocer cuando reciba nota simplemente gobierno de facto ó expressar que Uruguay deseando continuidade sólidas relaciones corresponde que nos ligan corresponde con igual interes. Espero instrucciones."*[215]No dia seguinte, 29 de outubro, a chancelaria uruguaia recebeu outro telegrama[216] de sua embaixada no Rio de Janeiro. Esse telegrama informava que Afrânio de Mello Franco, o novo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, se pronunciou reconhecendo os compromissos internacionais do Brasil, isto é, tratados, dívidas e obrigações legalmente instituídas antes do movimento de outubro daquele ano. Além disso, o telegrama informou ao chanceler uruguaio da nova composição das Forças Armadas: General Leite de Castro à frente do Ministério da Guerra e o Vice-almirante Isaías Noronha à frente do Ministério da Marinha. Além disso, de imediato, o Governo Provisório dissolveu os governos estaduais e o Poder Legislativo, bem como a constituição vigente e proclamou uma Lei Orgânica que organizaria a administração pública brasileira até a elaboração da nova Constituição. Essa Lei Orgânica que instituiu os interventores federais a nível estadual.

Em 28 de outubro de 1930, Dionísio Ramos Monteiro, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República Oriental do Uruguai, enviou em anexo[217] uma cópia da circular de Afrânio Mello Franco sobre a composição da Junta Governativa Provisória, composta pelos Generais Tasso Fragoso, presidente, João de Deus Menna Barreto e Isaias Noronha, e do reconhecimento dos tratados, acordos e dívida pública, interna e externa, do Brasil. Ainda em novembro viria o reconhecimento uruguaio do novo governo brasileiro, reconhecimento solicitado pelos brasileiros desde, pelo menos, 3 de novembro de 1930, quando o Governo Provisório foi instalado.

Portanto, se olharmos a década como um todo, vemos que a "revolução de 1930" produziu algumas mudanças muito significativas na economia e sociedade brasileiras, embora não tenha alterado a estrutura de dominação social. Enquanto as massas continuaram

---

[214] Cifrado, Telegrama no. 2071, L3561; 24/10/1930. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja2 (1930-1932). Carpeta: 1930- Revolución en Brasil. Asilados en la Legación del Uruguay.

[215] Idem, Telegrama no. 1766, L3564; 28/10/1930; ibidem. Curioso desse telegrama que o embaixador uruguaio no Rio de Janeiro pediu ao chanceler que lhe enviasse a declaração de reconhecimento do novo governo, conforme os modelos da Argentina, Chile e Paraguai.

[216] Idem, Telegrama no. 1766, L3563; 29/10/1930; ibídem.

[217] Anexo à nota no. 443/930; 28/10/1930; ibidem.

excluídas da vida política, certos novos segmentos sociais passaram, sim, a participar direta ou indiretamente do processo de tomada de decisões. A "revolução" nasceu de um sistema político. Mas nenhuma classe ou setor de classe conseguia desempenhar um papel dominante no novo sistema político. O "Estado de compromisso" que foi estabelecido se tornou cada vez mais forte e autônomo. Ao mesmo tempo, ele possibilitou a participação simultânea tanto das velhas facções políticas (oligarquias regionais de origem rural), quanto das novas (setores de classe ligados à industrialização, à urbanização e ao crescimento do Estado).[218]

Por isso que um dos fatores mais marcantes da revolução de 1930 é o fato de os novos setores que, após a conflagração do movimento acenderam ao poder, não afastaram, em absoluto, a totalidade das forças políticas do antigo regime. A cisão da oligarquia mineira, as chamadas oligarquias periféricas (RS e PE) e os militares ligados ao tenentismo e a essas forças políticas, embora tenham protagonizado a descontinuidade de 1930, não possuíam condições objetivas de apresentar e executar um novo projeto político acabado. A resultante disso foi o estabelecimento de um estado de compromisso entre essas heterogêneas forças e a oligarquia cafeeira paulista que, embora deslocada, não se viu totalmente afastada do poder político nacional.[219]

De toda forma, enquanto Getúlio Vargas tentava organizar e estabilizar o governo recém-implantado sob medidas centralizadoras, Gabriel Terra, em novembro de 1930, tornava-se o novo presidente do Uruguai. No Brasil, todavia, Vargas teria grandes dificuldades, pois, não seria nada fácil estabilizar seu governo visto às reações das tradicionais oligarquias, sobretudo a paulista. São Paulo reagiria contra o poder central varguista até mesmo pegando em armas, como foi a Revolução Constitucionalista de 1932.

2.4. A guerra civil de 1932 vista pelos uruguaios

O ano de 1932 começou de forma muita tranquila para as relações Brasil-Uruguai. No telegrama no. 3, de 5 de janeiro de 1932, a legação uruguaia no Rio de Janeiro informava o recibo de uma coligação de publicações oficiais brasileiras que ocuparia a Biblioteca do

[218] Moura, *Op. Cit.;* 2012; p.50.
[219] Svartman, *Op. Cit.*; p. 49.

Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, em Montevidéu.[220] Já no telegrama nº. 623, de 26 de janeiro de 1932, Artur Guimarães de Araújo Jorge, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil, propôs à chancelaria uruguaia celebrar um Tratado de Direito Processual com o Brasil. O projeto foi encaminhado à chancelaria uruguaia com o propósito, segundo o diplomata brasileiro, de intensificar a vinculação internacional dos países. Nesse projeto destacava-se:

> *Apoyado en numerosos casos de jurisprudencia y orientado en la tendencia doctrinaria que se siguió en el Congreso de Derecho Internacional Privado de Montevideo realizado en el año 1889, y en cual tuvo parte importante el Uruguay, sus disposiciones principales concuerdan con las que integraron el Tratado respectivo celebrado en aquella oportunidad por nuestro país con varias naciones de este continente. Tomar en cuenta, pues, ese antecedente significa contar con un exponente apreciable de estudio y discusión científicos, utilizando un precedente valioso para el planteamiento de lo que debe ser la colaboración eficaz en la acción de los poderes judiciales de distintos Estados; y, con la excepción de detalles, dicha obra americana de unificación de normas de Derecho Internacional Privada en la rama procesal ha sido sancionada favorablemente por el transcurso del tiempo.* [221]

Em 3 de março de 1932 o ministro Juan Carlos Blanco recebeu informações, desde o Rio de Janeiro, sobre o Código Eleitoral que acabava de ser publicado no Brasil. Para o diplomata uruguaio:

> *Este decreto, con fuerza de ley, ha debido dictarse urgentemente, así es que en él no se han tratado algunas cuestiones importantes, tales como las referentes a las representaciones de clase, a las incompatibilidades electorales, el número de diputados que tendrá la Constituyente y el que corresponderá a cada Estado. [...] El voto en urna o en máquina, quedó supeditado al criterio de los tribunales regionales, con la indicación de que solo sea permitido en las grandes ciudades, especialmente en las capitales. Las asociaciones de clase legalmente constituidas gozarán de los mismos privilegios de los partidos políticos, esto es, con derecho de indicar candidatos y a fiscalizar directamente el proceso electoral.*[222]

Entretanto, muito rapidamente, essa situação pacífica deu espaço para uma verdadeira guerra civil. Dionísio Ramos Monteiro, enviado extraordinário e ministro plenipotenciário da República Oriental do Uruguai no Rio de Janeiro, em março de 1932, informava ao chanceler uruguaio da divisão política brasileira em dois grupos: os apoiadores de Vargas e os seus opositores. Monteiro apresentou os opositores de Vargas como aqueles

---

[220] Telegrama no. 3, 05/01/1932. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja2 (1930-1932). Carpeta: 1932-Correspondencia de la Legación en Río con la Cancillería brasileña.

[221] Anexo ao telegrama no. 623, 26/01/1932, idem; Caja2 (1930-1932). Carpeta: 1932-Tratado de Derecho Procesal Uruguay-Brasil.

[222] Telegrama no. 70, 03/03/1932, idem; Carpeta 1932: Informaciones Políticas. Revolución.

que desejavam o retorno ao regime constitucional. Entre eles, ele destacou Batista Luzardo, Lindolfo Collor e outros rio-grandenses.[223] Em outro telegrama enviado do Rio de Janeiro ao chanceler em Montevidéu, o diplomata uruguaio destacava as declarações de Getúlio Vargas: "*dijo que se llegara régimen constitucional como obra revolucionaria de 1930 no de adherentes; que no puede ser prisionero de partidos, grupos o clases.*"[224] Uruguai acompanhava, portanto, diariamente, a situação da política interna brasileira.

Frente a essa situação, o jornal uruguaio El Diário se perguntava se o Brasil viveria uma "Terceira Revolução", pois o jornal apresentava a situação no Brasil, e no Rio Grande do Sul, em particular, extremamente grave. *"Gravísimo el ambiente político e inestable la situación. La opinión pública está contra la dictadura"* dizia o jornal. [225] Enquanto isso, os jornais gaúchos, Correio do Povo e Jornal da Manhã, de 21 de abril, noticiavam o grande banquete em homenagem ao Ministro da Fazenda Oswaldo Aranha. Na verdade, Aranha estava ali em Porto Alegre com objetivos políticos bem claros: conseguir manter sua base de apoio frente à possibilidade de um levante contra o poder central.

No Brasil, Vargas publicou um documento intitulado "Revolução de Outubro"; na verdade, um manifesto lido por ele, em sessão solene no edifício da Câmara dos Deputados em 14 de maio de 1932, com o objetivo de acalmar os ânimos políticos daqueles que se levantariam contra ele pelo retorno à constitucionalização do país.[226] Nesse documento, Vargas apresentava o Brasil antes da "revolução", da seguinte forma:

> Os vinte Estados, em que se subdividira o mapa do Brasil, anulado o poder de representação, válvula de segurança do regimen, com raras exceções, debatiam-se prêsas de governos oligárquicos, que exploravam, em benefício próprio, as posições e os proventos materiais. Os governadores, em concilio, elegiam o Presidente da Republica, que, por sua vez, determinava sobre a substituição dos governos locais. Os deputados eram simples mandatários da vontade arbitraria dos regulos estaduais, cujo desplante atingia o extremo de indicarem, às vezes, até aqueles que deviam hipoteticamente representar a oposição. [...] Viviamos, economicamente, no pleno domínio do empirismo e do desalento. No tocante à exploração metódica das nossas fontes de riqueza, desordenadamente aproveitadas, a ação governamental, por vezes, inoportuna, era estéril e contraproducente.[...] Ainda não chegou o momento dos juízos definitivos sobre a revolução, no seu determinismo, no seu desdobramento, no seu impressionante desfecho. A história aguardará, do tempo, para o seu veredictum, que seja encerrado o vasto e completo inquérito desta fase da vida nacional, agitada tanto pelos ideais quanto pelas paixões. [227]

---

[223] Cifrado; Telegrama confidencial no. 29 (L3937), 04/03/1932; ibidem.
[224] Cifrado; Telegrama confidencial no. 30 (L3939), 05/03/1932; ibidem.
[225] *El Diario;* 20 de março de 1932.
[226] Anexo a la nota no. 158, 15/05/1932. *Ibidem.*
[227] Idem.

Em 15 de maio de 1932, o ministro Juan Carlos Blanco foi informado sobre a data marcada por Vargas para as eleições da Assembleia Constituinte, que seria responsável de elaborar a Constituição do Brasil.[228] No Rio Grande do Sul, em meados de julho de 1932, havia rumores de possíveis levantes contra o governo estadual nos municípios de Santana do Livramento.[229] Em Santa Maria, o cônsul uruguaio descreveu, em 28 de julho, a situação da cidade da seguinte maneira:

> *Hay dificultad en el transporte de mercaderías y paralización del comercio en general. Muchas transaciones de productos pecuarios (cueros) ya terminadas, para nuestro país, quedaron suspensas. La censura telegráfica y de la prensa es rigurosa. Los pasajeros que transiten para el Brasil, tienen que muñirse a más de los documentos corrientes, de un salvo-conducto policial en la primer ciudad o puerto que desembarquen.*[230]

Alguns meses depois, em 8 de novembro, o mesmo jornal uruguaio noticiava que um núcleo de destacadas figuras da chamada revolução brasileira contra Vargas estavam em território uruguaio, hospedados nos hotéis da cidade de Rivera.[231] Entre elas estavam João Neves da Fontoura, Lindolfo Collor, Marcial Terra Pilla e Maurício Cardozo.

Durante a Revolução Constitucionalista de São Paulo, vista pelos uruguaios como uma guerra civil, houve muitos pedidos de informações de pessoas que moravam em regiões onde ocorriam conflitos, principalmente no Rio Grande do Sul. Por meio de telegrama, o cônsul uruguaio em Santa Maria solicitou ao chanceler Juan Carlos Blanco das medidas tomadas por ele para obter a baixa do Exército brasileiro de vários cidadãos uruguaios, que prestavam serviços como voluntários em defesa do poder central.[232] Muitos desses uruguaios queriam a baixa do Exército brasileiro em razão do contrato realizado. Entretanto, vários outros cidadãos uruguaios mantiveram-se como voluntários, ou por vontade própria ou por medo das represálias. Já em São Paulo, o cônsul uruguaio ali instalado, demonstrou à chancelaria uruguaia, em 28 de setembro de 1932, no telegrama nº. 1288, certa preocupação com seus concidadãos uruguaios instalados naquela cidade frente aos conflitos que duravam

---

[228] Telegrama no. 158, 15/05/1932. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja2 (1930-1932). Carpeta 1932: Informaciones Políticas. Revolución.

[229] Cifrado; Telegrama no. 151, do consulado uruguaio em Porto Alegre para a chancelaria uruguaia, 26/07/1932; ibidem.

[230] Cônsul em Santa Maria ao Encarregado do Cônsul Geral ao Sul do Brasil, Cônsul Juan J. Bajac. Telegrama confidencial no. 33; 28/07/1932. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja2 (1930-1932). Carpeta 1932: Revolución en San Pablo.

[231] *El Diario; 08 de novembro de 1932.*

[232] Telegrama no. 1000, 23/12/1932, ibídem.

desde julho daquele ano.[233] Além disso, o cônsul uruguaio ressaltou a sua completa neutralidade frente aquele conflito.

O Governador de São Paulo, Pedro Manuel de Toledo[234], em 17 de agosto de 1932, encaminhou um documento criticando as medidas tomadas pelo governo federal às delegações diplomáticas e consulares. Esse documento explicava o seu posicionamento contra as medidas tomadas pelo governo federal como o embaraço às comunicações consulares, o confisco de malas diplomáticas, o impedimento da navegação no porto de Santos, a ameaça de confisco de propriedades estrangeiras, entre outras. O Consulado do Uruguai recebeu uma cópia desse documento. O General Bertholdo Klinger, comandante da 2º. Região Militar, também enviou telegrama às delegações diplomáticas e consulares estrangeiras solicitando para que elas pressionassem o governo federal para liberar a navegação no Porto de Santos. Entretanto, a abertura do porto do litoral de São Paulo abriria somente em outubro de 1932.

São Paulo era uma cidade formada por muitas colônias de imigrantes, daí a importância dada pelo governo de São Paulo. Por outro lado, havia também a recompensa oferecida pelo governo federal por informações das lideranças do movimento paulista. O cônsul uruguaio em São Paulo, Carlos G. Milhas, chegou a solicitar ao seu chanceler autorização para entregar alguns desses líderes.[235] Milhas, via São Paulo-Cerrito, única via telegráfica disponível naquele momento, conseguiu descrever, em 7 de agosto, a seguinte situação da capital paulista à sua chancelaria em Montevidéu:

> *Continua orden interna, estado aumentó entusiasmo. Actualmente más de cien mil hombres en armas. Diariamente siguen batallones perfectamente equipados hacia los frentes de combate en fronteras. San Pablo en peso exige cada día con mayor vigor Brasil unido y régimen constitucional inmediato. Todas las colonias extranjeras cooperan victoria particulares comerciantes industriales fornecen dinero, géneros, artículos gratuitamente en cantidades colosales.*[236]

El Día, jornal batllista, apresentava, em 13 de julho, aquele movimento como um movimento subversivo liderado por antigos políticos filiados ao regime deposto em 1930. Isso

[233] Telegrama no. 1288, 28/09/1932; ibidem.
[234] Em 23 de maio de 1932, Pedro de Toledo, foi aclamado pelos paulistas governador de São Paulo.
[235] Cifrado;Telegrama no. 1288, 28/09/1932; ibidem.
[236] Telegrama no. 1288; 07/08/1932; ibídem.

em grande medida porque o jornal publicou o comunicado da embaixada brasileira instalada em Montevidéu. [237]

O jornal uruguaio *El Bien Público,* católico, de 9 de agosto de 1932, noticiou os pedidos de reconhecimento do estado de beligerância pelos constitucionalistas brasileiros às demais nações. Além de apresentar o movimento como uma “revolução”, o jornal dizia que:

> *Se persigue el propósito de obtener por lo menos parcialmente, la reanudación de los servicios cablegráficos y portuários, pues las compañías extranjeras obedeciendo a una orden del Gobierno Federal suspendieron sus actividades. Los revolucionarios aseguran que disposiciones del Derecho Internacional justifican este procedimiento. Los antecedentes del asunto son escasos, pero en la guerra civil norte-americana se planteó un caso parecido al intentar bloquear Inglaterra a la Confederación.*[238]

El País, por sua vez, um mês depois, em 22 de setembro, noticiava rumores de que Nepomuceno Saravia estaria preparando um movimento revolucionário, favorável à revolução paulistana, contra o governo do general Flores da Cunha, no Rio Grande do Sul.[239] O jornal pedia ações imediatas do governo, pois *“no es posible que puedan prosperar en nuestro país, movimientos sediciosos que contarán con el apoyo económico de emigrados norteños, y tendientes a alterar el orden de Rio Grande do Sud, que se encuentra en pleno estado de paz, de acuerdo con todas las informaciones telegráficas que llegan diariamente.*[240]

No dia 3 de setembro, pelo menos, a situação do Rio Grande do Sul era apresentada como grave, pois Borges de Medeiros, Lindolfo Collor e outros sublevaram-se contra Flores da Cunha, governador do estado, e a favor de São Paulo[241]. 4 dias depois, o Encarregado do Cônsul Geral ao Sul do Brasil, reenviou o telegrama que havia recebido do vice-cônsul em Pelotas, ao chanceler Juan Carlos Blanco. Nesse telegrama[242], a situação na região era apresentada:

> *Grupo revolucionario al mando de jefes civiles Coronel Marcial Terra, Octasilio Fernandez y Doctor Lindolfo Collor, entregaron armas, caballadas, etc., sin derrame sangre. Todos fueron garantidos por Gobierno. Collor y Fernandez fueron acompañados hasta frontera Argentina. Terra dió palabra honra no continuar más. Gobiernos, Républica y Estado continúan apoyados por las fuerzas armadas y mayoría del pueblo. Estado y ciudad continúan calmos. Corren muchas inverdades. Rendición efetuose en el Município de Santiago de Boqueirão.*

---

[237] *El Día;* 13 de julho de 1932.
[238] *El Bien Público;* 09 de agosto de 1932.
[239] *El País;* 22 de setembro de 1932.
[240] Idem.
[241] Cifrado; Telegrama no.1288 (L4000); 03/09/1932; ibidem.
[242] Telegrama no. 651; 07/09/1932; ibidem.

Apesar de informações pontuais, observa-se que houve esforço das unidades diplomáticas uruguaias no Brasil de transmitir ao governo uruguaio certa “tranquilidade”, traduzida como estabilidade política, apesar dos infortúnios.

Em 4 de outubro, a embaixada uruguaia no Rio de Janeiro já reportava ao seu chanceler que o Governo Provisório já tinha o controle de todo o país.[243] Entretanto, o governo brasileiro ainda precisou do consentimento do governo uruguaio para enviar o navio “Miranda” a Mato Grosso, conduzindo tropas do Rio Grande do Sul, e os navios brasileiros “Paraguai” e “Argentina”.[244] Além disso, governo de Terra já tinha colaborado no final de setembro em confiscar quatro aviões, adquiridos pelos revolucionários paulistas, que vinham desde Santiago, no Chile.

No dia anterior, 3 de outubro, a chancelaria uruguaia já tinha recebido a notícia, desde o Rio de Janeiro, que a situação em São Paulo ainda era grave pois ainda não tinham chegado a um acordo, apesar da revolução ter sido militarmente vencida. Militares paulistas desejavam terminar, mas políticos estavam intransigentes, dizia o diplomata uruguaio.[245] Seguro da situação do Brasil, Gabriel Terra, em 5 de outubro, cumprimentou Vargas: “*Reciba señor Presidente con mis amistosos y cordiales saludos las expresiones de mi honda satisfacción por el restablecimiento de la paz en Brasil con votos por la prosperidad de la gran Republica y por ventura personal de vuestra excelencia.”*[246]Juan Carlos Branco fez o mesmo com o chanceler Afrânio de Melo Franco.

2.5. A diplomacia brasileira nos tempos de Vargas

Afrânio de Melo Franco, diplomata experiente, foi escolhido para Ministro das Relações Exteriores, pelo Governo Revolucionário, instalado a 24 de outubro de 1930. Naqueles tempos, ele já era uma personalidade conhecida nos círculos internacionais. Foi ministro das Relações Exteriores entre 1930 e 1933. Dedicou-se, em primeiro lugar, a uma reforma administrativa da Secretaria do Estado: criou os consulados privativos em certos estados fronteiriços comissionando residentes brasileiros locais, operou a fusão dos quadros de funcionários, estabelecendo a rotatividade entre os postos consulares, diplomáticos e de

[243] Telegrama no. 1288 (L4010); 04/10/1932; ibidem.
[244] Telegrama no. 26; 04/10/1932; ibidem.
[245] Telegrama no. 1288 (L 4009); 03/10/1932; ibidem.
[246] Telegrama no. 274; 05/10/1932; ibidem.

Secretaria. Com a *Reforma Melo Franco*, iniciou-se a fase do desenvolvimento orgânico do Ministério das Relações Exteriores caracterizada pela absorção do funcionalismo da Secretaria de Estado nos quadros do Corpo Diplomático e do Corpo Consular.[247] Acabou com o sistema antiquado de tratados de comércio bilaterais que substituiu por trinta acordos sob base comum da cláusula incondicional e ilimitada de nação mais favorecida, reforma bem aceita pelos governos estrangeiros. Ele continuou a política de Otávio Mangabeira no trabalho de delimitação das linhas de fronteiras, no que foi auxiliado por Dias de Aguiar (Venezuela e Guiana Britânica), Renato Rodrigues Pereira (Colômbia) e Néri da Fonseca (Uruguai).[248] Frente à necessidade de elaboração de uma nova Constituição e pela sua qualidade de jurisconsulto, coube a Afrânio de Melo Franco a presidência da Comissão, designada em 1932, de elaborar o projeto da nova Constituição Federal, que seria promulgada em 1934.

Na região, Melo Franco teve papel importante na resolução do conflito entre Bolívia e Paraguai pela disputa do Grande Chaco, assim como ajudou a resolver a pendência do território de Letícia (Colômbia, Peru e Brasil). Mas não fez nenhuma modificação importante na política exterior mesmo considerando que Getúlio e seus companheiros gaúchos pouco entendiam de política internacional e pouco se interessavam por ela. Segundo Afonso Arinos de Melo Franco, filho do chanceler, "eles deixavam as mãos livres ao ocupante do Itamaraty".[249] Logo, Jaime Pinsky defendeu, equivocadamente, que entre 1930 e 1937 não teve nenhuma mudança relevante, "já que as atividades dos ministros do Exterior eram puramente acadêmicas." [250]

Na guerra do Chaco, a intervenção do Brasil foi iniciada por Melo Franco, mas foi habilmente continuada e terminada por Macedo Soares[251]. Após interinidade de seis meses de Félix de Barros Cavalcanti de Lacerda[252] e com a volta à normalidade institucional pela promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934, a eleição de Getúlio Vargas para Presidente da República, no quatriênio de 1934-1938, e a nomeação de um novo Ministério,

---

[247] CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008).* Brasília: FUNAG, 2009; p. 305.
[248] Carvalho, Carlos Delgado de. *Op. Cit.;* p. 264-265.
[249] MELO FRANCO, Afonso Arinos. *Um Estadista da República.* Rio de Janeiro; 1955; p. 1372.
[250] PINSKY, Jaime. *O Brasil nas Relações Internacionais: 1930-1945.* In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em Perspectiva.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988; p. 340.
[251] José Carlos de Macedo Soares: empresário paulista, ele foi fundador em 1935 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do qual foi também presidente. Em 1931 foi embaixador na Bélgica e chefe em várias delegações do Brasil a conferências internacionais.
[252] Felix de Barros Cavalcanti de Lacerda nasceu em Londres, em 1880, foi diplomata de carreira e chegou a Embaixador em 1932. Serviu em diversos postos no exterior. Foi Secretário Geral e substituiu, interinamente, o Ministro Afrânio de Melo Franco até a nomeação de seu sucessor, José Carlos de Macedo Soares.

coube a Pasta das Relações Exteriores ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares.[253] Com Macedo Soares a frente da pasta do Exterior, o Brasil assinou com os Estados Unidos, em 1935, um novo tratado comercial que instituiu a concessão recíproca de *"tratamento da nação mais favorecida".* Este tratado, se de um lado estabelecia franquias a alguns produtos brasileiros (café, mate, cacau, borracha, entre outros) de outra concedia reduções de 20% a 60% sobre certos artigos industriais entre os quais máquinas, aparelhos e aços. [254] Além disso, esse período foi marcado por visitas de lideranças mundiais e regionais (Gabriel Terra, Cardeal Pacelli, Cardeal Cerejeira, Presidente Roosevelt, Saavedra Lamas, Politis, Emil Ludwig, Cordell Hull, Julio Roca, Siegfried, etc). [255]

Por outro lado, o papel do Brasil no comércio internacional – era o maior supridor de algodão, café e borracha para o Terceiro Reich no final dos anos 30 – e nas comunicações aéreas com a Europa, sua posição central nas rotas de comboios inimigos, sua comunidade germânica de quase 900 mil pessoas e sua conveniência para transmissões radiotelegráficas clandestinas estava entre as razões que despertaram no Abwehr, o departamento do exterior do alto-comando das Forças Armadas do III Reich, um agudo interesse por este país. [256]

Decerto, sob o ponto de vista político, Berlim encarava o Brasil basicamente como um país amigo. Getúlio Vargas provara ser um líder astuto e calculista, cuja apreciação das realidades nacionais costumava ser fria e isenta de emoção. Conservador esclarecido, Vargas sobreviveu a uma guerra civil em 1932, um levante comunista em 1935 e um *putsch* integralista em 1938, e era famosa a declaração "Nunca tive um amigo que não pudesse tornar-se um inimigo ou um inimigo que não pudesse tornar-se amigo". A manutenção das relações estreitas com os Estados Unidos era um axioma da política externa brasileira, mas Vargas tinha demonstrado considerável independência em questões externas. Seu governo era marcadamente anticomunista, não tendo escondido simpatias para com as forças nacionalistas do general Francisco Franco durante a guerra civil espanhola. Mantinha relações íntimas com o regime de Mussolini na Itália, apoiando-se durante o conflito ítalo-etíope; e, quanto ao Terceiro Reich, Vargas exibia cordialidade sistemática e vivo interesse em expandir o intercâmbio comercial. O Brasil, aliás, tornou-se o principal parceiro comercial da Alemanha na América do Sul depois de 1934; em 1937 e 1938, o governo brasileiro assinou contratos de

[253] Castro, Flávio Mendes de Oliveira. *Op. Cit.;* p. 347.
[254] Idem.
[255] Carvalho; Carlos Delgado de. Op. Cit.; p. 266-2677.
[256] HILTON, Stanley. *A Guerra secreta de Hitler no Brasil. A espionagem e a contra-espionagem aliada no Brasil, 1939-1945.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983; p. 15.

armamentos com a Krupp e a polícia federal estabeleceu ligações com a Gestapo visando coordenar medidas anticomunistas. No final de 1937, após a implantação do Estado Novo, Berlim até cogitava de tentar persuadir o Rio de Janeiro a assinar o Pacto Anti-Comintern. [257] Stanley Hilton lembra que, em outubro de 1938, Winston Churchill, primeiro-ministro britânico, em seu discurso pelo rádio, admoestava que "mesmo na América do Sul, o regime nazista começava a minar as bases da sociedade brasileira. [258]

Nota-se, então, que conflitos quanto a questões econômicas estavam claramente presentes no processo de tomada de decisões da política externa, já que as diferentes concepções de política econômica tendiam a corresponder com alinhamentos preferenciais nos negócios internacionais. Assuntos financeiros, industriais e de comércio exterior estavam todos eles sujeitos a tais conflitos. Além disso, assuntos militares como a compra ou reposição de armamentos e munições, a vigilância das fronteiras, estudos estratégicos e o treinamento das forças armadas eram claramente ligados a fornecedores estrangeiros e *know-how* estrangeiro, e envolviam decisões políticas.

No seu movimento modernizante, o Estado, entre 1930 e 1945, foi um elemento importante para o processo de industrialização nacional, tanto na busca de alternativas ao modelo agroexportador que vigorara na República Velha, e que fora duramente atingido pela crise mundial entre 1930 e 1933, quanto na normatização da mão-de-obra urbana. Nesse processo, o planejamento estatal começou a ser empregado em maior escala e, na sua esteira, o próprio corpo do Estado cresceu de forma significativa, distanciando-se da orientação liberal oligárquica que até então vigorava e aproximando-se de um modelo nacional e intervencionista. Junto com o aumento das funções do Estado, cresceu a sua burocracia e, consequentemente, o poder de seus organismos. Especialmente no Estado Novo, a influência do estamento militar na política, tanto interna quanto externa, foi um dado incontestável e, da mesma forma como afiançaram a instauração do novo regime em 1937, foi por seu intermédio que Vargas seria deposto em 1945. [259]

Essas transformações políticas, contudo, não se restringiram apenas à esfera interna. Se, nos anos que se sucederam à Revolução de 1930, o novo governo carecia de uma agenda de política externa para além das orientações do Itamaraty, os anos de 1935 e 1936 iriam marcar uma redefinição da sua política exterior. Nos primeiros anos dessa década, a

---

[257] Idem; p. 30-31.
[258] Idem; p. 15.
[259] Svartman, *Op. Cit.*; p. 50.

Grande Depressão fizera pesados estragos na economia brasileira, que se articulava com os demais países por meio de tratados econômicos de orientação liberal. Em face disso, o Brasil contestou vários desses tratados e negociou novas alternativas de laços comerciais com as novas potências que despontavam no cenário internacional.[260]

No Brasil, o modelo político que a partir de 1930 começou a consolidar-se, do qual a elite diplomática brasileira foi tributária, gerou a demanda da centralização político-militar-administrativa e a rediscussão da inserção econômica e política do Brasil no sistema internacional.[261] As forças que se instauraram no poder após a Revolução de 1930 desenvolveriam, a partir de 1934, tentativas de diversificação internacional brasileira e de implementação de um processo de industrialização alavancado pelo Estado. Esse mudou de perfil, assumindo um caráter planejador e que, consequentemente, demandou recursos humanos para formar uma elite intelectual burocrática atuante nos diversos níveis de seus quadros.[262]

Os militares acharam-se no centro da política internacional em razão do papel que a corporação exerce na sustentação do regime e da tensa conjuntura da Segunda Guerra Mundial, de maneira que desempenhavam sensível influência na formulação e execução da política externa. Quanto ao diplomata de carreira, formado nos quadros do Itamaraty, prevaleceram as orientações fundadas nas noções de interesse nacional. Como os postos-chave da Chancelaria brasileira (as embaixadas de Buenos Aires e Washington, por exemplo) eram nomeados diretamente por Vargas, havia, dentro de alguns limites, uma certa simetria nas concepções do que seria o interesse nacional e das estratégias a serem assumidas. Por sua vez, quanto aos militares atuantes nos quadros da diplomacia e da formulação da política externa, deve-se, inicialmente, precisar de que militares se fala, pois, o perfil da corporação muda sensivelmente no período: os elementos ligados a um tenentismo mais ávido por mudanças sociais são gradualmente afastados, prevalecendo nos quadros-chave do Estado uma ala mais conservadora e fortemente influenciada pelo pensamento geopolítico. Pode-se agregar ainda a presença marcante de políticos que, estranhos à burocracia do Itamaraty, porém intrinsecamente ligados ao regime, passaram a ocupar cargos diplomáticos de

---

[260] Idem; p. 51.
[261] Idem; p. 16.
[262] Idem; p. 21.

importância observável, como a Embaixada de Washington e as de vizinhos estrategicamente relevantes, como Uruguai e Paraguai.[263]

Os acordos assinados com os EUA (2/2/35) e com a Alemanha (6/6/36) são significativos não apenas em razão do seu conteúdo econômico, mas pelas suas implicações políticas, pois, enquanto o tratado assinado em Washington possuía um caráter liberal, aquele assinado com o Reich fixava cotas de compensação, de forma a ser considerado como comércio protegido. A partir desse momento, o Brasil começou a se configurar como uma peça relevante na disputa dessas duas potências pela hegemonia comercial e pela influência política na América Latina.[264] Logo, o resultado destas divisões e do papel preeminente desempenhado por Vargas no processo decisório durante esses anos era uma disposição permanente de explorar as melhores oportunidades criadas pela concorrência entre EUA e Alemanha por influência no Brasil. Em geral, a melhor maneira de descrever a política externa do Brasil na década de 1930 é como uma oscilação entre uma grande potência e a outra em termos comerciais, políticos e militares. Essa política de equilíbrio pragmático entre a Alemanha e os Estados Unidos produziu uma série de benefícios comerciais e aumentou o poder de barganha do Brasil nos anos vindouros.[265]

Gerson Moura sintetizou esse período, entre 1935 e 1941, na história da política externa brasileira como “equidistância pragmática” – isto é, uma diplomacia econômica com o propósito de acelerar o crescimento interno – pelo fato de o Brasil ter procurado tirar proveito da disputa então existente entre os dois blocos de poder. Com isso, o governo de Vargas obteve êxitos reais com a nova política externa, a qual se transformou em um instrumento eficaz para a obtenção de insumos e condições de crescimento econômico, industrialização, créditos e financiamentos das exportações, além do grande projeto siderúrgico de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, inaugurado em 1943.

No entanto, quanto ao Prata, se a diplomacia brasileira modernizou-se na sua organização, quanto as diretrizes elas continuaram sendo, basicamente, aquelas implantadas pelo barão do Rio Branco (1902-1912); isto é: a defesa da estabilidade política regional; a não intervenção nos assuntos internos dos países vizinhos e a permanente preocupação de manter o entendimento e o diálogo fluido com Buenos Aires. Isto é, a política varguista dava continuidade à adesão, à solução pacífica de controvérsias e à preocupação em aumentar o

[263] Idem; p.23-24.
[264] Idem; p. 51.
[265] Moura, *Op. Cit.;* 2012; p.50-51.

comércio regional, mas não estava totalmente descartada a hipótese de guerra com o vizinho argentino.[266] Além disso, o Brasil adotou uma atitude de prestígio do pan-americanismo e da conciliação. Em 1930, por exemplo, Afrânio de Melo Franco, então chanceler brasileiro, ofereceu, com sucesso, os bons ofícios para o reatamento das relações diplomáticas entre Peru e Uruguai. Na questão da Letícia, entre Peru e Colômbia, e na Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai, a diplomacia brasileira desempenhou também papel conciliador.

Os dois maiores vizinhos da América do Sul sempre tiveram relações complexas. Embora tenham sido sempre importantes parceiros comerciais um do outro,[267] Brasil e Argentina tiveram uma longa tradição de rivalidade e de disputas pela hegemonia econômica, militar e política na região. Essa tradição, que remonta aos tempos do expansionismo do Império brasileiro e dos esforços platinos pela reconstrução do antigo Vice-Reinado do Prata, estendeu-se pelos primeiros anos do século XX em querelas diplomáticas entre os chanceleres Zeballos e Rio Branco e assumiu novas feições nas atribuladas décadas de 1930 e 1940.[268] Dessa forma, enquanto o Brasil sempre cultivara uma relação especial com os EUA e, ao longo da década de 1930, manteve uma política externa presente nos foros interamericanos, a Argentina sempre deixou bem claro o seu distanciamento dos organismos internacionais capitaneados pelos norte-americanos ao enfatizar seus compromissos com a Inglaterra e com a Liga das Nações. Essa perspectiva diferenciada de inserção na ordem internacional, somada à disputa pela influência sobre os países vizinhos (Uruguai, Bolívia e Paraguai), marcou as relações políticas de Argentina e Brasil entre 1930 e 1942.[269]

Segundo Eduardo Munhoz Svartman, a construção da hegemonia brasileira na região não se restringia apenas à presença econômica e à superioridade militar, mas envolvia também o campo político-diplomático propriamente dito. No decorrer do Estado Novo, o Itamaraty imprimiu uma orientação no sentido de intensificar a presença política brasileira nos demais países latino-americanos, especialmente naqueles que faziam fronteira tanto com o Brasil quanto com a Argentina. Da mesma forma que a gestão de Batista Luzardo na Embaixada em Montevidéu (1937-1945) foi marcada por um esforço de aproximação política e diplomática entre Brasil e Uruguai, os debates em torno da possibilidade de perdão da antiga dívida de guerra do Paraguai, assumiram, para a elite diplomática brasileira, um contorno no

[266] Doratioto, Op. Cit.; 2014; p. 115. Essa hipótese de guerra com a Argentina também estava presente nos círculos diplomáticos uruguaios.
[267] BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930/1992).* São Paulo: Ensaio, 1993; p. 25.
[268] Svartman, *Op. Cit.;* p. 53.
[269] Idem; p. 54.

qual se procurava reforçar a presença brasileira naquele país.[270] No plano bilateral, o Brasil também executaria uma política ativa, cuja orientação era ampliar a sua presença política e econômica sobre os seus principais vizinhos. Nesse âmbito, a rivalidade com a Argentina era ainda mais clara, pois tratava-se da consolidação de uma zona de influência (Uruguai, Paraguai, Bolívia e, em menor escala, Chile) sobre a qual ambos os países possuíam velhas pretensões.[271]

Nessa linha que a política externa brasileira sofreu uma redefinição ao longo da década de 1930 que se operou tanto no plano das suas relações com as grandes potências, compreendendo a manutenção de um pragmatismo comercial e de uma política pendular que visava barganhar o seu alinhamento, quanto na esfera continental, que visava, de maneira clara e objetiva, ampliar a presença econômica e construir uma supremacia política e militar na América Latina.[272] Ao avaliar os dez primeiros anos da política externa do governo Vargas, o cônsul Jayme de Barros ponderou da seguinte forma os interesses brasileiros na política continental:

> Não será realmente difícil encontrar o equilíbrio no sistema de forças continentais que se distribuem entre os dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico, bem como entre as bacias do Amazonas e do Prata. Para isso, o Brasil precisa estender uma rede de comunicações que corresponda à projeção da rede ferroviária argentina. Os acontecimentos históricos verificados na Europa, a partir de 1914, e que agora mais se agravam, acentuaram ainda essa tendência da nossa política pan-americana. Firmou-se, poderosa, a convicção de que se empunha o desenvolvimento rápido da política de reconstrução da América. A unidade das nações deste hemisfério deverá repousar num consórcio econômico, moral e político, de todos os povos que habitam suas terras livres. O presidente Getúlio Vargas, retomando essa tradição da nossa política exterior, deu-lhe uma amplitude que assegurou invejável posição ao Brasil no Continente.[273]

[270] Idem; p. 99.
[271] Idem; p. 107.
[272] Idem; p. 111-112.
[273] BARROS, Jayme de. *A política exterior do Brasil (1930-1940).* Rio de Janeiro: DIP, 1941; p. 54.

Capítulo 3- A visão do Brasil pelo governo ditatorial de Terra (1933-1938)

O cenário internacional após a crise econômica de 1929 mudou muito rapidamente; favoreceu, em grande medida, a ascensão de governos fascistas e autoritários. O Uruguai não ficou fora destas mudanças. O modelo batllista, renovado pelos chamados jovens turcos e pela conjuntura internacional, como o avanço do Estado, o protecionismo industrial, entre outras, ganhou força com novas propostas como o controle monetário, a fixação de preços, a política de subsídios, etc. Não obstante, os setores conservadores, fortalecidos ao longo da década de 1920, também apostaram naquelas mudanças. A formação do Comitê Nacional de Vigilância Econômica, novo grupo de pressão composto por setores econômico-sociais mais poderosos, o surgimento de uma ala ultradireitista, *Vanguardas de la Patria,* e a emergência de setores de tendências golpistas dentro do Exército foram alguns dos sinais que revelavam a radicalização ideológica e política que atravessava o país. E foi assim que surgiu uma oposição mais estruturada contra os objetivos do batllismo, que ia desde greves organizadas por movimentos com claras tendências fascistas até a ameaça de golpe de estado.[274] Em 31 de março de 1933 essas forças conseguiram organizar o golpe político, instalando a ditadura terrista que durou até meados de 1938.

Em síntese, o golpe de 31 de março de 1933 no Uruguai significou, desde o ponto de vista político, um claro giro autoritário, com predomínio das tendências mais conservadoras do Partido Colorado, em especial o terrismo, e no Partido Nacional, do herrerismo. Para o historiador inglês Henry Finch:

> *El golpe de estado de 1933, aunque resolvió en beneficio de los poderes económicos el problema de su falta de representación en el sistema político fue, en parte, originado también por divisiones internas en el seno mismo de los partidos, y el régimen que generó pudo mantenerse no sólo a través del ejercicio de la autoridad sino- en la misma medida- por expedientes puramente políticos. Al no destruir las organizaciones partidarias fue, a su vez- una década más tarde- desplazado por el renacimiento el batllismo".*[275]

[274] TROCHON, Yvette; VIDAL, Beatriz. *El Régimen Terrista (1933-1938). Aspectos políticos, económicos y sociales.* Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1993; p.9.
[275] FINCH, Henry. *Historia Económica del Uruguay Contemporáneo.* Montevideo, EDBOU, 1980; p. 23.

Isto é dizer que apesar da ditadura de Gabriel Terra (1933-1938), os principais grupos políticos – e por sua vez, suas divisões internas – continuaram existindo. Alguns sobreviveram com grande dificuldade por adotar, claramente, a oposição ao regime terrista, outros, mais facilmente, pelo apoio ao governo. Compreendamos melhor a ditadura de Terra.

3.1. A ditadura de Gabriel Terra (1933-1938)

No capítulo anterior mostramos que assim como o regime varguista, o regime terrista sofreu influências ideológicas internacionais. Os setores conservadores uruguaios estavam deslumbrados com a eficiência e disciplina do fascismo italiano e do nazismo alemão; a cúpula do governo observava com simpatia o regime espanhol do General Franco. Frente a isso, a instalação da ditadura de Gabriel Terra, em março de 1933, fortaleceu o Estado.

No que diz respeito ao comércio exterior, o governo de Terra manteve o chamado dirigismo estatal, ou seja, uma política protecionista. No campo social, como respostas ao aumento do desemprego e a caída dos salários, o governo uruguaio recorreu também ao Estado por meio da criação de obras públicas como a represa hidroelétrica sobre o Rio Negro e da ampliação do número de funcionários públicos, passando de 33 mil em 1933, para 40 mil em 1937. Outra medida, seguindo a linha do tão criticado Conselho Nacional de Administração, foi a fixação dos preços dos artigos de primeira necessidade, subsídios para a carne e a redução do aluguel.

Entretanto, essas medidas de caráter popular foram seguidas de outras de caráter repressivo. Com o argumento de que o ingresso de estrangeiros agravava o desemprego, o governo de Terra restringiu a imigração. Porém, a verdadeira razão era impedir o ingresso de imigrantes "agitadores", sobretudo, socialistas e comunistas, dos países do centro e leste europeu. Em 1934 elaborou-se também o Código Penal, baseado no Código Rocco da Itália fascista. Dessa forma, os "revolucionários de março", como se autodenominavam os autores do golpe de estado, começaram de imediato sua tarefa de "reconstrução" do país.

Primeiramente, a repressão a qualquer oposição ao novo regime, repressão que pelos seus métodos não permite, de nenhum modo, sua definição como *"dictablanda".* Pelo contrário, confirma seu caráter autoritário (o silenciamento da imprensa adversária com

ataques à liberdade de expressão, a repressão contra o movimento operário, práticas de torturas, o controle educativo, etc.).[276] Como lembrou Yvette Trochon e Beatriz Vidal, o próximo passo foi buscar a legitimidade do novo regime:

> *El tratar de ocultar- como dijera Justino Zavala Muniz- 'las orejas de lobo com el gorro frigio de la democracia política'. La Constitución de 1934 cumplió ese objetivo e inauguró la pomposamente denominada Tercera República donde herreristas y terristas- que habían sido los protagonistas esenciales del quiebre institucional- se repartieron el poder.* [277]

À repressão do governo seguiu-se a abstenção da "nova" oposição – batllistas, nacionalistas independentes, blancos radicais e socialistas – nas eleições que determinaram a escolha da convenção que elaboraria essa nova Constituição. Desta forma, a Convenção Constituinte de 1933 foi composta por terristas e riveristas, pelo Partido Colorado, e por herreristas, pelo Partido Nacional. Depois de conturbadas sessões, com muitos desentendimentos e trocas de acusações, aprovou-se um conjunto de medidas: o fim do CNA, a extensão do voto aos estrangeiros e mulheres, e estabelecimento dos direitos do Estado para com a sociedade civil, dentre outras. Além disso, o Poder Executivo foi organizado de uma forma quase parlamentar. Haveria o presidente da República e um Conselho de Ministros por ele escolhido. O Poder Legislativo manteve-se bicameral, e o Senado, composto por 30 homens, seria dividido ao meio (15 cadeiras para o grupo mais votado do partido vencedor nas eleições e outras 15 para aquele com maior votação dentro do partido perdedor). Todavia, é importante lembrar que a Constituição de 1934 manteve muitas das propostas levantadas durante os primeiros trinta anos do século XX sob forte influência do batllismo. Por exemplo, em resposta à crise econômica que atingia o país desde o início da década de 1930, algumas diretrizes batllistas foram mantidas e até ampliadas, como a intervenção estatal na economia, o protecionismo alfandegário, o processo de industrialização substitutiva de importações, entre outras. Verificou-se então, um claro processo de continuidade do reformismo batllista, apesar da quebra institucional de 1933.[278]

Nesse ambiente político de eleições gerais de 1934 que os terristas tiveram sua vitória confirmada como grupo político mais votado do Partido Colorado, enquanto os herreristas tiveram confirmadas suas 15 cadeiras no Senado. Entretanto, aos poucos o regime

---

[276] Trochon, *Op. Cit.;* p. 10.
[277] Idem.
[278] Souza, Marcos Alves de. *Op. Cit.;* p. 61.

terrista foi se deteriorando, apesar da falta de uma mobilização eficaz da oposição. As duas maiores investidas contra o governo de Terra foram um movimento armado e as tentativas de se formar uma Frente Popular de oposição.

Quanto ao movimento armado, este iniciou-se em 28 de janeiro de 1935 e tinha como intenção sublevar o meio rural utilizando táticas de guerrilha do século anterior. Foram lideranças deste movimento os dirigentes batllistas Luís Batlles Berres, Tomás Berreta, Andrés Martínez Trueba[279] e os nacionalistas Carlos Quijano e Mariano Saravia. O movimento fracassou em 4 de fevereiro do mesmo ano, justamente pela falta de planejamento, comunicação, adesão dos jornais, etc. Já a Frente Popular foi uma aliança político-partidária da oposição para enfrentar o herrerismoe e o riverismo nas eleições de 1938. Mais uma vez, a falta de unidade de interesses somada a uma lei eleitoral criada pelo riverismo-herrerismo, que proibia os batllistas de concorrerem sob a alcunha do Partido Colorado e os nacionalistas independentes e radicais blancos de concorrerem sob a alcunha do Partido Nacional, impossibilitaram a formação de tal Frente Popular de oposição. Como resultado, a oposição se absteve do pleito.[280]

De toda forma, é importante destacar que amplos setores dos partidos tradicionais (batllistas e nacionalistas independentes) e os partidos de esquerda (socialistas e comunistas) mantiveram sua oposição ao governo de Terra, ainda que não tenham conseguido manter uma unidade de oposição, devido às divergências político-ideológicas. Batllistas e nacionalistas independentes tinham como objetivo a restauração do sistema político anterior ao golpe de Estado de 1933; já os setores de esquerda queriam reformas econômicas e sociais de acordo com os seus ideais. Porém, houve discrepâncias dentro da esquerda também. O Partido Comunista propôs aos socialistas formar uma Frente Popular, tal como se organizavam na Europa para deter o avanço do fascismo, mas eles não aceitaram. Com isso tornou-se impossível um acordo.

Enquanto isso, os setores governantes, terrismo e herrerismo, que dominavam o Parlamento dada a abstenção dos demais setores, aprovaram algumas leis que impediam a melhor organização de seus adversários políticos. À medida que os efeitos da crise passavam e a economia recuperava-se, novos caminhos surgiam no horizonte político. Por um lado, a oposição ao regime terrista ganhava força tanto pela perda de prestígio dos regimes fascistas quanto pelas ações combativas de grupos antifascistas. Por outro lado, a divisão da base

---

[279] Os três chegaram à Presidência da República posteriormente.
[280] Souza, Marcos Alves de. *Op. Cit.;* p. 61-62.

política da ditadura terrista favoreceu à oposição. Terra perdeu o apoio de alguns de seus principais aliados dentro do Partido Colorado como Pedro Minini Ríos e Demichelli. Houve também divisões internas no herrerismo. Dessa forma, nas eleições de 1938, enquanto a oposição se absteve mais uma vez e não apresentou lista de candidatos, os setores que haviam apoiado a ditadura dividiram-se. Os terristas apresentaram dois candidatos para presidente: Alfredo Baldomir, cunhado de Terra, e Eduardo Blanco Acevedo, consogro do presidente; os herreristas também apresentaram dois candidatos: Juan José de Arteaga, apoiado por Herrera, e Justo M. Alonso, apoiado por alguns deputados contrários a Herrera.

Nota-se, então, que a fragmentação interna tanto riverista quanto herrerista, principais bases sócio-políticas da ditadura de Terra, enfraqueceu o regime ao ponto de favorecer a vitória do general Afredo Baldomir, cunhado de Gabriel Terra e líder da lista eleitoral menos conservadora do terrismo. O grupo político do Partido Colorado que apoiava Blanco Acevedo até tentou impedir a posse de Baldomir, mas foi rapidamente controlado por Terra. Nessas disputas internas do próprio regime, o triunfo correspondeu a Baldomir, que se mostrou disposto a modificar a situação política e aproximou-se dos batllistas e dos nacionalistas independentes. Com isso, surgiram-se novos alinhamentos políticos, e o terrismo enfraqueceu-se como segmento político.

3.2. O Brasil pela ditadura uruguaia

Antes mesmo do golpe do Estado de 31 de março, as relações entre Brasil e Uruguai eram tidas como essenciais para o novo regime a ser instaurado no Rio da Prata. Exemplo disso e destaque nos informes diplomáticos da época, foi a transferência de Juan Carlos Blanco, naquele momento Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, para a Embaixada uruguaia no Rio de Janeiro, onde permaneceu até meados de 1941. [281] Segundo os informes diplomáticos britânicos, Blanco fez mais do que representar seu país no Brasil, pois Gabriel Terra necessitava de um homem de confiança no Rio de Janeiro para explicar o golpe que se sucederia no território vizinho, bem como solicitar apoio, se necessário fosse. Para

[281] *Boletín del Ministerio de las Relaciones Exteriores*. Segunda Época, Ano I. Tomo I, numero 2. 1º de Setiembre de 1932. Montevideo, Imprenta Militar, 1932.

substituí-lo, Alberto Mañé[282] assumiu a pasta, o que lhe permitiu presidir a VII Conferência Pan-Americana, sediada em Montevidéu, em dezembro de 1933.

Instalada a ditadura de Gabriel Terra, a chancelaria uruguaia recebeu desde a cidade de Rio Branco, cidade uruguaia, em abril de 1933, um telegrama sobre a situação política daquela região fronteiriça. Segundo o telegrama, os correios, telégrafos, e os meios de transporte tinham sido bloqueados pelas forças militares brasileiras em Jaguarão. Além disso, a ponte Mauá estava sendo vigiada pela polícia. [283] Eram formas de reprimir tanto a oposição brasileira como a uruguaia.

No mês seguinte, e do Rio de Janeiro, o embaixador uruguaio Juan Carlos Blanco informava ao seu chanceler, Alberto Mañé, a situação política da capital brasileira com notícias referentes à convocação por Getúlio Vargas da Assembleia Constituinte.[284] Em 9 de maio, Blanco destacou que as eleições da Constituinte, de 3 de maio, tinham ocorrido com completa tranquilidade. Apesar da representação significativa da oposição, o governo triunfou. O embaixador uruguaio, três dias depois, enviou ao seu ministro o anteprojeto da nova Constituição do Brasil.[285] Blanco acreditava que esse anteprojeto provavelmente seria aprovado com eventuais modificações.[286] Nos meses subsequentes, a composição da Assembleia Constituinte foi o principal assunto entre os consulados uruguaios no Brasil, do Nordeste ao Sul. Em novembro o anteprojeto da Constituição Brasileira, submetido pela Comissão Especial presidida por Afrânio de Mello Franco, mais uma vez, foi enviado à chancelaria uruguaia por Juan Carlos Blanco.[287] Porém, não há documentação uruguaia com apreciações e comentários da nova possível Constituição do Brasil.

Nesse intermédio, em agosto de 1933, Lucílio Antônio da Cunha Bueno[288] foi nomeado Embaixador extraordinário e plenipotenciário dos Estados Unidos do Brasil em

---

[282] Alberto Mañé é um bom exemplo para ilustrar o jogo de aparências e o espetáculo político da época pautado pela formação de redes clientelares face à instabilidade política. Mãné era médico desde 1913. Em 1931, início do governo Terra, Mañé passou de chefe do serviço de cirurgia do Hospital Militar, a vários cargos importantes do governo, com várias exigências técnicas, como Ministro da Guerra e da Marinha (desde a eleição de Terra até fevereiro de 1933), Ministro das Relações Exteriores (de fevereiro de 1933 a maio de 1934), e presidente do Banco de Seguros em 1934. In: Edição de 17 de agosto de 1934 do jornal *Correio de São Paulo*. Na verdade, ele era visto como o médico particular de Terra.

[283] Telegrama no. 6; 02/04/1933. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 3 (1933-1935). Política del Brasil. Informaciones-1933.

[284] Telegrama no. 231 (L.4091); 02/04/1933; ibidem.

[285] Telegrama no. 231 (L.4113); 09/05/1933; ibidem.

[286] Telegrama no. 199; 12/05/1933; ibidem.

[287] Telegrama no. 552; 01/11/1933; ibidem.

[288] Lucílio da Cunha Bueno (1886-1938): Diplomata brasileiro. Foi embaixador no Paraguai (1931-1933) e embaixador no Uruguai (1933-1937). Em dezembro de 1937 Bueno deixou o cargo no Uruguai para assumir a embaixada brasileira em Lima, no Peru, onde faleceu em março do ano seguinte.

Montevidéu, sucedendo a Artur Guimarães de Araújo Jorge[289]. Cunha Bueno permaneceria na capital uruguaia até dezembro de 1937, sendo sucedido por João Batista Luzardo. [290] Terra encaminhou uma carta ao presidente Vargas quando da saída de Lucílio Bueno. Nela Terra dizia que: *"Me es grato manifestarle que el Doctor Bueno no sólo se esforzó en mantener y estrechar los lazos de cordial amistad que felizmente unen a nuestros dos países sino que, por todos sus actos y por sus distinguidísimas cualidades, supo captarse el aprecio general".*[291] A nomeação de Bueno para a embaixada brasileira em Montevidéu foi notícia em alguns jornais montevideanos. Por exemplo, *El Diário*, de quinta-feira, 17 de agosto de 1933, estampou em sua capa a chegada do novo embaixador brasileiro. Além disso, o jornal destacou que Bueno era um velho amigo do Uruguai e que já estivera ali em outra oportunidade entre 1918 e 1922, exercendo a função de primeiro secretário da Legação brasileira.[292]

Naquele momento, os jornais desempenharam um papel significativo, visto sua importância na formação da opinião pública brasileira e uruguaia. Não é por acaso que havia jornais claramente ligados ao governo ou à oposição. E por sua vez, uma cooperação entre as instituições governamentais ou forças oposicionistas e a imprensa, tida como porta-voz. Ao se referir ao Rio Grande do Sul, por exemplo, os diplomatas uruguaios destacavam a *"importancia excepcional que tiene para nosotros este Estado, ya por su proximidad a nuestro país como por las vinculaciones existentes con el mismo".*[293] Enquanto isso, o jornal do Partido Republicano Liberal, *A Federação*, de 1º de novembro de 1933, após informações de possíveis movimentos armados contra o presidente Terra, apresentava a situação política no Uruguai em "absoluta tranquilidade". O jornal reproduzia um telegrama do Ministro das Relações Exteriores do Uruguai Alberto Mañé ao seu cônsul em Porto Alegre, Antonio Di Pasca, explicando-lhe sobre o incidente político no departamento de Minas, em razão do sepultamento do deputado Júlio Cesar Grauert. [294]

Conseguinte, na capital brasileira, as informações que circulavam sobre o Uruguai nesse mesmo momento destacavam a situação econômica do país desde o golpe político de 31 de março. O *Jornal do Commercio*, de 04 de novembro de 1933, por exemplo, reproduziu em

---

[289] Artur Guimarães de Araújo Jorge: Diplomata brasileiro. Em fevereiro de 1931 foi transferido de Assunção, no Paraguai, para a embaixada brasileira em Montevidéu. Permaneceu na capital uruguaia até agosto de 1933, sendo removido para Berlim em outubro do mesmo ano.
[290] Telegrama no. 37 (1089); 07/02/1938. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 3 (1933-1935).
[291] Telegrama de Gabriel Terra à Getúlio Vargas, 29/12/1937; ibídem.
[292] *El Diário;* 17 de agosto de 1933.
[293] Telegrama confidencial no. 361; 02/11/1933; idem; Política del Brasil. Informaciones-1933.
[294] *A Federação;* 01 de novembro de 1933.

suas páginas o seguinte telegrama enviado de Montevidéu para a embaixada uruguaia no Rio de Janeiro:

> A Junta de Governo transmitiu ao povo uma mensagem sobre suas atividades a partir de 31 de março. Uma de suas primeiras resoluções foi a eleição da Constituinte, realizada de forma exemplar, pela qual votaram três quartas partes do eleitorado. De acordo com a assembleia deliberativa, reduziram-se de nove milhões os orçamentos nacional e dos órgãos autônomos e de um milhão mais no município de Montevideo. Foram pagos nove milhões de atrazados, projectando-se ademais, a solicitação financeira das caixas de aposentadorias. Regularizou-se a situação do Banco Hypothecario, tendo subido seus títulos muitos pontos na bolsa. Nenhum empregado foi afastado do serviço, não sendo preenchidos os cargos vagos, salvo os absolutamente necessários. Melhorou-se a situação dos trabalhadores ruraes, reduzindo-se os juros das hypothecas. Afim de amparar os agricultores, o governo assegurou o preço mínimo de 4 pesos e cincoenta para cem kilos de trigo. Iniciaram-se negociações para abrir novos mercados à produção nacional, enviando-se representantes diplomáticos ao Japão e à Rússia. [...] O problema da desocupação tem preocupado o governo, que attendeu a mais de trinta mil pessoas.[295]

Em dezembro do mesmo ano, os Ministros da Fazenda e das Relações Exteriores do Brasil renunciaram seus respectivos cargos do Governo Provisório de Vargas. A Embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro, em 29 de dezembro de 1933, destacou que a "situação política do Brasil estava muito confusa, pois se esperava acontecimentos graves que modificariam a composição do governo". Chefes militares brasileiros tinham visitado o ministro Aranha pedindo-lhe ordem.[296] A situação do país vizinho era incerto, concluía o embaixador Juan Carlos Blanco.

Enquanto isso, o governo argentino, em 15 de dezembro de 1933, respondia a solicitação do governo uruguaio de internação dos cidadãos uruguaios César Batlle Pacheco, Luís Batlle Berres e Rogelio Dufour, principais líderes batllistas, acusados de desenvolverem atividades subversivas contra a ordem pública no Uruguai.[297] Para isso, o Ministério do Interior pautou-se no artigo 16 do Tratado de Direito Penal e Internacional de Montevidéu, que conferia asilo a pessoas exiladas por razões de caráter político. O governo argentino, nesse momento, atendeu aos pedidos de Terra.

Ainda nesse mesmo mês ocorreu, em Montevidéu, a VII Conferência Internacional Americana. Uma das conquistas dos latino-americanos nessa conferência foi o artigo 8º da Convenção sobre direitos e deveres dos Estados. Nesse artigo, consagrou-se o princípio de

---

[295] *Jornal do Commercio;* 04 de novembro de 1933.
[296] Telegrama no. 271 (L.4370); 29/12/1933; idem.
[297] Telegrama no. 490; 15/12/1933; ibidem.

soberania nacional, o princípio de que “nenhum Estado tem o direito de intervir nos assuntos internos nem externos de outro Estado”. Outro princípio fundamental de direito interamericano – o da igualdade jurídica dos Estados – foi posto em pauta. Enrique Arocena de Oliveira defendeu que a posição do Uruguai nessa Conferência Pan-Americana seguiu a delegação norte-americana com o propósito de recompor uma política comercial liberal.[298]

No entanto, o Uruguai não seguiu, necessariamente, a delegação norte-americana, mas sim, buscou mercados com o objetivo de recuperar-se dos efeitos da crise econômica de 1929. Enquanto países encabeçados por Argentina e México formaram um bloqueio contra os Estados Unidos,[299] Uruguai aproveitou esse momento. Na verdade, a agenda econômica essa conferência foi marcada pelo livre-cambismo, pela queda gradual das tarifas alfandegárias e outras barreiras contra o movimento internacional de serviços, mercadorias e capitais, além da negociação de amplos tratados bilaterais de reciprocidade. Essas eram as medidas para estreitar o continente. Isabel Clemente destacou o encontro pan-americano da seguinte forma:

> *La Conferencia de Montevideo (1933) fue la instancia en la cual finalmente se adoptó la resolución sobre no intervención. En su discurso inaugural, el presidente uruguayo Gabriel Terra estimó que el panamericanismo había sufrido “un rudo contraste”. La Convención sobre los Derechos y deberes de los Estados en su artículo 8° aprobada en esa ocasión afirmaba el principio de no intervención como perteneciente al Derecho Internacional americano. Decía textualmente: “Ningún Estado tiene el derecho de intervenir en los asuntos internos ni en los asuntos externos de otro” y reafirmaba el principio de inviolabilidad del territorio de los Estados. El artículo 11 establecía que no serían reconocidas las adquisiciones territoriales adquiridas por la fuerza. El secretario de Estado[de los EE.UU] Cordell Hull planteó una reserva, invocando el Mensaje de Roosevelt del 4 de marzo sobre buena vecindad como garantía de que bajo su gobierno ningún Estado debía guardar temor de la intervención de Estados Unidos. Esta reserva fue luego retirada en la siguiente conferencia realizada en Buenos Aires en 1936.*[300]

Além da importância da Conferência Pan-Americana de Montevidéu, observa-se, portanto, conforme a documentação diplomática uruguaia, que o ano de 1933 foi marcado pela situação política do Brasil frente à convocação da Assembleia Constituinte e com diferentes propostas para a elaboração da nova Constituição brasileira, desde projetos enviados por associações a projetos enviados por destacadas figuras políticas brasileiras,

---

[298] OLIVEIRA, Enrique Arocena. *Evolución y Apogeo de la Diplomacia Uruguaya. 1828-1948.* Montevideo, 1984; p. 186.

[299] NAHUM, I*nformes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo*.VI:1932-1933. Montevideo, UdelaR, Departamento de Publicaciones, 1996; .p.333.

[300] CLEMENTE, Isabel. *Uruguay en las conferencias pan-americanas: la construcción de una opción en Política exterior. [Ponencia presentada al Simposio “Los Asuntos Internacionales en América Latina y el Caribe. Historia y Teoría. Problemas a Dos Siglos de la Emancipación]; p.19-20.*

como Borges de Medeiros, antigo chefe do Partido Republicano Rio-Grandense e ex-governador do Rio Grande do Sul; e, a nível bilateral, o maior destaque foi a assinatura de uma série de convênio e acordos entre Brasil e Uruguai no final desse ano.

Por isso, logo no início de 1934, em 9 de janeiro, Lucílio Bueno encaminhou um telegrama ao chanceler uruguaio Alberto Mañé lembrando-lhe dos convênios e acordos assinados com o Brasil em 20 de dezembro de 1933. Entre esses estavam os Convênios de Intercâmbio artístico, a permuta de publicações, a navegação aérea, a exposição de amostras e vendas de produtos nacionais, o estatuto jurídico da fronteira, a revisão dos textos de história e geografia e o fomento de turismo.[301] Essa foi, basicamente, a pauta de discussões que marcou o ano de 1934 entre os dois países. O Convênio de Intercâmbio Artístico[302] era justificado da seguinte forma:

> *La República Oriental del Uruguay y la República de los Estados Unidos del Brasil, en el ánimo en que se encuentran de procurar por todos los medios perfeccionar las relaciones de amistad que tan íntimamente las une; convencidas de que por el conocimiento de sus artistas podrán sus pueblos apreciar mejor la fuerza de idealismo que los anima y juzgar el adelanto que ya tuvieran en el campo de las artes, resolvieran celebrar un Convenio de Intercambio Artístico [...].*[303]

Dentre os compromissos que os governos brasileiro e uruguaio comprometiam-se, destacavam-se, a promoção de uma exposição de belas artes e artes aplicadas, respectivamente, no Rio de Janeiro e em Montevidéu, anualmente, com o propósito de divulgar as produções artísticas e culturais de ambos os países. Nesse convênio houve, portanto, um claro propósito de disseminar a cultura do país vizinho no seio da sociedade. O Tratado de Extradição e Protocolo Adicional a esse convênio ganhariam espaço nessas discussões durante o ano, sendo concluídos em 22 de agosto.

Enquanto isso, no Brasil, cabe destacar que após a promulgação da nova Constituição e das eleições, Getúlio Vargas realizou algumas mudanças na composição de seu governo. José Carlos Macedo Soares assumiu a pasta das Relações Exteriores, Vicente Rao, a pasta da Justiça, Almirante Protógenes Guimarães, a Marinha, o General Góes Monteiro, a pasta da Guerra, Arthur de Souza Costa, a da Fazenda, Gustavo Capanema, assumiu o

---

[301] Telegrama no. 353; 09/01/1934. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 3 (1933-1935). Convenio de intercambio artístico Uruguay-EE.UU del Brasil (1934).

[302] Essas convenções com o Brasil seriam sancionadas pela Câmara Legislativa no Uruguai somente em maio de 1935. Entretanto, foram ratificados, somente, em março de 1937.

[303] *Convenio de Intercambio Artístico entre la República Oriental del Uruguay y el Brasil*; ibidem.

Ministério da Educação e Saúde Pública, e Agamenon Magalhães o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.[304]

No plano bilateral, outros tratados entre Brasil e Uruguai foram assinados em 1934. Entre eles o Tratado de Assistência Judiciária, em 22 de agosto, com o principal objetivo de cooperação bilateral no combate ao contrabando. Já o Tratado de Conciliação e Arbitragem Obrigatória entre os países, apesar de ter sido discutido ainda na gestão de José de Arteaga e Macedo Soares, seria bastante discutido até ser assinado e ratificado pelos dois governos na década seguinte. Além dos tratados, mas como efeito dos mesmos, em novembro de 1934, foi fundada, em Montevidéu, mas com a ideia oriunda do Rio de Janeiro, a Câmara de Comércio Uruguaia do Brasil[305], cujo principal objetivo era facilitar e estreitar os intercâmbios comerciais entre os países.

O turismo foi também um meio utilizado para a aproximação entre Brasil e Uruguai. O Convênio entre Uruguai e Brasil para o fomento do turismo acreditava que: *el turismo de sus naciones mucho puede contribuir para la mayor aproximación de sus pueblos, dándoles a conocer no sólo sus condiciones de vida como permitiendo igualmente, por el contacto más asiduo, una mejor comprensión de sus mutuos intereses".*[306] Para isso, os governos suspenderam taxas e impostos para entrada e saída de turistas de ambos os países.

Em telegrama encaminhado à Comissão Legislativa Permanente, em 2/3/1934, Gabriel Terra e seu chanceler, Alberto Mañé, com o objetivo de conseguirem a aprovação do Legislativo para celebrar essa série de tratados e convênios com o Brasil, destacaram que "*ello constituyó una nueva consagración de las cordiales vinculaciones siempre mantenidas con el Brasil, fortificadas ahora por estos significativos actos internacionales".*[307] Além do mais:

> *Unos, especialmente encaminados a acrecentar el conocimiento que estos pueblos Hermanos tienen de la labor de sus artistas; a ampliar la información de su movimiento bibliográfico, que es fiel trasunto de su vida espiritual; a vigorizar el intercambio comercial, con sus productos genuinos; a depurar para las nuevas generaciones las fuentes de estudio de la historia y geografía, enderezándolas a su comprensión serena; y a propender a la intensificación del turismo, medio efectivo*

[304] Telegrama no. 44; 28/07/1934. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 3 (1933-1935). Política del Brasil. Informaciones-1934.
[305] Telegrama no. 1096; 04/12/1934; idem; Cámara de Comercio Brasil-Uruguay (1934).
[306] Convenio entre la República O. del Uruguay y el Brasil para el fomento del turismo; ídem; Carpeta no. 349. Convenio para el fomento del turismo. Uruguay-Brasil.
[307] Gabriel Terra e Alberto Mañé à Comissão Legislativa Permanente. Telegrama no. 349; 02/03/1934; idem; Carpeta no. 349. Convenio para el fomento del turismo. Uruguay-Brasil.

> *de un mejor y amistoso conocimiento entre estas naciones vecinas. Otros, de preferente contenido jurídico, conducen al establecimiento de normas generales de Derecho Internacional Público y preceptos particulares a la navegación aérea, que faciliten las comunicaciones por esta moderna ruta; y a la fijación de un régimen estatutario que contemple la mejor inteligencia, en todos los órdenes de la vida fronteriza, dando así en la síntesis de todas estas reglas del Derecho convencional, una expresión efectiva y duradera del amistoso entendimiento constructivo en el espíritu pacifista de América y la vecindad de los Estados*[308].

Terra e Mané destacaram ainda a tradição uruguaio-brasileira de estreitar suas relações espirituais e materiais. Concluíram o telegrama dizendo que *"no es preciso, pues, mayores consideraciones para comprobar que dichos actos internacionales relacionados, ofrecen un verdadero interés práctico y conducen a la extensión científica de principios jurídicos indispensables para la armónica vinculación y progreso de los dos Estados, en su particular posición de vecindad.*[309] No dia 23 de maio de 1935 a Câmara Legislativa aprovou os convênios com o Brasil.

Quanto à revisão dos textos no ensino de história e geografia, esse tema já tinha sido discutido anteriormente, desde o I Congresso de História Nacional, em 1928, em Montevidéu. Ganhou novamente importância na VII Conferência Internacional Americana, em 1933. Todavia, foi, em 1934, que esse tema marcou as relações bilaterais entre Brasil e Uruguai, pois seus possíveis resultados marcariam as futuras gerações dos países sul-americanos. Brasil e Uruguai destacaram esse convênio da seguinte forma:

> *[...]animadas por el deseo de estrechar aún más las relaciones amistosas que las unen, convencidas de que esa amistad se consolidará más por el perfecto conocimiento que tengan las nuevas generaciones, tanto de la geografía como de la historia de sus respectivas patrias, depurando los textos de enseñanza de aquellos tópicos que recuerden pasiones de épocas pretéritas, cuando aún no se habían perfectamente consolidado los cimientos de sus nacionalidades, fieles al voto emitido por el I Congreso de Historia Nacional, reunido en Montevideo en el 1928, resolvieron celebrar un Convenio para la revisión de los textos de enseñanza de historia y geografía [...].*[310]

O ensino de história, portanto, ganhava importância política a nível continental. Houve um objetivo claro de disseminar a paz e a solidariedade pan-americana. Brasil e Uruguai buscavam um convênio similar ao convênio assinado entre Brasil e Argentina em

[308] Idem.
[309] Ibidem.
[310] Convenio para la revisión de los textos de enseñanza de la historia y geografía; ídem; Carpeta no. 350. Convenio para revisión de los textos de enseñanza de la historia y geografía. Uruguay-Brasil.

outubro de 1935, quando da visita do presidente Agustín Justo ao Brasil. Entretanto, as histórias nacionais precisavam reconhecer a história da região e deixar a história conflituosa entre determinados países no passado.

Finalmente, em 21 de julho de 1937, esses convênios e acordos entre Brasil e Uruguai foram retificados. Para tal, o governo brasileiro realizou uma cerimônia no Palácio do Itamarati, no Rio de Janeiro, para celebrar tais atos internacionais. Nesse evento, o embaixador uruguaio Juan Carlos Blanco proferiu o seguinte discurso:

> *Es una honra para mí asistir a esta ceremonia en representación del Señor Presidente de la República y del gobierno de mi país, para canjear las ratificaciones de cinco actos internacionales más, celebrados entre Brasil y Uruguay [….]En medio a la época llena de dificultades y sombras que el mundo atraviesa es un espectáculo reconfortante el contemplar que nuestros países continúan con perseverancia y ánimo sereno la tarea constructiva de vincularse cada vez más y fortificar la amistad con las otras naciones de América. Tengo la satisfacción de constatar que cuanto mayores han sido las dificultades de orden general, económicas y sociales, mayor ha sido nuestro esfuerzo para consolidar el bienestar de nuestros Estados y desarrollar su comercio y su cultura. Los Gobiernos de los señores Presidentes de la República de los Estados Unidos del Brasil Doctor Getulio Vargas y de la República del Uruguay Doctor Gabriel Terra deben señalarse con justicia como una época beneficiosa y culminante en la vida de relación de ambas nacionalidades pues, en un período relativamente corto, se han firmado más de diez y siete actos internacionales que constituyen uno de los sistemas de Tratados más completos que existen en el mundo. Me es grato consignar que esa obra trascendental que se refiere al comercio, a la navegación, a las relaciones de buena vecindad fronteriza, a la justicia, a la asistencia mutua, a la cultura intelectual y al turismo, fue realizada sucesivamente con el apoyo y la firma voluntad de los Señores Ministros de Relaciones Exteriores del Brasil Doctor Afranio de Mello Franco, Cavalcanti de Lacerda, José Carlos de Macedo Soares y de vuestra Excelencia, en quienes mi gobierno encontró siempre el mismo espíritu de cooperación y de amistad. Séame permitido señalar también la preciosa colaboración del Ministro de Brasil en Montevideo Doctor Araujo Jorge y del actual embajador Doctor Lucillo Bueno. Quiera el destino, Señor Ministro de Estado que las tareas que dejamos realizadas sirvan para unir cada vez más a los pueblos del Brasil y del Uruguay.*[311]

Em resposta, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil enviou uma nota oficial que foi publicada no *Jornal do Commercio* no dia 24 de julho de 1937:

> *En la ceremonia realizada antes de ayer en Itamaraty de canje de ratificación de los convenios celebrados con el Uruguay puede verse más de una vez expreso en actos precisos y de sentido inconfundible, el espíritu de colaboración y concordia que ha*

[311] Anexo ao telegrama no. 227; 29/07/1937. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja3 (1933-1935). Convenio sobre exposición de muestras y venta de productos nacionales. Uruguay-Brasil.

> *presidido la política internacional del Brasil con los Estados vecinos. De esos actos, uno de ellos especialmente, da de ese espíritu inspirador de nuestra política de buena vecindad una alta significación- el Convenio para la fijación del Estatuto Jurídico de la frontera. Es el primer acto de eso género que se firma en América, y su conclusión implica la existencia de fronteras excluidas de todas las dudas en los límites y en los detalles de demarcación de hecho y de derecho, permitiendo que en su línea pueda establecer, con el más elevado sentido de cooperación y amistad, un régimen permanente de conservación, facilidades y cooperación para un mejor y más completo entendimiento, entre los pueblos de un lado y de otro en el cambio de las ideas, de hombres y mercaderías[...].*[312]

Já em 1935, o caso que ganhou maior destaque nos jornais brasileiros, em especial no Rio Grande do Sul, foi o movimento armado de oposição à ditadura de Gabriel Terra. *A Federação*, jornal oficial do governo do Estado do Rio Grande do Sul, considerava os movimentos contra o presidente Terra como subversivos e que muito brevemente seriam reprimidos. [313] O jornal oficial do governo gaúcho apresentava aquele movimento armado como uma aventura que dera errada. Ainda destacou o rigoroso controle do governo central uruguaio dizendo, em caixa alta, que: “DENTRO DE 48 HORAS NÃO HAVERÁ NENHUM GRUPO DE REBELDES NO URUGUAY”.[314] Em outras palavras, era uma forma de apoiar o poder central do Uruguai e sufocar qualquer tentativa de apoio ao movimento armado.

Em contrapartida, alguns dias depois, em 13 de fevereiro, *O Correio do Povo*, jornal da capital gaúcha, aproveitando-se de sua estadia em Porto Alegre, publicou uma entrevista com Henrique Fabregat, opositor da ditadura terrista, vice-presidente da Câmara dos Deputados e ex-ministro da Instrução Pública do Uruguai. [315] O jornal exaltou sua figura como uma das “melhores mentalidades do Uruguai”, além de “revolucionário”. Fabregat proclamou nessa entrevista que o “Uruguai não suportaria por muito tempo esta ditadura que o envergonha e o desonra”. Além disso, lembrando-se de Baltasar Brum e Júlio Cesar Grauert, o opositor de Terra convocava os jovens para a luta armada contra a ditadura. Quatro dias depois, em 17 de fevereiro, o *Correio do Povo* publicou outra matéria sobre o país vizinho e dessa vez, com uma entrevista com o líder revolucionário uruguaio Basílio Muñoz, que, naquele momento, encontrava-se em Porto Alegre. [316]

De imediato, a chancelaria uruguaia solicitou ao governo brasileiro maior vigilância na fronteira, além de exigir maiores informações de seus opositores aos seus consulados

---

[312] Anexo ao telegrama no. 227; 29/07/1937; ibidem.
[313] *A Federação*, 6 de fevereiro de 1935, p. 8.
[314] Idem.
[315] *Correio do Povo*, 13 de fevereiro de 1935; p. 10.
[316] Idem, 17 de fevereiro de 1935; p. 13.

instalados no Brasil (Bagé, Rivera, Sant'Ana do Livramento, Porto Alegre). O governo de Terra preocupava-se com a aquisição de armamentos, munições e aviões no Brasil pelos revolucionários uruguaios. Não era por acaso que o movimento armado sobreviveu com maior duração no norte do país, mais próximo à fronteira brasileira.[317] Em razão disso, o governo brasileiro, em especial, o governo do RS, foi um forte aliado do governo de Terra no combate aos opositores de seu regime.

Garibaldi Battello, cônsul uruguaio em Sant'Ana do Livramento, por exemplo, em um telegrama de 22 de março de 1935, propôs ao governo uruguaio novas medidas para intensificar a vigilância e segurança no Rio Grande do Sul. Dentre as propostas de Garibaldi, destacaram-se a nomeação de uma pessoa de importância política, "*si posible un Jefe Militar, para Agente confidencial, junto al señor General Flores da Cunha y autoridades Militares Federales en Porto Alegre.* [318]Além disso, ele propôs a criação de mais três vice-consulados nas cidades de São Gabriel, Dom Pedrito e em Cacequi, e a nomeação de 18 agentes de polícia investigativa para o serviço do Comando Militar de Rivera que seriam aliados dos consulados uruguaios no estado brasileiro.[319] Na verdade, o principal objetivo do governo uruguaio era deter qualquer levante contra o seu governo; em especial, capturar Basílio Muñoz, líder oposicionista que se encontrava em solo brasileiro.

Essa preocupação era grande por parte dos representantes do governo terrista porque os principais líderes de oposição ao seu governo organizavam ações militares desde o Norte do Uruguai, ou até mesmo desde cidades brasileiras fronteiriças, onde conseguiam armamentos e munições. No final do mesmo ano, a preocupação maior seria por parte do governo varguista em capturar participantes da chamada Intentona comunista. Muitos desses refugiaram-se no Uruguai.

As visitas oficiais de chefe de Estado também merecem atenção em nossa análise, pois além do significado material, há uma dimensão simbólica. Em agosto de 1934 Gabriel Terra visitou o Brasil e permaneceu cerca de um mês na capital brasileira; por motivos de saúde, retornou somente em 17 de setembro.[320] O principal motivo de sua visita ao Brasil foi a

---

[317] Cifrado; Telegrama Confidencial no. 2414; 29/01/1935. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 3 (1933-1935). Convención de Conciliación y Arbitraje Uruguay- Brasil.
[318] Telegrama no. 180 (Ofício no. 54); 22/03/1935; ídem.
[319] Idem.
[320] NAHUM, Benjamín. I*nformes diplomáticos de los representantes de España en el Uruguay. Tomo III: 1932-1947.* Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 2001; p.131.

assinatura de cinco tratados e convênios com o Brasil, mencionados anteriormente.[321] Sua visita à capital brasileira ficou registrada no *Diário* do presidente brasileiro. Vargas registrou que:

> Foi entusiástico e vibrante o acolhimento que lhe fez a população da nossa capital. Fiquei muito satisfeito com esse acolhimento, como ficaria desapontado se o recebessem friamente. [...] À noite, banquete e recepção no Itamarati. Foi uma festa brilhante. Os nossos hóspedes mostraram-se encantados com a recepção e com as belezas da casa. [...] A imprensa até agora vai bem. Tem recebido com muita afabilidade o ilustre hóspede e estimulado o ambiente popular. O discurso do presidente, no Itamarati, foi por alguns julgado um tanto inconveniente, pelas suas manifestações sobre a política tanto interna como externa.[322][...] O presidente Terra é um homem bom, muito viajado e afeito às lutas políticas, mas de espírito simples, tratamento franco e espirituoso, alegre, tendo sempre com a gente da sua comitiva um comentário desconcertante, por demasiado vivo, mas ao mesmo tempo paternal. Não é um espírito de grande cultura, mas é um homem inteligente, bom e está longe de ser um iletrado. Sente-se que está um tanto fatigado para a função que exerce. Da comitiva, seu maior amigo, a que ele mais distinguia, parece ser o dr. Mañé, seu médico particular e ex-ministro do Exterior. O atual ministro, homem de atitudes alinhadas, não me pareceu muito ao corrente das funções do seu cargo. [...]

No ano seguinte, Getúlio Vargas retribuiu a visita. A bordo do encouraçado São Paulo, a caminho de Buenos Aires, em 30 de maio de 1935, o presidente brasileiro desembarcou em território uruguaio. Nessa visita, Vargas assinou alguns tratados com o Uruguai, sobretudo comerciais. Em homenagem ao presidente brasileiro, a estação de linha férrea *Treinta y Tres* – Rio Branco passou a chamar-se *"Presidente Doctor Getúlio Vargas"*.[323] Além da notável admiração da diplomacia uruguaia por Vargas, alguns dos partidos políticos também o admiravam, assim como a vários de seus ministros. O ministro espanhol Carlos Malagarriga comentou a visita de Vargas a Montevidéu. Malagarriga destacou que: "*en el banquete oficial se pronunciaron los dos discursos de protocolo en que, se acentuó la posición que el Uruguay desde hace más de un siglo adoptó respecto del Brasil, de homenaje casi feudal, por evidentes aunque hoy meramente teóricos recelos para con la Argentina"*.[324] Vargas, por sua vez, comparou os vizinhos platinos, Argentina e Uruguai, da seguinte forma:

---

[321] Tratados a firmarse el Uruguay y Brasil, con motivo del viaje del Presidente Terra-1934. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 3.
[322] VARGAS, Getúlio. *Diários. 1930-1936. V.1.* São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV; 1995; 316-319.
[323] JACOB, Raúl. *Uruguay 1929-1938: depresión ganadera y desarrollo fabril.* Montevideo: FCU, 1981; p.112.
[324] Nahum, Benjamín. *Op. Cit.;* 2001; p.166-169.

> Na Argentina tudo maior, com mais pompa, riqueza, elegância e bom gosto. No Uruguai, sem que pecassem por falta desses requisitos, com mais simplicidade e familiaridade, pelo entrelaçamento de sangue entre famílias brasileiras e uruguaias. No Uruguai, o presidente estava mais absorvido pelas questões de política interna: os restos do batllismo ainda ativo e combatente na imprensa e no Parlamento, comunismo etc. isso foi comprovado pelo atentado do hipódromo, que, segundo as aparências, parece ser o resultado de um complot. Em resumo, as visitas foram de largo efeito como política de aproximação, de conhecimento recíproco e de melhor compreensão. Para simpatizar, é preciso compreender. [325]

O cenário uruguaio, de fato, era mais conturbado, naquele momento. O presidente Gabriel Terra, durante a visita de Vargas, foi baleado no hipódromo por Bernardo García, ex-deputado nacionalista e adversário do regime terrista. De forma trágica e cômica, podemos dizer que Vargas acompanhou, dentro da sala de cirurgia, a intervenção a que Gabriel Terra precisou ser submetido após o atentado sofrido. E como lembrou Lira Neto, como lembrança do incidente ocorrido pela manhã, Gabriel Terra, em jantar de despedida a Vargas, ofereceu-lhe o projétil que os médios haviam lhe extraído do corpo.[326]

De toda forma, a visita ao Uruguai teve como objetivo estreitar os laços políticos, comerciais e econômicos com o país vizinho. O Itamarati se lançara em um esforço sistemático para que os vizinhos do Prata adotassem uma atitude anticomunista e antissoviética, evitando qualquer aproximação com o regime de Stálin. Ambos os países se comprometiam, portanto, a estreitar a relação entre suas polícias políticas, e notificar um ao outro a respeito de futuras alterações na ordem interna, provocadas por conspiradores e guerrilheiros em suas respectivas zonas limítrofes. Percebe-se, com isso, a importância das relações Brasil-Uruguai para a manutenção de ambos os governos.[327]

A condição fronteiriça entre Rio Grande do Sul e o Uruguai é uma preocupação constante nas relações Brasil-Uruguai. É interessante observar que a proximidade geográfica facilitava o diálogo entre os governos. Exemplo disso foi a cerimônia de posse do governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, em meados de 1935. O jornal gaúcho, *Diário de Notas*, destacou a presença da missão uruguaia no RS da seguinte maneira: *Cordealidade Uruguaio-Rio-Grandense. Chegou ontem, a esta capital uma embaixada oficial, que representará o dr. Gabriel Terra na posse do general Flores da Cunha. Compõem-na figuras*

---

[325] Vargas; *Op. Cit.*; p. 393.
[326] NETO, Lira. *Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945).* 1º. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2013; p. 222.
[327] Gomes, Rafael Nascimento. *Op. Cit.;* p.96-97.

de grande relevo na política e na administração do país amigo e um general do Exército uruguaio. [328]

Senadores, deputados, diplomatas e militares compuseram essa missão uruguaia ao Rio Grande do Sul para homenagear a posse de Flores da Cunha. Essa missão uruguaia foi marcada por uma série de homenagens recíprocas, ora por parte da delegação uruguaia ao governador do Estado, ora por Flores da Cunha aos membros da delegação uruguaia. O Senador Santos proferiu o seguinte discurso no banquete de homenagem a Flores da Cunha no Club do Comercio:

> *Señor General:*
> *La delegación que representa al Uruguay en el acto de la transmisión del Gobierno de Rio Grande del Sur, quiere retribuir en este acto simple, pero lleno de amistad y de cariño fraterno, las atenciones que de minuto en minuto han venido recibiendo del Gobierno y del pueblo Riograndense. Hemos asistido, señor, a una de las expresiones más extraordinarias de popularidad que recordamos. Tenemos aun viva en la retina la imagen del Pueblo que os rodeaba jubiloso en el Palacio Presidencial en el momento en que prestabais el juramento ritual ente los representantes de la soberanía […]Es ese todo nuestro homenaje, sobrio en la forma, sencillo, tal vez, pero que corresponde a una nacionalidad como la nuestra, sencilla en sus hábitos y modesta en sus manifestaciones materiales, pero grande por la lealtad de sus afectos, por la sinceridad de sus ideales, por el respecto de sus deberes y por el concepto de su responsabilidad […].*[329]

Do lado brasileiro foi o senador Augusto Simões Lopez que discursou.

> *Señor Embajador del Uruguay: Se me ha discernido el honor de levantar mi copa en homenaje al insigne estadista que rige los destinos del Uruguay, la querida y bella patria de Vuestra Excelencia, tradicional hermana de mi patria. Individualidad singular entre los grandes espíritus que tienen la dirección de los Gobiernos, Gabriel Terra por su elevación mental y moral y sobre todo por las cualidades varoniles, que lo distinguen, es una expresión de orden y de energía. Podeis estar persuadidos, señores embajadores, que estas expansiones que son síntesis de los sentimientos de la nación brasileña con relación a la gloriosa república del Uruguay, no obedecen solamente al imperativo formal del Protocolo, sino que derivan principalmente de la inquebrantable solidaridad de la amistad sincera y del cariño espontáneo que han vinculado indisolublemente a través de los tiempos a estos dos pueblos heroicos, en la buena y en la mala fortuna […].*[330]

---

[328] *Diário Carioca;* Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta no. 572. General José Antonio Flores da Cunha- Presidente del Estado de Rio Grande del Sur. 1935.

[329] *Texto del discurso pronunciado por el senador Santos.* Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta no. 572. General José Antonio Flores da Cunha- Presidente del Estado de Rio Grande del Sur. 1935.

[330] *Discurso del senador federal Sr. Augusto Simões Lopez; idem.*

Observa-se, entretanto, que os discursos amistosos de ambos os senadores refletiam senão a necessária cooperação entre ambos os governos, visto a movimentação de opositores de seus respectivos regimes. Nesse sentido, pode-se dizer então que o tema dos exilados políticos e possíveis ameaças aos governos foi uma pauta permanente nas relações entre os países fronteiriços do Rio da Prata. A característica de região fronteiriça, em tempos de radicalizações políticas, pôde gerar problemas entre os Estados. Por outro lado, exigiu maior cooperação entre os governos para reprimir esses movimentos opositores, tal como ocorreu entre Brasil e Uruguai, em especial a partir de 1933. O governo uruguaio, por exemplo, recebeu a pedido do governo brasileiro, vários exilados políticos brasileiros opositores ao regime de Vargas.[331] Nessa mesma linha de pensamento que Carlos Roberto da Rosa Rangel defendeu que, no período de 1933-1938, ocorreu um apoio recíproco entre os governos uruguaio e brasileiro, ambos envolvidos no combate às chamadas forças subversivas de seus países. Na verdade, o chamado "perigo comunista" foi mais um motivo de polarização social e política tanto no Brasil quanto no Uruguai. Por isso, o apoio do Brasil foi especialmente valioso para Terra, pois tropas federais brasileiras confiscaram o armamento que saía do Brasil para o Uruguai, com destino ao revolucionário uruguaio Basílio Muñoz, opositor do regime terrista.[332] O ano de 1935 faria com que o governo brasileiro compreendesse ainda melhor o governo uruguaio. Vejamos o porquê.

3.3. 1935: um ano rebelde

O ano de 1935 ficou marcado na história brasileira pela chamada Intentona Comunista. Não faltaram informações provindas do exterior a respeito da possibilidade de um golpe comunista. Em 18 de outubro, o subsecretário de Assuntos Externos do *Foreign Office*, Sir Robert Vansittart, transmitiu ao embaixador Raul Régis de Oliveira, em Londres, informações obtidas por agente inglês de que estaria sendo preparado um levante comunista no Brasil. O governo inglês também comunicou ao chefe da Polícia do Distrito Federal, Filinto Müller, que as transmitiu ao chanceler Macedo Soares, informações a respeito de Arthur Ernest Ewert, conhecido como Harry Berger, cidadão alemão que atuava na América

---

[331] Exilados políticos brasileños. Internación en el Uruguay-1934. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 3 (1933-1935).

[332] RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Fronteira Brasil - Uruguai: espaço nacional, lugar regional.* In: Territórios e Fronteiras; v.6; n.2; jul./dez. 2005; Cuiabá-MT; p. 26.

Latina a serviço do Comintern soviético. De Montevidéu, o embaixador Lucílio Bueno informou, em 8 de novembro daquele ano, ter tido conhecimento de que Luís Carlos Prestes se encontraria no Brasil para iniciar movimento revolucionário.[333]

Os setores descontentes com o rumo político do país, com as promessas não cumpridas pela Aliança Liberal e com o domínio crescente que Vargas passou a exercer sobre o poder são os três fatores, como apontou Ricardo Seitenfus, que explicam a evolução iniciada logo após a "eleição presidencial" de 1934. Em março de 1935, as diferentes tendências, para as quais a legalização da revolução era de fato apenas o reconhecimento jurídico do poder pessoal de Vargas, se reagruparam no seio de um movimento de oposição chamado Aliança Nacional Libertadora (ANL). O espectro dos membros da ANL era bastante amplo. Além dos partidos e dos grupos de esquerda – em particular o PCB –, havia certos sindicalistas, elementos tenentistas e personalidades independentes. O programa da ANL visava essencialmente a suspensão do pagamento das dívidas imperialistas, isto é, dos empréstimos contraídos pelo Brasil no exterior, a nacionalização das empresas estrangeiras, a supressão dos latifúndios com a introdução de uma reforma agrária e a satisfação das aspirações e mais justiça social.[334]

A ANL começou então a organizar manifestações públicas, greves, campanhas de opinião, enfim, uma oposição cada vez mais aberta ao governo Vargas. Até que em outubro, entre os dias 24 e 27, estourou o movimento armado. Entretanto, a polícia logo aprisionou seus participantes, inclusive os alemães Olga Benário, mulher de Luís Carlos Prestes, e Arthur Ernst Ewert. Um mês depois, o almirante Canaris, chefe de serviço de informações do governo nazista, entregou dados sobre esses dois participantes ao embaixador brasileiro em Berlim, José Joaquim de Lima e Silva Moniz de Aragão. Após a Intentona, as relações brasileiras com a Alemanha e com a Itália se incrementaram. A elevação, em 1936, da legação brasileira em Berlim e da legação alemã no Rio de Janeiro à categoria de embaixadas simbolizou essa aproximação.[335]

A tentativa comunista no Brasil também teve repercussões no Cone Sul. O governo uruguaio, muito rapidamente, foi informado dos levantamentos contra Vargas, em novembro

---

[333] BARRETO FILHO, Fernão de Mello. *Os Sucessores do Barão: Relações Exteriores do Brasil: 1912 a 1964.* São Paulo: Paz e Terra, 2001; p. 102.

[334] SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942. O processo de envolvimento brasileiro na IIa. Guerra Mundial.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985; p. 48.

[335] Barreto Filho, *Op. Cit.*; p.103.

de 1935, pelo embaixador Lucílio Bueno. O embaixador brasileiro em Montevidéu apresentou o levante da seguinte forma:

> *Una revolución nítidamente comunista estalló en el Estado de Río Grande del Norte y en el de Pernambuco, apoyada por elementos militares de los Batallones de Cazadores no. 29 y 21, acuartelados en las ciudades de Natal, Recife y Olinda, siendo dominada al cabo de tres días de lucha por los elementos leales de aquellas unidades, por el pueblo y policías militares de los referidos Estados. No bien acabada de ser sofocada la rebelión del Norte, en la Capital de la República se sublevaron el Regimiento 3º. De Infantería y la Escuela de Aviación, intentando sublevarse la guardia del Cuartel General y perturbar la vida de la ciudad de Río de Janeiro con las más alarmantes noticias. La población entera se portó con manifiesta confianza en el Gobierno constitucional y la guarnición de la 1º. Zona Militar acudió prontamente en defensa del orden, que fue restablecido después de sangrientos combates y la destrucción, por bombardeo, del cuartel de Praia Vermelha. Los elementos militares sublevados actuaron en el sentido de implantar el comunismo en el Brasil [...]. La represión no se hizo esperar. El Congreso Nacional votó inmediatamente el decreto de estado de sitio, modificó la Ley de Seguridad Nacional y enmendó la Constitución, facilitando así, la acción del Poder Ejecutivo, que quedó autorizado a considerar en estado de guerra cualquier parte del territorio nacional donde se produjeran conmociones internas de carácter comunista. Si disolvió la Alianza Nacional Libertadora, que actuaba disfrazada de Partido Político legal, presos sus dirigentes y detenidas todas aquellas personas que profesan ideas extremistas. Fue iniciado, luego, una rigurosa investigación en cuyo curso quedó de manifiesto el origen del movimiento subversivo. El Gobierno de Moscú dirigió, orientó y financió el movimiento, conforme se verifica por el acta de la sesión de la Tercera Internacional, en que el miembro del Komintern, el holandés Van Mine, relator de los asuntos sud-americanos, profirió el discurso que fue divulgado ostensiblemente en el "Correio da Manhã" del 11 de Diciembre corriente, en el cual son claras y positivas las ordenes dictadas por el Gobierno soviético, por intermedio de su Legación acreditada en Montevideo, sustentando moral y materialmente la revolución comunista en el Brasil, que debería extenderse por el Uruguay y por la República Argentina, donde tuvo comienzo de ejecución [...]* [336]

Isto é dizer, na verdade, o governo brasileiro, nesse momento pressionou o governo uruguaio para tomar medidas contra os comunistas soviéticos em sua capital. Por isso, deixou claro o embaixador brasileiro que não se tratava de um movimento político de oposição ao governo constitucional do presidente Vargas, nem mesmo uma revolução militar. Foi, na verdade, conforme defendeu Bueno, um movimento extremista, de índole comunista, facilmente comprovado. [337] Em outro telegrama, de 29 de novembro, Juan Carlos Blanco comunicou ao seu ministro José Espalter da pressão feito pelo chanceler brasileiro. Segundo ele:

[336] Embaixador Lucílio Bueno ao Ministro das Relações Exteriores José Espalter. Telegrama no. 120; 25/12/1935. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta no. 312. Brasil- Actividades Subversivas- 1935.

[337] Embaixador Lucílio Bueno ao Ministro das Relações Exteriores José Espalter. Telegrama no. 120; 25/12/1935, idem.

[...]El ministro Macedo Soares que es un hombre muy tranquilo y amable, llegó a decirme que el Brasil se vería obligado a suspender todo tráfico comercial y de personas con el Uruguay y a cerrar las fronteras para defenderse de un peligro-que, imaginario o no, el Gobierno de Brasil cree que existe. [...] El Ministro Macedo Soares, en forma extremadamente cordial, respondió a una pregunta mia directa sobre cual era su pensamiento íntimo, en estos términos: Yo, poniéndome en el lugar de Uds. aprovecharía esta magnífica oportunidad, para librarme de los Soviets. [338]

Foi nesse contexto que no final do mesmo mês, o Uruguai rompeu relações com Moscou, em reação às informações brasileiras a respeito de ligações dos líderes da Intentona com o governo soviético, que mais tarde as negaria. Dado curioso nessa circunstância foi o apoio do presidente argentino, general Agustín Justo. Ele ofereceu ao governo brasileiro o envio de tropas para esmagar o comunismo.[339]

Enquanto isso, o jornal carioca, *A Manhã*, de 27 de novembro de 1935, estampou sem sua capa um desenho de Luiz Carlos Prestes como o líder da "insurreição armada", o "chefe supremo da Revolução".[340] Segundo o jornal, o movimento não tinha *"a finalidade de implantar o regime communista, mas unicamente um governo nacional revolucionário com Luiz Carlos Prestes a frente dos destinos do paiz".* Já *A Nota*, jornal também carioca, estampou na sua capa de 20 de dezembro de 1935 que: *"Uruguay é centro de irradiação communista".* [341] Acrescentou ainda na matéria que *"Os Governos Sul-Americanos a bem da própria segurança deverão supprir as deficiencias ou cohibir as complacencias da policia Uruguaya".* [342]

O *Diário Carioca* dizia que Prestes tinha recebido 200.000 dólares da Yuyamtorg. Para o jornal, essa empresa comercial mascarava as atividades do governo soviético na América do Sul.[343] O *Correio da Manhã*, de 11 de dezembro de 1935, publicou o discurso proferido no Sétimo Congresso Mundial da Internacional Comunista, em Moscou, pelo

---

[338] Embaixador Juan Carlos Blanco ao Ministro das Relações Exteriores José Espalter. Telegrama no. 377; 29/11/1935; ibidem.

[339] GAMBINI, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo.* São Paulo: Símbolo, 1977; p. 49.

[340] *A Manhã;* 27 de novembro de 1935; idem.

[341] *A Nota;* 20 de dezembro de 1935; ibidem.

[342] Idem.

[343] *Diário de Notícias*; 12 de abril de 1935. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta no. 572. General José Antonio Flores da Cunha- Presidente del Estado de Rio Grande del Sur. 1935.

delegado holandês Van Mine, membro do Conselho Executivo do Comintern e relator dos assuntos referentes à América do Sul.[344] Desse discurso, cabe aqui destacar o seguinte trecho:

> *[...] Devo expor a todos camaradas que se interessem pelo desenvolvimento e expansão do communismo na America Meridional que no Brasil já existe uma ampla e bem organizada Associação, denominada "Aliança Nacional Libertadora" e da qual já participam um grande numero de officiaes e soldados do Exército e da Marinha brasileira. Essa "Aliança" foi creada sob a orientação secreta mas directa do Partido Communista Brasileiro segundo as instruções confidenciaes recebidas da Legação Soviética em Montevideo.*[345]

Além de destacar a liderança de Luiz Carlos Prestes, o jornal enfatizou o papel da legação soviética na capital uruguaia. Montevidéu era vista como o quartel geral dos agentes do Comintern na América do Sul.[346] Isso gerou impactos na opinião pública, tanto brasileira como uruguaia.

Na historiografia brasileira, Marly de Almeida Gomes Vianna apresentou os movimentos armados de novembro de 1935 como fatos históricos tipicamente nacionais, que eclodiram a partir de situações gestadas e desenvolvidas no contexto da sociedade brasileira da época, baseados nas tradições das lutas populares e na significativa participação de setores e lideranças políticas oriundas das camadas médias urbanas, principalmente, os militares. [347] Segundo a historiadora, esse movimento que no início de 1935 corporificou-se na ANL, apresentou duas faces: uma, progressista, enquanto reação contra a manutenção pela Revolução de 1930 do *status quo* e político; outra, anacrônica, uma vez que seu programa apontava para um capitalismo nacional autárquico, historicamente já superado pelo nível de desenvolvimento capitalista do país e pelo grau de sua inserção na economia mundial. Além disso, esquecia-se um dado essencial da nova realidade: numa situação econômica favorável, parte considerável da classe trabalhadora fora ganha para a ideologia e a prática conciliadora do trabalhismo varguista. [348]

A difundida tese do papel do Comintern como instigador e condutor dos movimentos de 1935, segundo Vianna, não encontra qualquer apoio nos fatos documentados, e o "dedo de Moscou" não pôde ser comprovado nos levantes. A Internacional Comunista se

---

[344] *Correio da Manhã; 1*1 de dezembro de 1935; ibidem.
[345] Idem.
[346] NAHUM, Benjamín. I*nformes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay.Tomo VII: 1934-1937.* Montevideo, Universidad de la República; Departamento de Publicaciones, 1997; p.181.
[347]VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: sonho e realidade.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992; p. 303.
[348] Idem; p. 303-304.

não era indiferente aos destinos do movimento revolucionário brasileiro – que lhe anunciaram ser promissor – manteve-se numa expectativa conivente em relação ao que ocorria no Brasil. Desde a morte de Lênin, em 1924, e com plena vigência a partir de 1927, o objetivo do Comintern deixara de ser a revolução mundial e se concentrara na defesa do Estado soviético. Não houve sequer uma diretiva interna para o início dos levantes. A eclosão das insurreições nos três locais onde ocorreram apresentou graus elevados de autonomia, e o PCB, a reboque dos acontecimentos ou detonador deles, não conseguiu imprimir às revoltas qualquer caráter político-partidário.[349]

No Rio Grande do Norte, o movimento militar foi caracteristicamente popular, devido ao comportamento espontâneo da sublevação, o que explica não só o caráter anárquico do movimento como sua extensão pelo interior do estado. Em Recife, a ação foi puramente militar, fruto exclusivo da fantasia golpista dos membros do Secretariado do Nordeste. No Rio de Janeiro, o ambiente geral e a rebeldia de alguns militares nordestinos levou a que Prestes avaliasse a situação como o provável início da revolução nacional-libertadora: nem a chance deveria ser perdida nem a vanguarda revolucionária abandonada à sua sorte.[350]

Entretanto, observamos, com base na documentação diplomática uruguaia, que delegados soviéticos desenvolveram atividades comunistas na América do Sul. Montevidéu era o espaço em que esses delegados da URSS conseguiam planejar determinados movimentos. E a chamada Intentona Comunista no Brasil teve sim, certo apoio do Comintern, principalmente, através da figura de Prestes.

Por outro lado, Isabel Clemente, historiadora uruguaia, defendeu que além da acusação do governo brasileiro, a política externa do governo uruguaio tornava-se mais conservadora desde o golpe político de 31 de março de 1933. [351] Juan Oddone, por sua vez, destacou que essa ruptura das relações diplomáticas do Uruguai com a URSS não era surpresa, apesar das justificativas da chancelaria uruguaia não serem satisfatórias.[352]

Já Rodríguez Ayçaguer, ao abordar os temas de agenda bilateral entre Brasil e Uruguai, em 1935, destacou que essas relações estiveram completamente dominadas pelo fator político e, com dependência uruguaia do governo brasileiro:

---

[349] Idem.
[350] Ibidem.
[351] CLEMENTE, Isabel. *Uruguay en las conferencias pan-americanas: la construcción de una opción en Política exterior. [Ponencia presentada al Simposio "Los Asuntos Internacionales en América Latina y el Caribe. Historia y Teoría. Problemas a Dos Siglos de la Emancipación]; p.6-.7.*
[352] ODDONE, Juan. *Uruguay entre la Depresión y la Guerra. 1929-1945*. Montevideo, Fundación de Cultura Universitaria-Facultad de Humanidades y Ciencias, 1990, p. 160-163.

> *En efecto, los asuntos que concentraron el accionar de ambas Cancillerías fueron cinco, a saber: 1º) La llamada "Revolución de Paso Morlán", en el mes de enero, fracasado levantamiento opositor contra el régimen de Terra, durante la cual se suceden los apremiantes pedidos de las autoridades uruguayas para que el gobierno brasileño impida el pasaje de hombres y armas hacia territorio uruguayo, y arreste e interne a los revolucionarios que pasan la frontera. Un duro recordatorio de la absoluta necesidad del gobierno uruguayo de contar con la buena voluntad y la colaboración del gobierno de Brasil. 2º) Los trabajos de demarcación de la frontera seca entre ambos países, iniciados en 1916 y finalizados en 1935, lo que motiva un intercambio de congratulaciones entre el Canciller Macedo Soares y el Embajador Bueno, ya que los resultados han contemplado enteramente los deseos de Itamaraty. 3º) La visita del Presidente Getúlio Vargas a Uruguay, entre fines de mayo y principios de junio, provoca un nutrido flujo de correspondencia sobre los preparativos y el programa de la visita, a la que Uruguay otorga gran importancia. Es el momento de demostrar al ilustre huésped la simpatía hacia su persona y su pueblo, así como la sintonía con su proyecto político. En medio de desfiles, banquetes y discursos, se entablaron seguramente contactos entre los elencos civiles y militares de ambos gobiernos, que resultarán muy útiles cuando lleguen los sucesos de noviembre. 4º) La posición de Brasil en relación con la invitación de Argentina y Chile para participar en la Comisión Neutral de paz en la Guerra del Chaco – Brasil se negó a participar en la Comisión si Uruguay (y Estados Unidos) no formaban parte de la misma – provocó una natural corriente de simpatía hacia el Presidente Vargas en el Uruguay. Una vez más el gobierno uruguayo había visto reafirmada su necesidad de contar con el favor del gobierno del Brasil y éste, a su vez, le había dado muestras de "sincera amistad", lo que reforzó las simpatías del Presidente Terra y de su gobierno por el régimen de Vargas. 5º) El tema de las actividades "subversivas" – comunistas o anarquistas – ya estuvo presente en la correspondencia diplomática de ambos países en los meses previos al levantamiento de noviembre en Brasil.* [353]

Segundo Lucílio Bueno, embaixador brasileiro em Montevidéu, movimentos comunistas poderiam despertar nas capitais de vários países americanos, entre elas, no Rio de Janeiro, nos dias 18 de março, aniversário da proclamação da Comuna de Paris, e 21 do mesmo mês, aniversário da República dos Soviets na Hungria. Por isso, o Itamarati pediu, muito rapidamente, informações sobre Simonrad Dowytzky, suposto delegado soviético em Montevidéu. [354]

De toda forma, esse levante contra Vargas, conhecido como a Intentona Comunista de 1935, entre outras coisas, serviu para que o governo Vargas, na onda da violenta repressão ao movimento, tirasse de circulação vários elementos que vinham fazendo algum tipo de oposição indesejável ao seu regime e que, dois anos mais tarde, rompesse com o regime constitucional em nome do combate a um suposto plano comunista de tomada do poder. Assim, ao longo da luta anticomunista, os integralistas passaram a ter um espaço considerável

[353] RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. *La diplomacia del anticomunismo: la influencia del gobierno de Getulio Vargas en la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS en diciembre de 1935.* Estudos Ibero-Americanos, Vol. XXXIV, Núm. 1, jun., PUC-RS; 2008; p. 101-104.
[354] Idem.

junto ao Estado. Porém, apesar de terem apoiado a implantação do Estado Novo, eles não estavam presentes nos cálculos políticos de Vargas e dos militares – que eram, de fato, o principal pilar do novo regime – e foram cassados junto com os demais partidos ainda em 1937.

Os integralistas passaram a ser considerados inimigos do regime, principalmente, a partir da tentativa de um golpe político armado, em 1938. Nesse momento, eles eram vistos pelos diplomatas uruguaios como forças perturbadoras à situação política brasileira.[355] Por outro lado, da mesma forma que o comunismo era visto como uma extensão político-ideológica da União Soviética, o integralismo brasileiro passou a ser visto como uma extensão de "doutrinas estrangeiras". O embaixador uruguaio em Berlim, em 30 de maio de 1938, comunicou ao seu chanceler das acusações da delegação brasileira a algumas das instituições alemãs nazistas por ter fomentado o movimento armado contra Vargas.[356] Dois meses depois, como represália, a Alemanha suspendeu suas compras no Brasil. [357] O Brasil, por sua vez, como resposta, agiu contra os imigrantes e comunidades germânicas residentes no Brasil.

De toda forma, dissolução da ANL e a prisão em março de 1936 de Luís Carlos Prestes desferiram um golpe fatal no movimento comunista e em toda a esquerda brasileira. Em compensação, assistiu-se a um reforço do poder e, sobretudo da posição dos militares e de Getúlio Vargas, que pôde agitar a toda hora os fantasmas do perigo comunista para manter-se à frente do Estado.[358] Foi assim que Vargas, em 10 de novembro de 1937, conseguiu instalar a ditadura do Estado Novo.

3.4. O "Estado Novo" de 1937 visto pelos uruguaios

Um ano após a instalação da ditadura do Estado Novo de Vargas, em 3 de novembro de 1938, o embaixador uruguaio no Rio de Janeiro, Juan Carlos Blanco, encaminhou à sua chancelaria em Montevidéu uma série de publicações elaboradas pelo Serviço de Imprensa do Ministério das Relações Exteriores com dados biográficos do

---

[355] Telegrama no. 231; 12/05/198. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 4 (1935-1945). Carpeta no. 231. Política de Brasil. Informaciones – Detención de una campaña de oposición política en Rivera- 1938.
[356] Telegrama no. 151-43; 30/05/1938; ibidem.
[357] Confidencial. Juan Carlos Blanco ao chanceler Alberto Guani. Telegrama no. 220; 18/07/1938; ibidem.
[358] Seitenfus, Ricardo. *Op. Cit.;* p.50-51.

presidente brasileiro.[359] Na verdade, tratava-se de uma biografia oficial de Vargas, desde seu nascimento e com destaques de sua vida política desde 1909. O mais curioso nessa biografia publicada pelo Itamarati é a parte intitulada "Perfil Político do Presidente Vargas". Ao destacar o regionalismo de Vargas, o documento apontava que:

> "*La geografía de la región explica muy bien el espíritu de Vargas. Su sentido más desarrollado es el de la razón y por eso su política es pragmática, sin perjuicios, buscando la solución de los problemas en las fórmulas capaces de resolverlos con los mismos términos en que se les plantearon, sin pretender dominar el tiempo. Comprendiendo que vivimos en una época de transformaciones súbitas, en la cual las cuestiones se hacen interdependientes de factores numerosos y no raro imponderables, el Presidente Vargas las plantea e las resuelve dentro de los límites de la realidad circunstante, sin preocuparse con las consecuencias que puedan determinar las rectificaciones necesarias, que él las hace sinceramente, con la única intención de acertar. [...] El Presidente Vargas que dirigió la revolución de 30, con el propósito de dar al Brasil una orientación más coherente, por así decirlo, con su realidad, se muestra fiel a esa directiva con infatigable constancia. No todo se podría hacer en el primer momento: los siete años transcurridos entre la victoria de la Revolución y la promulgación de la Constitución de 1937, marcan la trayectoria hacia la conquista de una idea definitiva, arraigada en la conciencia nacional.*[360]

Em outras palavras, era uma publicação de exaltação da imagem de Vargas como o líder nacional, o defensor do Brasil, a figura paternalista dos brasileiros; prática consolidada com a instalação da ditadura do Estado Novo em novembro de 1937.

Dois dias após o início da ditadura do Estado Novo, em 12 de novembro de 1937, Juan Carlos Blanco encaminhou um telegrama ao seu chanceler com a nova Constituição brasileira em anexo.[361] Formalmente, nada alterava as relações entre os governos de Vargas e Terra. Na prática, os discursos de ditadores se aproximaram ainda mais.

Para entender o Estado Novo de Vargas é preciso entender que a revolução de outubro de 1930 no Brasil não levou nem a uma ruptura radical, nem a uma continuidade perfeita com o passado. "Redefinição" parece ser o termo mais apropriado para descrever as questões internas e as relações exteriores brasileiras.[362] O governo reagiu a essa polarização política, evidente a partir de 1935, com um aumento na repressão, o que por sua vez permitiu o estabelecimento de um estado autoritário. Foi aprovada uma lei de segurança nacional, a

---

[359] Telegrama no. 442; 03/11/1938. Archivo Histórico Diplomático de la República Oriental del Uruguay. Série Brasil (1930-1940). Caja 3 (1933-1935). Carpeta no. 1180. Getúlio Vargas. Presidente de los EE.UU del Brasil.
[360] Datos biográficos del Presidente Vargas. Elaborado por el Servicio de la Prensa del Ministerio de Relaciones Exteriores; Ibidem.
[361] Telegrama no. 367; 12/11/1937, ídem; Carpeta no. 231. Política del Brasil-. Informaciones-1937.
[362] Moura; *Op. Cit.;* 2012; p.47.

Aliança Nacional Libertadora (ANL) foi fechada e muitos sindicatos foram atacados. Após uma tentativa de levante comunista em novembro de 1935, o governo estendeu a repressão para incluir seguidores da ANL, reforçou os poderes estatais e, por fim, declarou "estado de guerra". Esta escalação culminou no golpe de estado de 10 de novembro de 1937 e no estabelecimento da ditadura Vargas com o apoio das forças armadas. Era o começo do Estado Novo, que durou de 1937 a 1945.

O ambiente propício ao golpe formou-se por completo com a divulgação do "Plano Cohen", documento elaborador pelo capitão Olímpio Mourão Filho, chefe do serviço secreto da AIB, no qual se forjava um plano de tomada do poder pelos comunistas. Este foi amplamente noticiado pelo governo e pelos jornais, com especial destaque na "Hora do Brasil", cadeia nacional de rádio encarregada de divulgar as notícias oficiais. Criou-se verdadeiro estado de pânico. Em acordo com os militares, Vargas solicitou à Câmara aprovação do estado de guerra, no que foi prontamente atendido por ampla maioria (138 votos contra 52) em 1º de outubro. A 23 do mesmo mês decretou-se o fechamento de todas as sociedades secretas, com olhos na maçonaria, visando-se a obter o apoio da Igreja, já engajada na campanha anticomunista.[363]

Nesse momento, o Congresso Nacional foi fechado, assim como os partidos políticos. Uma nova constituição outorgada pelo governo reforçava diversos princípios corporativistas e nacionalistas. Ela concedia plenos poderes executivos e legislativos ao presidente. Foi instituído o estado de emergência, por meio do qual os direitos políticos e civis ficavam suspensos e a censura da imprensa estabelecida.

Além disso, a Constituição do Estado Novo aboliu os impostos interestaduais e deu ao Presidente autoridade para nomear interventores estaduais a seu critério. Para dar ênfase à centralização do novo regime e suas aspirações nacionalistas, Vargas ordenou que as bandeiras dos Estados fossem queimadas em cerimônias simbólicas; passou também a confiar cada vez mais em oficiais militares no preenchimento de postos civis. Getúlio Vargas, o regionalista que defendera a democracia liberal e o federalismo nos últimos anos da década de 1920, havia se tornado um centralista e nacionalista de tipo autoritário. [364] Joseph Love dizia que o fato de nascer na fronteira deu-lhe inegavelmente uma consciência de "brasilidade" de uma forma tal que nenhum carioca ou baiano podia entender, ao passo que o padrão histórico

---

[363] FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987; p. 250.
[364] LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930.* São Paulo: Perspectiva; 1995; p. 273-274.

do Rio Grande do Sul, de negociar mais com outros brasileiros do que buscar mercados internacionais, talvez o tenha tornado, na década de 1930, mais inclinado ao nacionalismo.[365]

O Itamarati, em sua circular nº. 1166, de 12 de novembro de 1937, enviada às missões diplomáticas sediadas no Rio de Janeiro, excluiu o problema do reconhecimento do novo governo, pois a “mudança de regime constitucional não comporta absolutamente reconhecimento por governos estrangeiros da nova situação política do Brasil, cujo advento é negócio puramente interno”.[366] Por conseguinte, os governos estrangeiros não criaram o problema do reconhecimento jurídico do novo regime.

Na verdade, desde o governo constitucional (1934-37), decisões de grande envergadura poderiam se originar no poder executivo, mas tinham que ser aprovadas pelos órgãos legislativos. Durante o Estado Novo, o processo de tomada de decisões passou a se restringir a certos órgãos estatais de alto nível. Um dos mais altos, naturalmente, era o ministério, que refletia as divisões políticas do momento. O surgimento de divisões entre posições “liberais” e “nacionalistas”, ou “pró-Eixo” e “pró-EUA” dependia da situação política prevalente ou até da questão específica sob discussão. Já nesta época, o Ministério das Relações Exteriores era organizado em moldes liberais tradicionais, o que o aliava intimamente com as posições estadunidenses e britânicas na política internacional. O estreitamento dos círculos decisórios combinado com as profundas divisões políticas no interior de todo o aparato estatal, e particularmente no ministério, frequentemente faziam de Vargas juiz supremo das relações exteriores e um ator ativo na tomada das principais decisões de política externa. Assim, a palavra final em muitos casos era a do presidente.[367]

A partir de 1937, dois grandes problemas internos ocuparam o governo Vargas: reequipar as forças armadas brasileiras e a necessidade de investimentos, especialmente com vistas a obter uma grande siderúrgica. Por essas razões, a política externa brasileira se pautou pelo *equilíbrio pragmático*, particularmente nos últimos anos da década. Durante estes anos, a piora da situação internacional e a crescente influência dos militares nos núcleos decisórios realçaram a necessidade de reequipar as forças armadas brasileiras, particularmente o exército. Grandes compras de suprimentos navais foram feitas – ou tentadas – na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, ao passo que encomendas expressivas de material bélico alemão foram feitas pelo exército em 1938 e 1939. Mesmo depois do começo da guerra, o

---

[365] Idem; p. 274.
[366] Seitenfus, *Op. Cit.;* p. 162.
[367] Moura, *Op. Cit.;* 2012; p.50-51.

governo brasileiro tentou estrenuamente receber materiais alemães, ao mesmo tempo tentando comprar equipamentos e munições dos Estados Unidos.[368]

Em uma reflexão visando a relação entre este contexto internacional e o pensamento político brasileiro desse período, Lúcia Lippi Oliveira ressaltou que "nos anos 1930, o Brasil não seguiu rumos muito distintos dos que estavam sendo trilhados pelos países europeus e que eram objeto da atenção dos brasileiros ilustrados." Mussolini na Itália em 1923; Hitler na Alemanha em 1933, Salazar em Portugal em 1929 e a Espanha em guerra civil entre 1936 e 1939, eram eventos acompanhados de perto pelos brasileiros.[369]

Podemos afirmar que dentre todas estas discussões ideológicas, a tendência que mais radicalizou o pensamento autoritário, o nacionalista e o combate ao liberalismo, foi a de extrema direita ou fascista. Logo, no que se refere às experiências de cunho fascista no Brasil, estas se expressavam desde a década de 1920. Em 1922, sob inspiração da Marcha sobre Roma pelos fascistas italianos, ocorreu a fundação da *Legião Cruzeiro do Sul*, e, em 1928, foi formado o *Partido Fascista* em São Paulo, possivelmente criado por imigrantes italianos. Porém, os mais expressivos movimentos de direita extrema do período pré-integralista, foram o *Partido Fascista Brasileiro*, lançado em 1930 por meio de uma carta publicada no jornal *O Comércio*, a qual possuía um forte teor nacionalista, anticomunista e de exaltação da experiência italiana; a *Ação Social Brasileira* (Partido Nacional Fascista) que em 1930 já possuía uma hierarquia similar a dos *fascios italianos*, incluindo brigadas de choque uniformizadas; a *Legião Cearense do Trabalho* liderada pelo tenentista Severino Sombra, que possuía um forte apelo antiliberal, anticomunista e espiritualista, tendo muito prestígio entre o operariado, diferentemente dos demais partidos fascistas que em sua maioria contavam com um maior apoio das camadas médias da sociedade; e por fim, a *Ação Social Brasileira* de Dom João Becher, que foi fundada no Rio Grande do Sul em 1935 como uma tentativa de cooptar o eleitorado católico por meio de um discurso espiritualista, antiliberal e anticomunista.[370] Para Edgard Carone, a maior parte destes movimentos foi assimilada posteriormente pela Ação Integralista Brasileira – movimento fascista nacional de maior

---

[368] Idem ; p.54.

[369] OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982; p. 7.

[370] SERRATO, Edgar Bruno Franke. *Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas: antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945.* Dissertação de Mestrado- UFPR. Curitiba; 2008; p.13-14.

expressão – e é esse motivo pelo qual o mesmo denomina este período, o dos primórdios do fascismo nacional, como pré-integralista.[371]

Por sua vez, ao observar os discursos de Vargas, nota-se que durante o início de 1930, seu discurso possuía como principal intuito construir uma lógica discursiva de ruptura para com o regime anterior a 1930 e de legitimação da chamada revolução. Posteriormente ao ano de 1935 – e, sobretudo ao de 1937 – essa lógica discursiva passou a se referir às ações e realizações do Governo Provisório e Constitucional como um processo inacabado, diminuindo a força transformadora da Revolução de 1930 e da Constituição de 1934, para assim, legitimar o recrudescimento autoritário e sua permanência no poder. A fim de exemplificar estes aspectos, trazemos alguns fragmentos de discursos pronunciados já quando da implementação do Estado Novo.[372]

Em vista desta situação, Vargas apontou para o fato de que "para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho(...)", sendo que, "a concepção econômica do Estado Novo não é uma questão de doutrina ou de ponto de vista: é uma imposição da realidade contemporânea." Constatamos então, que a mesma lógica presente na crítica ao liberalismo e na apreciação do pensamento autoritário, proferida desde o início dos anos de 1930, foi reafirmada posteriormente a instauração do Estado Novo, fazendo com que este discurso criasse um aspecto de continuidade e legitimação. É por esse motivo que após 1937, "de acordo com o discurso de Vargas e dos homens que ajudaram a construir o novo regime, a revolução de 1930 e o golpe de 1937 eram fases de um mesmo processo. Ou seja, o Estado Novo, segundo essa visão, seria o resultado de um movimento que teve o ponto de partida em 1930." [373] Portanto, daí a utilização do fato mítico da Revolução de 1930, da qual 1937 se apresentará como revolução acabada.[374]

Em suma, percebemos que já em 1930, o discurso de Vargas possuía um caráter autoritário e antiliberal em decorrência da influência que o contexto político e ideológico nacional e internacional exercia sobre este. E em vista dessa linha interpretativa, nos deparamos com a multiplicidade temporal – no que se refere aos diferentes ritmos – que se

---

[371] CARONE, Edgar. *A segunda república (1930-1937).* 3º ed., Rio de Janeiro: DIFEL, 1978; p. 288-308.
[372] Idem; p.153-154.
[373] FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; p.15.
[374] Serrato, *Op. Cit.;* p.153-154.

apresenta como uma evidente característica da história política. Entendemos que essa combina "(...) o instantâneo e o extremamente lento. Desta forma, é na longa duração que se irá buscar a história das formações políticas e ideológicas, ou seja, a cultura política, que por sua vez servirá à reflexão sobre os fenômenos políticos (....)"[375] que aqui estudamos. Por isso, devemos ter claro que:

> Há sem dúvida todo um conjunto de fatos que se sucedem num ritmo rápido, e aos quais correspondem efetivamente datas precisas: golpe de Estado, dias de revolução, mudanças de regime, crises ministeriais, (...) [entre outras]. Outros se inscrevem em uma duração media, cuja a unidade é a década ou mais: longevidade dos regimes, período de aplicação dos tipos de escrutínio, existência dos partidos políticos. Outros ainda tem por unidade de tempo a duração mais longa; se a história das formações políticas fica mais na duração media, em compensação a das ideologias que as inspiram está ligada à longa duração.[376]

Apesar das similaridades de posicionamento político ideológico entre Vargas e os integralistas, Edgar Bruno Franke esclareceu, em sua dissertação de mestrado, que essas similaridades de posicionamento político-ideológico entre Vargas e os integralistas somente se apresentaram evidentes frente às temáticas discursivas aqui abordadas – o antiliberalismo e o anticomunismo. Logo, não podemos afirmar que havia uma "unidade ideológica" entre ambas as formações políticas, já que essas apresentavam visões bem distintas no que se refere a outros aspectos – a exemplo do antissemitismo, das relações internacionais, da posição perante os fascismos, do trato para com os trabalhadores, entre outros – e também frente ao evidente embate de força no campo político prático, cuja mais relevante expressão pode ter sido o Putsch integralista de 1938.[377]

Outro acontecimento de destaque foi o triunfo da Frente Popular espanhola, em 14 de fevereiro de 1936, pois era mais uma demonstração de que a coalizão de forças populares tinha um objetivo claro: deter o fascismo. Esther Ruiz e Juana Paris, ao lembrarem das repercussões desse movimento espanhol no Uruguai, destacaram que os opositores de Terra comemoraram calorosamente o triunfo da Frente Popular, pois para muitos desses opositores o evento na Espanha significava a queda de um governo autoritário.[378] De toda forma, não impediu o início da sangrenta guerra civil espanhola (1936-1939). E por sua vez, no Uruguai,

---

[375] FERREIRA, M. de M. Apresentação. *In:* RÉMOND, René. (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003; p. 7.
[376] Rémond, René. *Op. Cit.;* p. 34 - 35.
[377] Serrato, *Op. Cit.;* p.210.
[378] RUIZ, Esther; PARÍS, Juana. *El Frente en los años 30*. Montevideo, Proyección, 1987, p.83-86; 118-121.

Gabriel Terra reagiu a esses movimentos com a suspensão das relações com o governo republicano em 22 de setembro daquele ano. Essa decisão do governo uruguaio foi precedida e continuada pelas iniciativas dos demais governos americanos.

No plano bilateral das relações com o Uruguai, o Brasil utilizou sua diplomacia, através do embaixador brasileiro em Montevidéu, João Batista Luzardo, para conseguir o apoio do governo de Gabriel Terra na perseguição de pessoas que, do território uruguaio, poderiam intervir politicamente e pôr fim ao Estado Novo.[379] E foi nesse clima de perseguição incansável que Flores da Cunha, embora vigiado, oprimido e encarcerado em Montevidéu, conseguiu executar planos de ataque ao Estado Novo e a toda sua estrutura. Fez acordos e alianças pela derrubada do governo Vargas, contou com amigos e correligionários fiéis e foi traído por outros, mas conspirou e tramou nos bastidores do exílio em busca da redemocratização do País. Isto é, enquanto Luzardo cumpria seu papel em conter os avanços "floristas", Flores procurava burlar o cerco que o oprimia.[380]

João Batista Luzardo[381] mereceu destaque nas relações Brasil-Uruguai. Este, desde a Revolução Constitucionalista de 1932, vinha fazendo oposição ao governo Vargas, até que em 1937 se deu a reconciliação das lideranças do Partido Libertador com o governo que rumava para o Estado Novo. Tal aliança tinha como um dos principais ingredientes o combate a Flores da Cunha, outra figura da política rio-grandense que rivalizava com o PL e que vinha se indispondo com o governo e com os militares que apoiavam a política nacional defendida por Vargas.[382] Nesse contexto, após a implantação do novo regime, a nomeação de Batista Luzardo para a Embaixada de Montevidéu teve como primeiro objetivo, literalmente, policiar as atividades políticas de Flores da Cunha, que, mesmo exilado no Uruguai, vinha esboçando oposição ao Estado Novo. Inicialmente, prevista para durar apenas o período necessário para obstruir as atividades políticas de Flores da Cunha, a estadia de Luzardo na capital uruguaia prolongou-se até 1945.[383]

---

[379] BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002; p.69.
[380] Idem; p.70.
[381] João Batista Luzardo nasceu em Salto, distrito de Uruguaiana (RS), no dia 11 de dezembro de 1892. A família Luzardo exercia atividades ligadas ao comércio na região fronteiriça com o Uruguai. Com a ascensão de Vargas ao poder, foi convidado a assumir a chefia de polícia do Distrito Federal em substituição a Bertoldo Klinger, que a ocupou durante o governo da junta provisória. Exonerou-se do cargo em 1932 para engajar-se no movimento constitucionalista, fato que lhe custou algumas represálias de Vargas como o exílio. Com a anistia decretada por Vargas em janeiro de 1934, os exilados retornaram ao Brasil. Aos poucos, reaproximou de Vargas. Em 1937 foi nomeado embaixador em Montevidéu sucedendo Lucílio Bueno. Permaneceu na capital uruguaia até meados de 1945.
[382] Svartman, *Op. Cit.;* p 65.
[383] Idem.

A sua longa permanência em Montevidéu implementou uma aproximação do Brasil com o Uruguai, tanto em termos econômicos quanto políticos. Além da assinatura de acordos e do incremento do comércio bilateral, Luzardo encabeçou os esforços do Itamarati para tornar o Brasil mais presente no vizinho meridional, pela inauguração de linhas regulares de trem e de avião entre os países. Do ponto de vista político, a Embaixada brasileira gozou de sensível êxito junto aos governos uruguaios do período, conseguindo desde a colaboração da polícia local na vigilância de Flores da Cunha até a obtenção de informações sigilosas a respeito da Argentina, cuja influência política na região preocupava tanto o governo brasileiro quanto o de Montevidéu[384]. Antes mesmo da Conferência do Rio de Janeiro, em 1942, por exemplo, o Brasil consolidara o apoio do Uruguai à sua política para o Prata, de forma que Luzardo indicou Alberto Guani, chanceler uruguaio, para assessorar Oswaldo Aranha nos trabalhos dessa conferência.[385]

A colaboração alicerçada entre autoridades brasileiras e uruguaias em Montevidéu transformou a Embaixada brasileira naquele país em um dos principais pontos de monitoramento da política interna, e, principalmente, externa da Argentina nos anos do Estado Novo. A instalação do Comitê Consultivo de Emergência para Defesa Política do Continente (CCEDPC) em Montevidéu, após a Conferência do Rio, acentuou ainda mais a posição estratégica da Embaixada brasileira perante a Argentina, mais um espaço aberto de ação política e obtenção de informações. [386]Todavia, é importante assinalar que não apenas Luzardo, mas também os adidos militares e demais funcionários do corpo diplomático empenharam-se no esforço de monitoramento das atividades políticas, econômicas e militares da Argentina, atestando a complexidade da elite diplomática brasileira quanto à sua composição social e demarcando a importância do estamento político na condução da política externa brasileira.[387]

Em março de 1938, Batista Luzardo comunicou ao chanceler uruguaio da mudança no Ministério das Relações Exteriores do Brasil. No dia 9 daquele mês, Oswaldo Aranha assumiu o cargo de chanceler, deixando a embaixada brasileira em Washington.[388] Em 15 de

---

[384] Em diferentes momentos, principalmente após o golpe militar de junho de 1943, a Argentina iria apoiar a oposição herrerista no Uruguai, o que tornou ainda mais íntima a colaboração dos governos uruguaio e brasileiro.
[385] Svartman, *Op. Cit.;* p.65.
[386] Idem; p. 65-66.
[387] Idem; p. 66.
[388] Telegrama no. 30; 15/03/198, ídem; Carpeta no. 231. Política de Brasil. Informaciones – Detención de una campaña de oposición política en Rivera- 1938

março, José Espalter enviou um telegrama a Oswaldo Aranha cumprimentando-o pelo seu novo cargo. A resposta de agradecimento de Aranha viria 5 dias depois.

Na verdade, a grande preocupação do governo brasileiro, conforme demonstrou a documentação diplomática uruguaia, era com os exilados e revolucionários que desejavam depor o Estado Novo, principalmente os envolvidos com Flores da Cunha, que eram acostumados aos confrontos armados. Flores da Cunha, quando interventor gaúcho, fora acusado de não devolver armas do governo federal e de contrabandear armamentos pesados, que não foram encontrados pelo governo após a tomada do Estado gaúcho da federalização da Brigada Estadual.[389] Além disso, a capital da conspiração contra o Estado Novo era Montevidéu e sua sucursal Buenos Aires, em virtude do número de emigrados e de exilados existentes nessas localidades e da presença de Flores da Cunha na capital uruguaia. Rivera pela proximidade com o Rio Grande do Sul, também era um importante centro de atuação dos elementos floristas. Os estados brasileiros que mais contribuíram com a conspiração foram São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, de onde Flores recebia seguidamente emissários com notícias brasileiras e novas posições revolucionárias.[390]

Nesse período, à medida que Vargas aproximava-se do presidente Gabriel Terra, Flores da Cunha aproximava-se dos revolucionários comandados por Basílio Muñoz e permitia a saída de armas do Brasil através da fronteira, para favorecer os rebeldes contrários ao governo Terra.[391] De fato, as autoridades brasileiras no Uruguai tinham especial cuidado em manter Flores da Cunha sob estreita vigilância. Seus movimentos são relatados constantemente pelos representantes do corpo diplomático brasileiro neste país, José Bernardo de Câmara Canto e Batista Luzardo. Por conseguinte, os relatórios da embaixada no Uruguai dão conta da formação de uma direção da Aliança Nacional Libertadora no exílio, que exercia uma intensa atividade de organização dos exilados comunistas, bem como contatos com outras lideranças políticas exiladas naquela região. Nesse sentido, portanto, a embaixada brasileira tinha um forte esquema de vigilância ao ex-governador do Rio Grande do Sul, exilado no Uruguai desde 1937 e que mantinha intensa atividade conspirativa.

Por fim, ao analisar a inserção internacional do Uruguai notamos que esse país teve três linhas claras em sua política exterior: o bilateralismo, o internacionalismo e o pan-

[389] Bellintani, Adriana Iop. *Op. Cit.;* p.71.
[390] Idem; p.74.
[391] Idem; p.76.

americanismo.[392] De toda forma, o Uruguai reconhecia a sua capacidade – e limitações – de envolvimento e influência nas relações internacionais e disso buscou melhorar as suas chances de projeção no cenário internacional a partir de uma perspectiva realista e pragmática. Isso se deu em grande medida pela sua atuação no cenário regional. Nesse sentido, houve esforços do Brasil e do Uruguai para iniciarem um intenso processo de aproximação política e econômica, a exemplo do acordo alfandegário de 1931, das visitas de Gabriel Terra em 1934 e de Getúlio Vargas em 1935. Essa aproximação teve interesses econômicos imediatos – conciliados por acordos alfandegários e medidas de repressão ao contrabando – e também expressou a convergência política quanto às práticas autoritárias e centralizadoras adotadas pelos dois governos que, mesmo ocorrendo em momentos e circunstâncias diferentes, não comprometeu a articulação diplomática e o apoio recíproco no controle e repressão aos grupos oposicionistas e dissidentes. Isso, em grande medida, favoreceu as boas relações características da década de 1940, como destacou Clarel de los Santos:

> *Lejos de las discordias y los recelos que existieron con Argentina, las relaciones de Uruguay con Brasil en la década de los cuarenta se caracterizaron por coincidencias y solidaridades en el plano internacional, puntuales diferencias en cuestiones políticas regionales y algunos asuntos de frontera, y la existencia de esporádicos reclamos diplomáticos originados en episodios que expresaban las disímiles situaciones políticas internas en cada país.*[393]

---

[392] RUIZ, Esther. *Del viraje conservador al realineamiento internacional: 1933-1945*. In: FREGA, Ana [*et all]*. *Historia del Uruguay en el Siglo XX*. Montevideo: EDBOU; 2010; p. 85-121.

[393] DE LOS SANTOS, Clarel. *El péndulo magnetizado: las relaciones de Uruguay con Brasil durante la II Guerra Mundial*. Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Avances de Investigación, 2011; p. 9.

Conclusão

Historicamente, como demonstrou-se no capítulo 1, Antecedentes das relações entre Brasil e Uruguai, a região do Rio da Prata foi elemento fundamental na política externa brasileira, sobretudo, em seu projeto a nível regional. Contudo, quando se fala do Prata, a Argentina, pelo seu peso político e econômico, e também pela rivalidade, mereceu uma maior atenção, tanto dos estadistas como dos estudiosos brasileiros. Por isso, é importante destacar que, principalmente pela sua condição fronteiriça e, por conseguinte, a zona cultural existente entre Brasil e Uruguai, este desempenhou papel significativo em determinadas conjunturas políticas brasileiras e regionais.

A inserção internacional do Uruguai é funcionada, em grande medida, a partir de sua posição no subsistema platino de Relações Internacionais. Há, mesmo, "um complexo de país minúsculo" e um trauma decorrente das características do nascimento do Estado uruguaio, a partir dos quais o Uruguai reconhece suas limitações e possibilidades. De toda forma, a política externa uruguaia, entre o Brasil e a Argentina, define o enquadramento estratégico desse país, bem como sua identidade internacional. Parafraseando Tobias Monteiro, ousaríamos dizer que a história do Uruguai não pode ser escrita sem o estudo de seus vizinhos, Brasil e Argentina.

Ao observar o processo de formação dos Estados Nacionais desde o século XIX, a Banda Oriental, atual Uruguai, enfrentou um intenso conflito, ora externo, ora interno, até consolidar-se como Estado Oriental. O Brasil, por sua vez, projetou-se no Rio da Prata como uma prioridade de sua política externa imperial frente à rivalidade portenha. Nas palavras de Moniz Bandeira, eram os tempos do expansionismo brasileiro, pois o Rio da Prata representava a chave de acesso ao estuário superior do Paraná, Uruguai e Paraguai, que banhavam terras consideradas das mais ricas e férteis do Brasil. Portanto, um elemento estratégico geopolítico e militar decisivo.

Somente na década de 1870 que pode-se falar de consolidação do Estado uruguaio como corpo institucional capaz de impor sua autoridade em todo o território nacional. A partir daí o Uruguai passou por um processo de modernização, tanto econômico-social como política, na qual o modelo agroexportador reafirmou-se como setor primordial da economia uruguaia. E como resultado, a expansão do Estado na área econômica se produziu no marco da perpetuação do sistema político oligárquico hegemônico e excludente. No entanto, nos

primeiros anos do século XX, o batllismo, liderado por José Batlle y Ordoñez, aprofundou esse processo de modernização para o campo político e social com uma ampla legislação social e trabalhista, bem como a democratização do sistema político.

Enquanto isso, o Brasil vivia seus primeiros anos republicanos. E com o Barão do Rio Branco à frente do Ministério das Relações Exteriores (1902-1912) surgiu uma nova fase da política externa brasileira, a da não intervenção nos assuntos internos de outros países e de prestígio do Brasil na América do Sul. Em síntese, pode-se afirmar que a política externa brasileira da Primeira República teve duas frentes de atuação: a econômica, que levava à valorização das relações com os Estados Unidos e com a Europa, maiores consumidores de mercados brasileiros; e a geopolítica, cujo núcleo se situava no Cone Sul. No entanto, com a crise econômica de 1929, tanto o Brasil como o Uruguai tiveram que buscar uma alternativa de inserção no capitalismo internacional. E politicamente, ambos os países passaram por profundas transformações.

No capítulo 2, A visão do Brasil pelo governo de Terra (1931-1933), abordamos essas transformações em ambos os países. No Brasil, em outubro de 1930, por meio de um golpe político, Getúlio Vargas chegou ao poder. Já no Uruguai, em novembro de 1930, Gabriel Terra já havia vencido as eleições presidenciais. Em março de 1931, Terra tomou posse como presidente eleito democraticamente. Entretanto, em março de 1933, por meio de um golpe de Estado e com o apoio de setores empresariais, como o riveirismo e o herrerismo, ele tornou-se ditador.

Gabriel Terra buscou justificar a instauração da ditadura na limitação do poder do presidente frente ao Conselho Nacional de Administração (CNA). Durante seu governo democrático (1931-1933), Terra, um colorado de raízes brasileiras, manteve-se em constante disputa política com o CNA, que, desde 1919, compunha o Poder Executivo bicéfalo uruguaio junto ao presidente. Para conduzir a política externa uruguaia, Terra escolheu Juan Carlos Blanco, na época embaixador na Argentina. Blanco permaneceu como chanceler uruguaio de março de 1931 até as vésperas do golpe de março de 1933, em fevereiro do mesmo ano, quando foi convocado para a embaixada uruguaia na capital brasileira. Em outras palavras, o presidente do Uruguai confiava, plenamente, em Carlos Blanco para conseguir apoio do governo brasileiro para a ditadura de Terra que logo seria instaurada. Blanco, de toda forma, foi fundamental na execução da política terrista para o Brasil, já que permaneceu na embaixada uruguaia no Rio de Janeiro até meados de 1941.

Inicialmente, a política externa brasileira não sofreu grandes transformações. No Rio da Prata, buscou manter a estabilidade política regional. Enquanto nos foros interamericanos, diferentemente da Argentina, manteve uma política externa próxima a dos Estados Unidos. Com maior estabilidade política, apesar das radicalizações político-ideológicas entre integralistas e comunistas, Vargas passou a valorizar uma política mais ativa na região platina, cuja orientação era ampliar a sua presença política e econômica sobre os seus principais vizinhos. Nessa perspectiva que a política externa brasileira sofreu uma redefinição ao longo da década de 1930.

E no capítulo 3, A visão do Brasil pelo governo ditatorial de Terra (1933-1938), constatou-se essa relevância política do Brasil no seio das relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai. Em agosto de 1934, por exemplo, o presidente Terra visitou o Brasil, com o objetivo de assinar uma série de convênios e tratados com o Brasil. Portanto, com base na documentação diplomática uruguaia, nota-se que o peso do Brasil foi, de fato, mais político do que econômico. O Uruguai, como país periférico na região, reconheceu no Brasil o papel de um fiel escudeiro frente à rivalidade histórica e econômica com o seu vizinho do outro lado do Prata.

Por isso que, certa vez, o diplomata belga Henry Ketels, comparou o Uruguai ao seu pequeno país da Europa.[394] Ketels apontava como elementos comparativos: *su pequeño tamaño, su ubicación geográfica entre vecinos poderosos, su temor latente por tal hecho y su fuertemente proclamado apego al derecho internacional (pensado como único escudo de los débiles), cierta dosis de vanidad por sus respectivos logros sociales y culturales.*[395] De certa forma, isso explica, em grande medida, a situação peculiar do Uruguai no cenário regional marcada pelos dois grandes países da América do Sul: Brasil e Argentina.

Na ação diplomática na região, o Brasil, por sua vez, explorava a rivalidade histórica entre os vizinhos platinos. Exemplo dessa tradicional rivalidade no Prata entre Argentina e Uruguai foi a ruptura das relações diplomáticas entre os países entre julho e setembro de 1932.[396] Mais uma vez os países platinos rompiam as relações e mais uma vez por motivos de asilo político para opositores do país vizinho, as chamadas atividades de elementos subversivos no território de um ou outro. Depois de dois meses do rompimento das relações diplomáticas, Juan José de Amézaga foi enviado por Gabriel Terra, como agente

[394] *Uruguay es la Bélgica de América del Sur*. In: Nahum; *Op. Cit.; 1998;* p. 208-211.
[395] NAHUM, Benjamín. *Informes Diplomáticos de los representantes de Bélgica en el Uruguay*. Tomo I: 1832-1946. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Universidad, 1998; p. 8.
[396] Nahum, Benjamín. *Op. Cit.;*199*6;* p.194.

confidencial, a Buenos Aires para retomar as relações entre os países vizinhos, e obteve sucesso. Enquanto isso, as relações com o Brasil se intensificaram.

Dessa forma, observamos que, em grande medida, pelo peso histórico da rivalidade do Uruguai com a Argentina, o "fiel da balança" de poder do Rio da Prata tendeu, ao longo do período analisado, para o lado brasileiro. Evidencia-se, então, que as relações com o Brasil de Vargas mereceram especial atenção da diplomacia terrista. Do lado brasileiro, Vargas também se esforçou, à sua maneira, para estreitar as relações com esse vizinho do sul. Como destacou Carlos Roberto Rangel, os discursos antiliberais dos chefes de Estado facilitaram a convergência de interesses entre seus respectivos governos[397]. Um bom exemplo disso foram as medidas tomadas pelo governo brasileiro, em 1935, com o objetivo de anular as forças opositoras, muitas delas no Uruguai.

Para isso o governo de Vargas pressionou o governo terrista para romper as relações diplomáticas com a União Soviética, acusada de financiar movimentos comunistas na América do Sul. Em dezembro daquele mesmo ano, o Uruguai rompeu as relações com a URSS. Outro exemplo da cooperação entre os governos brasileiro e uruguaio foi a atuação de João Batista Luzardo como embaixador no Uruguai, desde meados de 1937, em substituição a Lucílio da Cunha Bueno, acusado de manter contato com Flores da Cunha, opositor do regime de Vargas. Ao aproximar-se de Gabriel Terra, Luzardo conseguiu com que o governo uruguaio determinasse um regime de liberdade vigiada para Flores da Cunha em Montevidéu, e daí, organizou um dispositivo legal para vigiá-lo. Batista Luzardo permaneceu na capital uruguaia até meados de 1945, e foi uma peça fundamental da política varguista para o Uruguai.

A documentação diplomática uruguaia demonstrou que a pauta que mais mereceu atenção nas relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai, entre 1931 e 1938, em especial na ditadura de Gabriel Terra (1933-1938), foi essa questão dos exilados políticos e a da política de fronteiras, pois foi uma constante ameaça, ora ao governo terrista, ora ao governo varguista. Para isso, os governos estreitaram seus laços políticos para intensificar medidas de repressão e de vigilância na região fronteiriça. Exemplos dessa cooperação foram os preparativos do golpe de março de 1933 de Gabriel Terra e a repercussão da chamada "Intentona Comunista" de novembro de 1935. Nesses dois momentos, nota-se um diálogo

---

[397] RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *O anti-liberalismo nos discursos de Gabriel Terra e Getúlio Vargas (1930-1938).* In: Segundas Jornadas de História Regional Comparada, 2005, Porto Alegre: Editora da PUC-RS; p. 22.

mais intenso e próximo de ambos os governos. É nesse sentido que Gabriel Terra e Getúlio Vargas, com suas respectivas identidades políticas, contribuíram para essa aproximação diplomática, política e geoestratégica.

Por isso, é importante lembrar da homenagem ao diretor do *Archivo Histórico-Diplomático de la República Oriental del Uruguay*, Eduardo Olave, realizada, em 12 de dezembro de 1932. Nesse evento, o então chanceler uruguaio Juan Carlos Blanco destacou o trabalho do arquivista na organização do arquivo do ministério, mas também a necessidade de os historiadores contribuírem para a história da inserção internacional do Uruguai. [398] E já passadas mais de oito décadas do discurso do chanceler uruguaio, a história diplomática ou a História das Relações Internacionais do Uruguai, ainda não recebeu a devida importância historiográfica. Foi nesse sentido que o embaixador e também historiador uruguaio Juan José de Arteaga declarou que *"tanto la Historia de las Relaciones Internacionales del Uruguay como su Historia Diplomática y la Historia de su Política Exterior están por escribirse".*[399] Esses são temas, de certa forma, marginalizados na historiografia uruguaia, apesar dos importantes trabalhos realizados. E temáticas como essas apontadas por Arteaga contribuem tanto para a compreensão da política interna como da política externa do Uruguai.

Por fim, é importante destacar que essa dissertação tratou da perspectiva uruguaia das relações diplomáticas entre Brasil e Uruguai entre 1931 e 1938, isto é, a "visão do outro", de um país vizinho, que se mostrou singular, sobretudo, pelo contato regular e constante entre sujeitos históricos de ambos os países: cidadãos, políticos, pessoas comuns, comerciantes, artistas, intelectuais, tanto brasileiros como uruguaios. Ou seja, a perspectiva de um país periférico da América do Sul significa, em certa medida, uma avaliação histórica da política externa brasileira.

---

[398] *Compendio de la vida internacional del Uruguay en el mes de Diciembre de 1932.* In: Boletín del Ministerio de las Relaciones Exteriores. Segunda Época, Año I. Tomo I. Número 6. 1º. De Enero de 1933.
[399] Nahum, Benjamín. *Op. Cit.;* 1998; p. 5.

Fontes

1. **Repositórios:**

a) *Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay* (Montevidéu, Uruguai);

b) *Biblioteca del Instituto Artigas del Servicio Exterior* (Montevidéu, Uruguai);

c) Centro de Pesquisa e Documentação (CPDOC)/Fundação Getúlio Vargas (FGV) [RJ-Brasil];

d) Museu da Comunicação Hipólito José da Costa (Porto Alegre, Brasil);

e) Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho (Porto Alegre, Brasil);

f) Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Brasil);

g) *Archivo de la Curia de Montevideo* (Montevidéu, Uruguai);

h) *Museo Histórico Nacional- Casa Gral. Juan Lavalleja* (Montevidéu, Uruguai);

i) Biblioteca da Câmara dos Deputados (Brasília, Brasil);

j) *Biblioteca de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación* (Montevidéu, Uruguai);

k) *Biblioteca Nacional de Uruguay* (Montevidéu, Uruguai)*;*

l) *Biblioteca del Parlamento del Uruguay – Palácio Legislativo (*Montevidéu, Uruguai);

m) Periódicos brasileiros [RJ: *O Paiz (1930-1939), Correio da Manhã (1930-1949), O Imparcial (1930-1949);* SP: *Correio da São Paulo (1930-1939)]*. Disponível em: http://hemerotecadigital.bn.br/.

n) Períodicos uruguaios [Montevidéu: *El Día*, *El Debate*, *El Bien Público, El Diario, El País, El Pueblo, La Mañana*].

2. **Fontes impressas:**

BARROS, Jayme de. *A Política Exterior do Brasil (1930-1940).* Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1941.

BRANCATO, Sandra Maria Lubisco. *Arquivo Diplomático da Proclamação da República.* Brasília/Porto Alegre, Ministério das Relações Exteriores/Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1989.

BRUM, Baltasar. *La Paz de América, solidaridad americana, solidaridad mundial.* Montevideo, Imprenta Nacional, 1923.

Circulares do MRE (1930-1939). In: Cadernos do CHDD. Fundação Alexandre Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. Ano V, n.9, Brasília-DF, 2006.

HERRERA, Luís Alberto de. *El Uruguay Internacional.* Montevideo: Cámara de Representantes, 1988.

LACALLE, Carlos (Org.). *El Partido Nacional y la Política Exterior del Uruguay.* Montevideo: Directorio del Partido Nacional; 1947.

LOBO, Hélio. *O Pan-Americanismo e o Brasil.* Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional; 1939.

MAIA, Jorge. *Um decênio de política externa.* Rio de Janeiro: DIP; 1940.

MARTIÑEZ, José Luciano. *Gabriel Terra: el hombre, el político, el gobernante.* (3 vols.) Montevideo, 1937.

NAHUM, Benjamin; BALBIS, Jorge**. (**Orgs). *Informes diplomáticos de los representantes de Bélgica en el Uruguay. Tomo I: 1832-1946.* Montevideo, UdelaR, Departamento de Publicaciones, 1998.

NAHUM, Benjamín. (Org.). *Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay. Tomo III: 1915-1936.* Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 1999.

__________________ *Informes diplomáticos de los representantes de Francia en el Uruguay. Tomo IV: 1937-1949.* Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 2000.

__________________ *Informes diplomáticos de los representantes de España en el Uruguay. Tomo II: 1914-1931.* Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 2000.

__________________ *Informes diplomáticos de los representantes de España en el Uruguay. Tomo III: 1932-1947.* Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 2001.

__________________*Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo V: 1929-1931.* Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 1994.

__________________*Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo VI: 1932-1933.* Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 1996.

__________________*Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo VII: 1934-1937.* Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 1997.

__________________*Informes diplomáticos de los representantes del Reino Unido en el Uruguay. Tomo VIII: 1938-1943.* Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 1999.

RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. *Selección de informes de los representantes diplomáticos de los Estados Unidos en el Uruguay. Tomo I: 1930-1933.* Montevideo, UdelaR; Departamento de Publicaciones, 1997.

TERRA, Gabriel. *Los Discursos del Presidente Terra. La Reforma Constitucional.* Montevideo; 1934.

_____________*El 31 de Marzo. Mensaje explicativo de los acontecimientos revolucionarios.* Montevideo; 1933.

_____________*Política internacional.* Montevideo: Talleres Gráficos A. Barreiro y Ramos; 1918.

URUGUAY. *Boletines del Ministerio de las Relaciones Exteriores.* Tomos I, II, V y VI. Montevideo: Imprenta Militar. 1932-1938.

VARGAS, Getúlio. *Diários.* São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: FGV; 1995.

________*A Nova Política do Brasil.* Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1937-1943. (10 Vols.)

_______ *O Estado Novo e o momento brasileiro.* Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Propaganda, 1938.

Referências Bibliográficas

1. Teses e Dissertações:

COSTA, Marcus Vinícius da. *A Revolução Federalista (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberal-federalistas.* Dissertação de mestrado- UFSM. Rio Grande do Sul, 2006.

MARQUES, Raphael Peixoto de Paula. *Repressão Política e Usos da Constituição no Governo Vargas (1935-1937): a Segurança Nacional e o Combate ao Comunismo.* Dissertação de Mestrado- Faculdade de Direito/UnB. Brasília, 2011.

NOLL, Maria Izabel. *Partido e Política no Rio Grande do Sul (1928-1937).* Dissertação de mestrado- UFRS. Porto Alegre, 1980.

PAULA, Elizabeth Guerra de. *Reações diplomáticas às mudanças políticas no Brasil (1930-1934).* Dissertação de Mestrado- UnB. Brasília, 1984.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Participação política nos discursos oposicionistas a Getúlio Vargas (Brasil) e Gabriel Terra (Uruguai)- 1930/1942.* Tese de doutorado- UFRS. Porto Alegre; 2007.

ROCHA, Regina da Cunha. *Parlamento e Política Exterior na República (1889-1930): Da Sombra à Luz, uma história política.* Tese de doutorado – PPGHIS/UnB. Brasília, 2009.

SERRATO, Edgar Bruno Franke. *Ação Integralista Brasileira e Getúlio Vargas: antiliberalismo e anticomunismo no Brasil de 1930 a 1945.* Dissertação de Mestrado-UFPR. Curitiba; 2008.

SILVA, Luiz Sério Duarte da. *Discurso e prática liberal nos anos 30: o enigma dos anéis e dos dedos.* Dissertação de Mestrado-UnB. Brasília, 1984.

2. Artigos e capítulos de livros:

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *As relações econômicas internacionais do Brasil na primeira fase da era republicana (1889-1945).* In: MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. (org.). Relações Internacionais: Visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003; p. 153-186.

ASSIS, Arthur. *A teoria da história como hermenêutica da historiografia: uma interpretação de Do Império à República, de Sérgio Buarque de Holanda.* In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 59, p. 91-120; 2010.

AZÚA, Carlos Real. *Política internacional e ideologías en el Uruguay.* In: Escritos. Montevideo, ARCA, 1989. *Marcha*. Montevideo, 3 de Júlio de 1959.

BORGES, Vavy Pacheco. *História e Política: laços permanentes.* In: Revista Brasileira de História. São Paulo; v.12; no. 23/24; set. 91/ago.92; pp. 7-18.

_____________*Anos trinta e Política: História e historiografia.* In: FREITAS, Marcos Cesar de. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva.* São Paulo: USF; Contexto; 1998; pp. 159-182.

CAETANO, Gerardo. *El "Uruguay Internacional" y la región: apuntes históricos y desafíos vigentes.* In: Brasil - Uruguai: os próximos 20 anos. Debates e textos académicos. Brasilia: FUNAG, 2011.

CAMOU, María Magdalena. *Los vaivenes de la política exterior uruguaya ante la pugna de las potencias. Las relaciones con el Tercer Reich, 1933-1942.* Cuadernos de Interguerras, Fundación de Cultura Universitaria, 1990.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *'O Gigante Brasileiro' na América Latina: ser ou não ser latino-americano.* In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem Incompleta: a Experiência Brasileira. A grande Transação.* São Paulo: SENAC, 2000.

CARVALHO, José Murilo. *As Forças Armadas na Primeira República: o poder desestabilizador.* In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira.* Rio de Janeiro: DIFEL, 1977; v.2; t. 3.

CERVO, Amado. *"Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático".* In: Revista Brasileira de Política Internacional, v. 46, n.2, 2003, p. 5-26.

_____________ *"Teorias e Conceitos em Relações Internacionais".* In: Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 51, n. 2, 2008, p. 8-25.

_____________ *Política Exterior do Brasil: o peso da história.* In: Revista Plenarium. Brasília, Câmara dos Deputados, ano 2, n. 2, 2005; p. 10-26.

CLEMENTE, Isabel. *Política exterior del Uruguay, 1830-1995. Tendencias, problemas, actores y agendas.* In: Documentos de Trabajo No. 69. Montevideo; 2005.

_____________*La región de frontera Uruguay-Brasil y la relación binacional. Pasado y perspectivas.* In: Revista Uruguaya de Ciencia Política. Vol. 19, no. 1, ICP, Montevideo, 2010.

_____________*Uruguay en las conferencias pan-americanas: la construcción de una opción en Política exterior. [Ponencia presentada al Simposio "Los Asuntos Internacionales en América Latina y el Caribe. Historia y Teoría. Problemas a Dos Siglos de la Emancipación].*

DE LOS SANTOS, Clarel. *Soberanía e identidad nacional en el Uruguay del Novecientos. Incidencias nacionales y regionales en la gestación del Tratado de Rectificación de Límites entre Uruguay y Brasil en 1909.* Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Avances de Investigación, 2010. Acesso em: 21/08/2014. Disponível em: http://www.fhuce.edu.uy/images/biblioteca/avances_investigacion/2010/estudiantes_egresados/de%20los%20santos%20clarel.%20soberania%20e%20identidad%20nacional.pdf

_____________ *El péndulo magnetizado: las relaciones de Uruguay con Brasil durante la II Guerra Mundial.* Montevideo, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, Avances de Investigación, 2011. Acesso em: 21/08/2014. Disponível em:
http://www.academia.edu/4416921/Egresados_Historia_9#

DORATIOTO, Francisco. *Tempestade no Prata.* In**:** *Maldita Guerra.* São Paulo: Companhia das Letras; 2002.

____________Guerra do Paraguai. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *História das Guerras.* 3º. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

____________*As políticas da Argentina e do Brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo Chaco (1926-1936).* In: Seminário Brasil-Argentina: a visão do outro. Brasília: FUNAG, 2000; p. 439-477.

____________*A política platina do barão do Rio Branco.* In: Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, a.43, n.2, p. 130-149, jul./dez., 1994.

____________*O Brasil no Mundo. Idealismos, Novos Paradigmas e voluntarismo.* In: SCHWARCZ, Lilia Moritz. (coord.). História do Brasil Nação: 1808-2010. Volume 3. A Abertura para o Mundo (1889-1930). Espanha: Fundación MAPFRE; Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

FALCON, Francisco. *História e Poder.* In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.* Rio de Janeiro: Campus; 1997; p. 61-89.

GOMES, Rafael Nascimento. *Um ensaio sul-americano: as nossas primeiras aproximações das relações entre o Brasil e o Uruguai na década de 1930. Polis* [online]. 2014, vol.13, n.39, pp. 83-98. Acesso em: 06/07/2015. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S071865682014120000005&lng=es&nrm=iso

____________*A importância da biografia histórica para a História Política: As relações Brasil-Uruguai por meio das biografias de Getúlio Vargas e Gabriel Terra (1931-1938). In:* Revista Latino-Americana de História. Dossiê História Política: Temas, fontes e problemas. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; vol. 4, no. 14, 2015; p.87-100. Acesso: 10/01/16. Disponível em: http://projeto.unisinos.br/rla/index.php/rla/issue/view/20/showToc

HILTON, Stanley. *Afrânio de Melo Franco e a diplomacia brasileira, 1917-1943.* In: Revista Brasileira de Política Internacional. Brasília, a.29, n. 113-114, p. 15-46, 1986.

LEVI, Giovanni. *O trabalho do historiador: pesquisar, resumir, comunicar.* In: Revista Tempo. Rio de Janeiro; v. 20; 2014.

MILZA, Pierre. *Política interna e política externa.* In: RÉMOND, René. *Por uma história política.* 2º. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ODDONE, Juan Antonio. *Los efectos de la crisis y la crisis de la hegemonía británica. La crisis política: protagonistas y contendientes. La política económica del terrismo. Los países*

atlánticos de América Latina y su relación con los centros hegemónicos. In: Cuadernos de interguerras. Fundación de Cultura Universitaria; 1989.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *O Brasil e a Distante América do Sul.* In: Revista de História, n. 145, 2001; p. 127-149.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Os exilados brasileiros no Prata: entre a revolução e a ordem (1930-1935).* Anais eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC. Belo Horizonte, 2000.

______________*Fronteira Brasil - Uruguai: espaço nacional, lugar regional.* In: Territórios e Fronteiras; v.6; n.2; Cuiabá-MT; jul./dez. 2005.

______________*A conspiração revolucionária da oposição brasileira a Vargas no Prata (1930-1934).* In: Revista Eletrônica da ANPHLAC, v.1, n. 1; 2002.

______________*As festas como formas de integração na fronteira Brasil-Uruguai (1930-1945). In:* Polis; n. 39; 2014. Disponível em: http://polis.revues.org/10437. Acesso em 06/07/2015.

RÉMOND, René. *Porque a História Política?* In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro; v.7; n. 13; 1994; p. 7-19.

RICUPERO, Rubens. *O Brasil e a América Latina e os EUA desde 1930. 60 anos de uma relação triangular.* In: ALBUQUERQUE, J. A. G. Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). Crescimento, modernização e política externa. São Paulo: Nupri-USP/Cultura Editores Associados, 1996; p. 37-60.

RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. *La diplomacia del anticomunismo: la influencia del gobierno de Getulio Vargas en la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay con la URSS en diciembre de 1935.* Estudos Ibero-Americanos, Vol. XXXIV, Núm. 1, jun., PUC-RS; 2008; pp. 92-120.

SANSÓN, Tomás. *Proceso de configuración del campo historiográfico uruguayo.* Acesso em 08/03/2014. Disponível em: http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/204/169

______________*La Revolución de Mayo de 1810 en la historiografía uruguaya de orientación nacionalista.* In: Anuario del Instituto de Historia Argentina, no. 10; 2010; p.87-106.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. In:* Revista Brasileira de Política Internacional (RBPI). [online]. 2005, vol.48, n.2, p. 185-204. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292005000200010&script=sci_arttext

3. Livros:

AARÃO REIS, Daniel. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos.* SP: Companhia das Letras, 2014.

ABADIE, Washington R. *Historia del Partido Nacional.* Montevideo, EDBOU, 1989.

ABREU, Alzira Alves *et all.* (orgs.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro.* Rio de Janeiro: FGV, 2001; 5 v.

ABREU, Marcelo Paiva. *O Brasil e a economia mundial, 1930-1945.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

AGUIRRE GONZALEZ, Adolfo. *La Revolución de 1935. La lucha armada contra la dictadura.* Montevideo, 1985.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações Internacionais do Brasil e política externa do Brasil: a diplomacia brasileira no contexto da globalização.* Rio de Janeiro: LTC, 2012.

ALTEMANI, Henrique. *Política externa brasileira.* São Paulo: Saraiva, 2005.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão da Nação.* Lisboa: Edições 70, 2005.

ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações.* Brasília: UnB/IPRI; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

AZUÁ, Carlos Real. *El Impulso y su freno. Tres décadas de batllismo y las raíces de la crisis uruguaya.* Montevideo: EDBOU; 1964.

_____________ *Tercera Posición, Nacionalismo Revolucionario y Tercer Mundo. Una teoría de sus presupuestos.* Montevideo: Cámara de Representantes; 1996.

BANDEIRA, Moniz. *Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992).* São Paulo: Ensaio, 1993.

_____________*O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança.* Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 1998.

BARRÁN, José Pedro. *Los conservadores uruguayos.* Montevideo: EDBOU, 2004.

_____________ *Apogeo y Crisis del Uruguay Pastoril y Caudillesco.* Historia Uruguaya. Tomo IV. Montevideo, EDBOU, 1987.

BARRETO FILHO, Fernão de Mello. *Os Sucessores do Barão: Relações Exteriores do Brasil: 1912 a 1964.* São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. (Orgs.). *A Era Vargas: desenvolvimento, economia e sociedade.* São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BELLINTANI, Adriana Iop. *Conspiração contra o Estado Novo.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina. Volume VII. A América Latina após 1930: Estado e Política.* São Paulo: EDUSP, 2009.

_____________ *História da América Latina. Volume VIII. A América Latina após 1930: Ideias, Cultura e Sociedade.* São Paulo: EDUSP, 2011.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (1902 a 1918).* São Paulo: Paz e Terra, 2003.

_____________ *A República e sua política exterior (1889 a 1902).* São Paulo: Unesp/ Brasília: FUNAG, 1995.

BULMER-THOMAS, Victor. *La historia económica de América Latina desde la independencia.* México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

CAETANO, Gerardo. *La República Batllista*. 4ª Edición. Montevideo, EDBOU, 2012.

CAETANO, Gerardo; JACOB, Raúl. *El nacimiento del terrismo.* (3 vols.) Montevideo: EDBOU, 1989-1991.

CAETANO, Gerardo; RILLA, José Pedro. *El joven Quijano. Izquierda nacional y consciencia crítica.* Montevideo: EDBOU, 1986.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico.* Brasília: Senado Federal, 2001.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: o Estado policial na Era Vargas.* Brasília: EdUnB, 1994.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena: Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo.* Campinas: Papirus, 1998.

CARDIM, C. H.; HIRST, M. *Brasil-Argentina.* A Visão do Outro. Brasília: FUNAG, 2003.

CARONE, Edgar. *A República Nova (1930-1937).* 3º ed. São Paulo: DIFEL, 1982.

_____________*A Terceira República (1937-1945).* São Paulo: DIFEL, 1976.

CARR, Edward H. *Vinte anos de crise: 1919-1939. Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais.* Brasília: EDUnB, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

CARVALHO, Carlos Delgado de. *História Diplomática do Brasil.* Ed. Fac-Similar. Brasília: Senado Federal, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escrito de história e política.* Belo Horizonte: Ed. UFMG; 1998.

_____________*A Construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial.* 5º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008).* Brasília: FUNAG, 2009. (2 Vols).

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da Política Externa Brasileira.* Brasília: EdUnB; 2002.

CERVO, Amado. *Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas.* Brasília: IBRI, 2001.

_____________ *A Inserção Internacional: formação dos conceitos brasileiros.* São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado; RAPOPORT, Mario (orgs.). *História do Cone Sul.* Rio de Janeiro: Revan/Brasília: EdUnB, 1998.

CISNEROS, Andrés; ESCUDÉ, Carlos (orgs.). *Historia de las Relaciones Exteriores Argentinas.* Grupo Editor Latinoamericano, 2000.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: Política externa e projeto nacional.* São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 2000.

CUNHA, Vasco Leitão da. *Diplomacia em alto-mar: depoimentos ao CPDOC.* Rio de Janeiro: Editora FGV-FUNAG, 2003.

CURES, Oribe; CUNHA, Nelly da; [*et all*]. *El Uruguay de los años treinta: enfoques y problemas.* Montevideo: EDBOU,1994.

DANESE, Sergio. *Diplomacia Presidencial.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina (Org.). *Getúlio Vargas.* Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DONGHI, Tulio Halperín. *La Argentina y la tormenta del mundo. Ideas e ideologías entre 1930 y 1945.* Buenos Aires: Siglo XXI, 2003.

_____________*La República Imposible (1930-1945).* Buenos Aires: Ariel, 2004.

DORATIOTO, Francisco. *Relações Brasil-Paraguai: afastamento, tensões e reaproximação (1889-1954).* Brasília, DF: FUNAG, 2012.

_____________________*O Brasil no Rio da Prata.* Brasília: FUNAG; 2014.

DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-americanas (1889 a 1928): Identidade, União Aduaneira e Arbitragem.* São Paulo: Alameda, 2013.

DULLES, John. W. F. *O Comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DUTRA, Eliana Regina de Freitas. *O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do poder: formação do patronato político brasileiro.* Rio de Janeiro: Globo; 2001.

FARAONE, Roque; ODDONE, Juan; PARÍS, Blanca. *Cronología comparada de la Historia del Uruguay (1830-1985).* Montevideo, UdelaR, 1997.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____________ *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso.* São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada. (1850-2002)*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

FELDE, Alberto Zum. *Proceso histórico del Uruguay*. Montevideo: Arca Editorial, 1985.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado imperial.* São Paulo: Hucitec, 2006.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. [O Brasil Republicano; v.2]

FINCH, Henry. *Historia económica del Uruguay contemporáneo.* Montevideo: EDBOU, 1980.

FRAGA, Rosendo. *Ramón J. Cárcano Diplomata. A história como instrumento da diplomacia.* Brasília: FUNAG, 2000.

FREGA, Ana [*et all*]. *Historia del Uruguay en el siglo XX: 1890-2005.* Montevideo: EDBOU, 2011.

GAMBINI, Roberto. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: influência americana e alemã no Estado Novo.* São Paulo: Símbolo, 1977.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil.* Rio de Janeiro: Contraponto; Brasília, DF: FUNAG; 2005.

_____________*Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920.* Brasília: EdUnB: FUNAG, 2006.

GERTZ, René. *O Fascismo no Sul do Brasil. Germanismo, Nazismo e Integralismo.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

GILL, Stephen (Org.). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais*. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *As fronteiras do Brasil.* Brasília: FUNAG, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. *A Invenção do Trabalhismo.* 3ºedição. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura.* 3ºedição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia. Uma contribuição ao estudo da política internacional.* Porto Alegre: EDUFRGS, 1999.

HAEDO, Eduardo Victor. *El Uruguay y la Política Internacional del Río de la Plata.* Buenos Aires: Editorial Universitária de Buenos Aires, 1973.

HEINZ, M. Flávio; HERRLEIN Jr., Ronaldo (orgs.). *Histórias regionais do Cone Sul.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC; 2003.

HILTON, Stanley E. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939. Os aspectos políticos da rivalidade comercial.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

_____________ *Oswaldo Aranha.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1994.

_____________ *O Brasil e a crise internacional. 1930-1945 (Cinco estudos).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

JACOB, Raúl. *El Uruguay de Terra. 1931-1938.* Montevideo, EDBOU, 1983.

____________*Uruguay 1929-1938. Depresión ganadera y desarrollo fabril.* Montevideo, FCU, 1981.

____________*Breve historia de la industria en el Uruguay.* Montevideo, FCU, 1981.

____________*Inversiones extranjeras y petróleo: la crisis de 1929 en Uruguay. El Frigorífico Nacional en el mercado de carnes.* Montevideo: FCU; 1979.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro.* São Paulo: Perspectiva, 2001.

LAGO, Luiz Aranha Correio do. *Oswaldo Aranha, o Rio Grande e Revolução de 1930.* Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LAVIÑA, Félix; BALDOMIR, Horácio. *El proceso histórico de la diplomacia interamericana y la vigencia de sus principios.* Montevideo: FCU, 1978.

LINS, Álvaro. *Rio Branco. Biografia Pessoal e História Política.* São Paulo: Alfa-Omega, 1996.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930.* São Paulo: Perspectiva; 1995.

MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *Teoría y metodología en la Historia de América Latina.* Paris: UNESCO, 2006. Coleção: Historia General de América Latina. Vol. IX.

________ *Cultura e Poder: economia política e globalização.* Brasília: IBRI, 2002.

________ *Relações Internacionais: Visões do Brasil e da América Latina.* Brasília: IPRI, 2003.

MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *Um estadista da República – Afrânio de Melo Franco e seu tempo.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1955.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945).* São Paulo; Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.

MIYAMOTO, Shinguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil.* Campinas: Papirus; 1995.

MORA, Enrique Ayala (org.). *Los proyectos nacionales latino-americanos: sus instrumentos y articulación, 1870-1930.* Paris: UNESCO, 2008. Coleção: Historia General de América Latina. Vol. IX.

MORGENTHAU, Hans. J. *Politics Among Nations: the struggle for power and peace*. 6. ed. New York: McGraw-Hill, 1985.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência. A política externa brasileira de 1935 a 1942.* Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

_____________ *Relações Exteriores do Brasil: 1939-1950: Mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial.* Brasília: FUNAG; 2012.

NAHUM, Benjamin. *La Época Batllista. 1905-1929. Montevideo, EDBOU*, 2011.

NETO, Lira. *Getúlio: Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945).* São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____________*Getúlio: Dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930).* São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ODDONE, Juan Antonio. *El Uruguay entre la depresión y la guerra. 1929-1945.* Montevideo, FCU/FHCE, 1990.

_____________*Tablas cronológicas: Poder Ejecutivo – Poder Legislativo 1830-1967.* Montevideo: UdelaR: FHCE, 1967.

OLIVEIRA, Enrique Arocena. *Evolución y Apogeo de la Diplomacia Uruguaya. 1828-1948.* Montevideo, 1984.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela de Castro. *Estado Novo: Ideologia e Poder.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

PARADISO, José. *Um lugar no mundo. Argentina e a busca de identidade internacional.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

PARIS, Juana; RUIZ, Esther. *El Frente en los años 30.* Montevideo, Proyección, 1987.

PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai.* Rio de Janeiro: Globo, 1963.

PINHEIRO, Letícia. *Política Externa Brasileira (1889-2002).* Rio de Janeiro: J. Zahar, 2004.

PÉREZ ANTÓN, Romeo. *Política exterior uruguaya del siglo XX*. Montevideo, Ediciones de la Plaza, 2010.

PIMENTEL, José Vicente de Sá. (org.). *Pensamento diplomático brasileiro: formuladores e agentes da política (1750-1964).* Brasília: FUNAG, 2013. (3 vols.)

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão. A Revolução Mundial e o Brasil. 1922-1935.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PORRINI, Rodolfo. *Derechos Humanos y Dictadura Terrista.* Montevideo, Vintén Editor, 1994.

QUIJANO, Carlos. *Los golpes de Estado. (1933 y 1942). Volumen 1.* Montevideo: Cámara de Representantes-Editorial Salamandra, 1989.

RAMOS, Graciliano. *Memórias do Cárcere.* Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1953.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. *Crime e castigo: conflitos políticos no Rio Grande do Sul (1928-1938).* Passo Fundo: UPF; 2001.

RAPOPORT, Mario; MADRID, Eduardo. *Argentina-Brasil: de rivales a aliados.* Buenos Aires: Capital Intelectual, 2011.

RECKZIEGEL, Ana Luisa Setti; FÉLIX, Leiva Otero (orgs.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional.* Passo Fundo: UPF; 2002.

RECKZIEGEL, Ana Luisa Setti. *A diplomacia marginal: vinculações política entre Rio Grande do Sul e Uruguai (1893-1904).* Passo Fundo: UPF; 1999.

REIS, Mateus Fávaro. *Americanismo(s) no Uruguai. Os olhares entrecruzados dos intelectuais sobre a América Latina e os Estados Unidos (1917-1969).* São Paulo: Alameda, 2014.

RÉMOND, René (org.). *Por uma história política.* 2° ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RENOUVIN, Pierre; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introdução à história das relações Internacionais.* São Paulo: Difel, 1967.

RENOUVIN, Pierre. *Histoire des Relations Internationales.* Paris: Librairie Hachette, 1993; 3v.

RICUPERO, Rubens. *Visões do Brasil. Ensaio sobre história e inserção internacional do Brasil.* Rio de Janeiro: Record, 1995.

RODRIGUES, José Honório; SEINTEFUS, Ricardo. *Uma história diplomática do Brasil. 1531-1945.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

RODRIGUES, José Honório. *Interesse nacional e política externa.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRÍGUEZ AYÇAGUER, Ana María. *Un pequeño lugar bajo el Sol: Mussolini, la conquista de Etiopia y la diplomacia uruguaya, 1935-1938.* Montevideo: EDBOU; 2009.

RÜSEN, Jörn. *Reconstrução do Passado. Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica.* Brasília: EdUnB, 2010.

_____________*História Viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico.* Brasília: EdUnB, 2010.

SALDAÑA, José M. Fernandez. *Diccionario Uruguayo de Biografías. 1810-1940.* Montevideo: Editorial Ameríndia; 1945.

SÁNSON, Tomás. *La construcción de la nacionalidad oriental. Estudios de historiografía colonial.* Montevideo: UdelaR, FHCE, Departamento de Publicaciones, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon (Org.). *Estado Novo, um Auto-Retrato (Arquivo Gustavo Capanema).* Brasília, CPDOC/FGV, EdUnB, 1983.

SEITENFUS, Ricardo. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942. O processo de envolvimento brasileiro na IIa. Guerra Mundial.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

SILVA, Hélio. *A Ameaça Vermelha: o Plano Cohen.* Porto Alegre: L&PM, 1980.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *Argentina x Brasil: a questão do Chaco Boreal.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SOARES, Álvaro Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil.* 3º ed. Rio de Janeiro: Conquista; 1975.

_____________*Diplomacia do Império no Rio da Prata.* Rio de Janeiro; 1955.

SOUZA, José Inácio de Mello. *O Estado contra os meios de comunicação (1889-1945)*. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2003.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Diplomatas, políticos e militares. As visões do Brasil sobre a Argentina durante o Estado Novo.* Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

TERÁN, Oscar. (coord.). *Ideas en el siglo. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano.* Buenos Aires: Siglo XXI; 2008.

TERRA, Gabriel (hijo). *Gabriel Terra y la verdad histórica.* Montevideo, 1962.

TRINDADE, Antônio Cançado. *Repertório da prática brasileira do direito internacional público: período 1919-1940.* Brasília: FUNAG, 2012.

TRINDADE, Hélgio (org.). *Revolução de 1930: partidos e imprensa partidária no RS (1928-1937).* Porto Alegre: L& PM; 1980.

TROCHON, Yvette; VIDAL, Beatriz. *El Régimen Terrista (1933-1938). Aspectos políticos, económicos y sociales.* Montevideo, Ediciones de la Banda Oriental, 1993.

TURCATTI, Dante. *El equilibrio difícil: la política internacional del Batllismo.* Montevideo, ARCA- CLAEH, 1981.

VANGER, Milton. *El país modelo: José Batlle y Ordoñez (1907-1915).* Montevideo: EDBOU; 1991.

VIANNA, Hélio. *História Diplomática do Brasil.* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958.

VINHOSA, Francisco Luiz Teixeira. *O Brasil e a Primeira Guerra Mundial: a diplomacia brasileira e as grandes potências.* Rio de Janeiro: IHGB, 1990.

ZUBILLAGA, Carlos**.** *El reto financiero: deuda externa y desarrollo en Uruguay. 1903-1933.* Montevideo: ARCA- CLAEH, 1982.

ANEXOS

1. Cronologia das Relações Internacionais do Brasil e do Uruguai (1928-1938)[400]

Data	Cenário Internacional	Cenário Regional	Cenário Uruguaio	Cenário Brasileiro
1928			As representações diplomáticas do Uruguai na Argentina e no Brasil são elevadas à categoria de embaixada em 1º de junho pela Lei n°.8.321, promulgada pelo Poder Executivo, Juan Campisteguy – Presidente da República) e Rufino T. Domínguez (Ministro das Relações Exteriores) em 8 de junho.	
1929	*Crash* da Bolsa de Valores de Nova York em outubro e por consequência uma crise econômica e financeira generalizada no cenário mundial.	Em setembro de 1929, a missão comercial britânica do lorde D'Abernon chega ao Rio de Janeiro após passar por Uruguai e Argentina. Graves consequências para a América Latina decorrentes da crise econômica de 1929.	Em outubro, morre o líder político colorado José Batlle y Ordoñez.	
1930		Uruguai consagra-se o primeiro campeão mundial de futebol, após vencer a Argentina, por 4 x 2, no estádio *Centenário*, construído em homenagem ao centenário do Estado Oriental.		
Setembro e outubro de 1930		Em 6 de setembro ocorre um golpe de Estado na Argentina liderado pelo General Uriburu contra o governo de Hipólito Irigoyen.	O Uruguai reconhece o governo de Getúlio Vargas 3 dias após a instauração do governo provisório, em 6 de novembro.	Em outubro, ocorre o golpe de Estado, liderado pelo gaúcho Getúlio Vargas e com a deposição de Washington Luís. Esse golpe é chamado pelos seus líderes

[400] Para a elaboração da cronologia, ainda em execução, nos pautamos principalmente em Ana María Rodríguez Ayçaguer ("*Guía cronológica para el Seminario sobre 'La política exterior en el Uruguay de la transición hegemónica, 1930-1938'" e "Uruguay y la Segunda Guerra Mundial- Cronología"*- material concedido pela própria autora); Eugênio Vargas Garcia ("*Cronologia das Relações Internacionais do Brasil, 2005)* e em "*Cronología Comparada de la Historia del Uruguay (1830-1985)" (1997)* de Roque Faraone, Juan Oddone e Blanca París, bem como da documentação consultada nos arquivos.

				por "Revolução de 1930". Vargas, como chefe do governo provisório, designa Afrânio de Melo Franco como ministro das Relações Exteriores que logo faria uma reforma administrativa no MRE.
1931	Queda da monarquia e proclamação da República na Espanha em 14 de abril. Em setembro, o Japão invade a Manchúria e a Grã-Bretanha abandona definitivamente o padrão-ouro. Publicação da encíclica *Quadragesimo anno* pelo Papa Pio XI.		Em março, Gabriel Terra assume a Presidência da República e Juan Carlos Blanco assume o Ministério das Relações Exteriores.	Em junho, o Brasil promove a Conferência Internacional do Café em São Paulo.
Julho de 1932	Antônio de Oliveira Salazar torna-se primeiro-ministro em Portugal, mantendo o poder até 1968.	Incidente do Cruzeiro *Uruguai* na visita oficial dos festejos de 9 de julho em Buenos Aires. Em julho, a Argentina e o Uruguai trocam notas sobre reclamações sobre atividades opositoras de exilados argentinos em território uruguaio. O governo uruguaio rompe as relações diplomáticas com Argentina.		No Brasil eclode a Revolução Constitucionalista de São Paulo, uma guerra civil entre as forças paulistas e o governo federal, liderado por Getúlio Vargas.
Julho e agosto de 1932	Conferência de Ottawa realizada no Canadá entre a Grã-Bretanha e os seus domínios imperiais.	Em julho, tem início a Guerra do Chaco entre Bolívia e Paraguai, conflito deflagrado pela expectativa de exploração de petróleo na região em disputa.		
Agosto e setembro de 1932		Em setembro, a Argentina e o Uruguai reatam as suas relações diplomáticas.	Terra envia ao Conselho Nacional de Administração um projeto de lei sobre Política Econômica Internacional que favorecia aos países em que o Uruguai tinha saldos favoráveis no intercâmbio comercial.	
Janeiro e fevereiro de 1933	Em janeiro, Hitler assume o poder na Alemanha, o que representa a ascensão do nazismo.	Colômbia e Peru entram em choque devido as disputas territoriais em torno da região de Letícia, na Amazônia, fronteira com o Brasil.	Em fevereiro, Alberto Mañé assume a pasta das Relações Exteriores.	
Março de 1933	Franklin Roosevelt assume a Presidência da República dos	Cordell Hull (Secretário de Estado de 1933 a 1944) implementa a política de	Golpe de Estado encabeçado pelo Presidente Terra, quando implantou uma ditadura em seu	

	EUA, e começa a adotar medidas contra a recessão econômica (*New Deal).*	Boa-Vizinhança para a América Latina.	país.	
Maio de 1933	A Grã-Bretanha e a Argentina firmam o Tratado Roca-Runciman em Londres.	O Brasil proclama a sua completa neutralidade na Guerra do Chaco.	No mês seguinte, em junho, ocorre as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.	
Outubro de 1933		Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai e Uruguai firmam o Tratado Antibélico de Não-Agressão e de Conciliação (Pacto Saavedra-Lamas) no Rio de Janeiro. O Presidente argentino Agustín P. Justo visita o Uruguai.		
Dezembro de 1933			Montevidéu sedia a VII Conferência Pan-Americana que aprova a Convenção sobre Direitos e Deveres dos Estados, e incorpora o princípio de não intervenção nos assuntos internos de outros países.	
1934			Em março, a Convenção Nacional Constituinte proclama as candidaturas de Terra e Navarro como presidente e vice-presidente, respectivamente. Em maio, Juan José de Arteaga assume o Ministério das Relações Exteriores.	Em janeiro, Afrânio de Melo Franco pede demissão do cargo, por motivos de política interna, e o político e empresário paulista José Carlos de Macedo Soares torna-se ministro das Relações Exteriores do Brasil.
1934	Em junho, o *Reciprocal Trade Agreements Act* é aprovado nos EUA. Com esse ato o presidente passa a ter plenos poderes para celebrar acordos sobre o comércio exterior. Ocorre um boicote para o Mundial de 1934 sediado na Itália fascista.	Em maio, os EUA aceitam a revogação da Emenda Platt, que previa o “direito de intervir” em Cuba.	Em abril ocorre o plebiscito para a nova Constituição que elege Terra e Navarro para o período 1934-1938. E em junho, a Missão Cosio começa as suas negociações com a Grã-Bretanha em Londres.	Em 16 de julho é promulgada a nova Constituição do Brasil.
Agosto de 1934	Na Alemanha, Hitler torna-se o comandante supremo (Fuhrer) do III Reich.		O Presidente Terra visita o Brasil.	
Outubro de 1934	Início da Longa Marcha na China, liderada por Mao Tsé-Tung.		O Cardeal Eugenio Pacelli, futuro Papa Pio XII(1939-1955) convidado por Terra visita Montevidéu.	
Novembro de	Roosevelt é reeleito para um		O Presidente do Banco de la República,	

1934	segundo mandato.		Vicente Costa é designado Delegado Plenipotenciário do governo uruguaio para culminar as negociações de um convênio comercial com a Itália.	
1935	Em janeiro, firma-se em Roma o acordo sobre o pago dos créditos comerciais italianos no Uruguai.	Em fevereiro é assinado em Washington o Acordo Comercial entre o Brasil e os EUA.		
Março de 1935	O serviço militar passa a ser obrigatório na Alemanha.		José Espalter assume o Ministério das Relações Exteriores.	No Brasil é criada a Aliança Nacional Libertadora, frente de esquerda da qual faz parte o Partido Comunista do Brasil de Luís Carlos Prestes, fechada pelo governo quatro meses depois.
Maio e junho de 1935	Em junho, a Grã-Bretanha e o Uruguai firmam o Pacto Cosio-Hoare, o Convênio Comercial e de Pagamentos.	Bolívia e Paraguai cessam as hostilidades decorrentes da Guerra do Chaco. Em junho, é promovida em Buenos Aires a Conferência Comercial Pan-Americana que discute propostas para incrementar o comércio no hemisfério.	Durante a visita de Vargas ocorre um atentado contra o Presidente Terra.	Getúlio Vargas visita o Uruguai de Terra e depois dirige-se para Buenos Aires.
Outubro e novembro de 1935	Em outubro, a Itália invade a Etiópia, antiga Abissínia. Alemanha se retira da Sociedade das Nações.		Devido às pressões brasileiras, o governo uruguaio rompe as relações diplomáticas com a URSS.	Em novembro, a Aliança Nacional Libertadora encabeçada por Luís Carlos Prestes com o apoio da Internacional Comunista tenta um golpe de Estado no Brasil, a chamada Intentona Comunista.
Dezembro de 1935				O governo brasileiro revê sua política comercial e decide denunciar todos os acordos comerciais assinados com a cláusula de nação mais favorecida, devido à adoção de medidas protecionistas por outros países, em especial, europeus, que tornavam inoperante a referida cláusula.
1936	Em julho, início da Guerra Civil Espanhola entre franquistas e forças de esquerda. Berlim sedia os Jogos Olímpicos, e a Alemanha nazista ganhou várias medalhas. Consagrou campeões em várias modalidades, o que foi usado pela propaganda nazista para a	Em abril, o chanceler brasileiro Macedo Soares submete ao Departamento de Estado norte-americano o anteprojeto de um "pacto de segurança continental". Em julho é enviada a primeira missão comercial sul – africana a países sul-americanos, a missão de Alwyn	Em setembro, o Uruguai rompe as relações com o governo republicano da Espanha.	

	disseminação da superioridade dos nazistas.	Zoutendyk, enviada ao Brasil, Argentina e Uruguai.		
Novembro e dezembro de 1936	Firmado o Pacto Anti-Comintern entre Alemanha e Japão.	Roosevelt visita o Rio de Janeiro e o governo brasileiro decreta feriado nacional. Em seguida, o presidente norte-americano segue para Buenos Aires para participar da Conferência Interamericana de Manutenção e Consolidação da Paz.	Roosevelt visita a capital uruguaia a bordo do cruzeiro *Indianápolis*.	
1937	Em maio, Neville Chamberlain torna-se o Primeiro Ministro britânico. Em julho, as forças japonesas invadem a China. Em setembro, Mussolini visita Berlim. E em novembro, a Itália ingressa no Pacto Anti-Comintern.			Em agosto é fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE) no Brasil. Em novembro, sob o pretexto de um plano forjado de tomada do poder pelos comunistas, Vargas instaura o seu regime ditatorial, o Estado Novo. De imediato é outorgada a Constituição "polaca" e o governo brasileiro suspende o pagamento dos serviços da dívida externa. Oswaldo Aranha, embaixador em Washington, pede demissão do posto, por discordar dos rumos do Estado Novo.
1938	Em março, a Alemanha nazista proclama o *Anchluss* e anexa a Áustria. Em maio, Hitler retribui a visita a Mussolini, em Roma. Em setembro durante a Conferência de Munique, Hitler obtém o consentimento da França e da Grã-Bretanha para incorporar os Sudetos da Tchecoslováquia.	Em março ocorre a expropriação do petróleo no México pelo governo de Lázaro Cárdenas. Em julho é assinado em Buenos Aires o tratado de paz definitivo entre Bolívia e Paraguai. Em dezembro, ocorre a VIII Conferência Pan-Americana sediada em Lima, onde aprova a declaração de princípios sobre a solidariedade continental.	Em junho, Alfredo Baldomir assume a presidência da República do Uruguai e Alberto Guani assume o Ministério das Relações Exteriores.	Oswaldo Aranha assume o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e logo em seguida assina contrato com a empresa alemã Krupp para a aquisição de material bélico. Em maio, a Ação Integralista Brasileira (AIB) liderada por Plínio Salgado tenta realizar um golpe no Brasil.

2. Tabela dos Ministros das Relações Exteriores (Brasil e Uruguai).

Brasil	Uruguai
Otávio Mangabeira (15/11/1926-24/10/1930)	Rufino T. Dominguez (01/03/1927-01/03/1931)
Afrânio de Melo Franco (24/10/1930-28/12/1933)	Juan Carlos Blanco (03/03/1931-13/02/1933)
Félix de Barros de Lacerda (28/12/1933-26/07/1934)	Alberto Mañé (13/02/1933-17/05/1934)
José Carlos de Macedo Soares (26/07/1934-01/11/1936)	Juan José de Arteaga (18/05/1934-19/03/1935)
Mário de Pimentel Brandão (01/11/1936-15/03/1938)	José Espalter (19/03/1935-01/06/1938)
Oswaldo Aranha (15/03/1938-23/08/1944)	Alberto Guani (19/06/1938-26/02/1943)

3. Distribuição dos representantes diplomáticos.

Distribuição dos representantes diplomáticos		
Representantes diplomáticos brasileiros em Montevidéu[401]	**Representantes diplomáticos uruguaios no Rio de Janeiro**[402]	**Representantes diplomáticos uruguaios em Buenos Aires**
Hélio Lobo (1926-1931)	Antonio Bachini[403] (1932)	Juan Carlos Blanco (1927-1931)
Artur Guimarães de Araújo Jorge (1931-1933)	Juan Carlos Blanco (1933-1941)	Emilio Cerdán (1933)
Lucílio da Cunha Bueno (1933-1937)	César G. Gutiérrez (1941)	Eugenio Martínez Thedy (1934)
João Batista Lusardo (1937-1945)	Enrique Buero (1946)	Roberto Mac Eachen (1948)

[401] Informações disponíveis no site da embaixada brasileira em Montevidéu. Acesso em 30/10/2014. In: **http://montevideu.itamaraty.gov.br/pt-br/galeria_de_embajadores.xml**

[402] Essas informações foram obtidas no *Archivo Histórico-Diplomático del Ministerio de Relaciones Exteriores del Uruguay (*AMREU). Cabe aqui agradecer ao trabalho de compilação dos dados pela arquivista da instituição Mariela Cornes.

[403] Não tomou posse, como embaixador no Rio de Janeiro, pois faleceu, em Montevidéu, em 11 de setembro de 1932.

4. Presidentes da República (Brasil e Uruguai)

Presidentes da República	
Brasil	**Uruguai**
Washington Luís (15/111926-24/10/1930)	Juan Campisteguy (01/03/1927-01/03/1931)
Junta Governativa Augusto Tasso Fragoso (24/10/1930-03/11/1930) José Isaías de Noronha (24/10/1930-03/11/1930) João de Deus Mena Barreto (24/10/1930-03/11/1930)	Gabriel Terra (01/03/1931-19/06/1938)
	Alfredo Baldomir (19/06/1938- 21/03/1943)
Getúlio Vargas (3/11/1930-29/10/1945)	